

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS
UNIDADE CARANGOLA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

(RESOLUÇÃO COEPE/UEMG Nº 416, DE 02 DE AGOSTO DE 2023

Aprova alterações no Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História da Unidade Acadêmica de Carangola)

**CARANGOLA
2023**

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA UEMG

REITORA

Lavínia Rosa Rodrigues

VICE-REITOR

Thiago Torres Costa Pereira

PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO

Michelle Gonçalves Rodrigues

PRÓ-REITORA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Vanesca Korasaki

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

Moacyr Laterza Filho

PRÓ-REITORA DE GESTÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Silvia Cunha Capanema

DIRETORA DA UNIDADE ACADÊMICA DE CARANGOLA

Andrea Vicente Toledo Abreu

COORDENADOR DO CURSO DE HISTÓRIA

Jonathan Mendes Gomes

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

André da Silva Ramos

**COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE/NDE

Prof. Dr. Glauber Miranda Florindo (Presidente do NDE)

Prof. Dr. Jonathan Mendes Gomes

Profª Drª Érika Oliveira Amorim Tannus Cheim

Prof. Dr. André da Silva Ramos

Prof. Dr. Mauro Franco Neto

PROFESSORES COLABORADORES

Profª Ma. Ana Paula Silva Santana (curso de História)

Prof. Dr. Bruno de Almeida Gambert (curso de História)

Prof. Dr. Josué Borges de Araújo Godinho (curso de Letras)

Profª Drª Magda Dezotti (curso de Pedagogia)

Flavia Martins Alves Godinho (Bibliotecária da Unidade Carangola)

Sumário

APRESENTAÇÃO	5
1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	7
2. HISTÓRICO E PERFIL DA INSTITUIÇÃO	88
3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS	22
4. ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	30
5. ESTRUTURA E FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR	33
6. MATRIZ CURRICULAR	43
7. EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS	56
8. METODOLOGIA DE ENSINO	98
9. SISTEMAS DE AVALIAÇÃO	99
10. POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE (NAE)	102
11. GESTÃO ACADÊMICA	107
12. A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA DA UEMG	112
13. INFRAESTRUTURA PARA O FUNCIONAMENTO DO CURSO	114
14. APÊNDICES	127
14.1 Regulamento de Estágio	127
14.2 Regulamento das Atividades Acadêmicas e Culturais Complementares 139139	
14.3 Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso	147
14.4 Regulamento das Atividades de Extensão	164

APRESENTAÇÃO

Submetemos à apreciação das instâncias competentes da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) as adequações curriculares necessárias à atualização do Curso de História na sua habilitação em Licenciatura. A UEMG compreende a necessidade de reformulações curriculares de modo a promover a atualização e flexibilização dos currículos dos cursos de graduação das Unidades de Ensino, buscando especialmente a versatilidade na formação do estudante.

Esta proposta procura seguir as orientações contidas em resoluções e pareceres do Conselho Nacional de Educação, e demais determinações institucionais. Esta nova proposição de Projeto Pedagógico foi construída com a participação de estudantes e professores do Curso de História e de seu Núcleo Docente Estruturante (NDE). Essa participação aconteceu de modo efetivo e dinâmico, a partir de estudos e debates acerca das informações contidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais e BNCC.

Este projeto sistematiza as ideias e a percepção coletiva dos professores da área específica do curso, daqueles que ministram as disciplinas de caráter geral, como também as ideias, opiniões e sugestões do corpo discente, sempre à procura de caminhos que deem conta da complexidade e singularidade da atuação profissional dos egressos. Trata-se, portanto, de um esforço conjunto na busca das reformulações que se fazem necessárias para tornar a docência nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio tornando-o, desta forma, apto para o mercado de trabalho e capaz de atuar de acordo com as novas exigências da comunidade escolar e as novas estruturas organizativas do mundo atual.

No decorrer da estruturação do presente documento, procurou-se contemplar uma concepção de currículo que permita ao aluno do Curso de História interagir com as diversas áreas do saber pedagógico: o Ensino, com base nas teorias e procedimentos didático-metodológicos; a Pesquisa, como forma de articular e aprofundar temas de interesse, revisitando teoria e prática, como fontes de produção de novos conhecimentos e, a Extensão, permitindo aos alunos o contato com as iniciativas educacionais presentes na comunidade universitária e fora dela, como suportes básicos para a elaboração e produção de trabalhos científicos. Essas áreas, em conjunto, objetivam a formação do saber construído, baseado em

critérios de cientificidade, que permitam a atuação do professor junto ao mundo do trabalho de forma crítica, reflexiva e consciente, exercendo sua cidadania pessoal e ocupando o seu espaço profissional.

É também importante ressaltar que este Projeto Pedagógico não é um documento definitivo. Ao contrário, tem um caráter dinâmico, possibilitando mudanças provenientes de discussões futuras, levando-se em consideração os interesses e as necessidades do público ao qual se destina na busca constante da formação de um profissional capaz de promover meios para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, capaz de acompanhar as tendências de um mundo pluralista e repleto de desafios / transformações e de propiciar aos seus futuros alunos um ensino de qualidade e humanitário.

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Estabelecimento de Ensino: Universidade do Estado de Minas Gerais

Unidade acadêmica: Carangola

Esfera administrativa: Estadual

Curso: Graduação em História

Habilitação: Licenciatura

Modalidade: Presencial

Turno de funcionamento: Noturno

Regime de ingresso: Vestibular, Sisu, Enem, Reopção, Transferência e Novo Título

Número de vagas/turmas anuais autorizadas: 40 (uma turma por ano)

Regime de matrícula: semestral e por disciplinas (art. 3º a 7º da Resolução COEPE/UEMG nº 132/2013)

Carga Horária Total do Curso: 3420h

Integralização do curso: mínimo de quatro anos (oito semestres) e máximo de seis anos (doze semestres), não incluídos nessa contagem os períodos de trancamento.

Sistemas de créditos: 1 crédito corresponde a 15 horas relógio (ou 18 horas aula)

Dias letivos: Segunda à sábado

Período de funcionamento: 50 anos

Ato de Autorização/Criação: Decreto nº. 70.411 publicado no Diário Oficial de 17 de abril de 1972.

Renovação de Reconhecimento: Resolução SEDECTES nº 34 de 02/03/2018.

Município de implantação: Carangola

2. HISTÓRICO E PERFIL DA INSTITUIÇÃO

2.1. A Universidade do Estado de Minas Gerais

A concepção que fundamentou a criação da UEMG foi a de que era necessário construir, nas diferentes regiões do Estado, uma consciência equilibrada de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, percebeu-se que as fundações educacionais precisavam ter seu papel redefinido dentro da estrutura educacional do Estado, pois naquela conjuntura a situação jurídica dessas era complexa e muitas delas funcionavam de forma precária. Sentiu-se, então, a necessidade de se reorganizar o sistema estadual de educação superior mineira, na perspectiva de integrar as instituições de educação superior da Capital às IES das várias regiões do Estado.

Partiu-se do princípio de que o ensino superior mineiro seria mais eficaz e de melhor qualidade se as instituições do interior atendessem às demandas de sua região e, ao mesmo tempo, trabalhasse em colaboração com outras do estado e com as de Belo Horizonte, de maneira a construir uma rede de ensino que oferecesse cursos em todas as áreas do conhecimento e abrangesse todo o Estado. Dessa forma, seriam observados os princípios de cooperação e de regionalização. A interiorização do ensino superior no Estado se tornaria mais completa e eficiente.

Nessa perspectiva, surgiram as primeiras tentativas de consolidação de uma universidade estadual norteada pela premissa do máximo aproveitamento da rede de ensino superior já instalada, constituída por fundações educacionais. A criação dessas IESs deveria ocorrer a partir da reorganização da situação das fundações educacionais já existentes, com a absorção, como unidades, pela Universidade do Estado de Minas Gerais, na forma prevista no § 1º do artigo 82 da Constituição do Estado de Minas Gerais.

A UEMG foi criada em 1989, mediante determinação expressa no Art. 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT da Constituição do Estado de Minas Gerais. Sua estrutura foi regulamentada pela Lei nº 11.539, de 22 de julho de 1994, estando vinculada à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SECTES, à qual compete formular e implementar políticas públicas que assegurem o desenvolvimento científico e tecnológico, a inovação e o ensino superior.

O Campus de Belo Horizonte teve sua estrutura definida por essa mesma lei, que autorizou a incorporação à UEMG de fundações públicas com sede na Capital, que, à época, ofereciam basicamente o ensino de graduação: a Fundação Mineira de Arte Aleijadinho (FUMA), hoje transformada em duas escolas (Escola de Música e Escola de Design); a Fundação Escola Guignard; o curso de Pedagogia do Instituto de Educação, transformado na Faculdade de Educação de Belo Horizonte, e o Serviço de Orientação e Seleção Profissional – SOSOP, hoje convertida em Centro de Psicologia Aplicada – CENPA.

Pelo Decreto nº. 36.639, de 10/01/95, transferiu-se para os quadros da UEMG o pessoal docente e administrativo das entidades incorporadas. Posteriormente, seu Estatuto fora aprovado pelo Decreto nº. 36.898, de 24 de maio de 1995, e seu reconhecimento se deu pelo Conselho Estadual de Educação, publicado no Diário de “Minas Gerais”, órgão oficial do Estado, em 28 de fevereiro de 1996.

Compõe o Campus Belo Horizonte ainda, a Faculdade de Políticas Públicas Tancredo Neves, criada pela Resolução CONUN/UEMG Nº 78, de 10 de setembro de 2005, com vistas a contribuir para a consolidação da missão institucional da UEMG relativa ao desenvolvimento de projetos de expansão e diversificação dos cursos oferecidos e, para a ampliação do acesso ao ensino superior no Estado.

No interior, a UEMG realizou, em convênio com prefeituras municipais, a instalação do curso de Pedagogia fora de sede em Poços de Caldas e das Unidades Acadêmicas em Barbacena, Frutal, João Monlevade, Leopoldina e Ubá com a oferta de cursos que buscam contribuir para a formação de profissionais e para a produção e difusão de conhecimentos, que reflitam os problemas, potencialidades e peculiaridades de diferentes regiões do Estado, com vistas à integração e ao desenvolvimento regional.

Por meio da Lei nº 20.807, de 26 de julho de 2013, foi prevista a estadualização das fundações educacionais de ensino superior associadas à UEMG, de que trata o inciso I do § 2º do art. 129 do ADCT, a saber: Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola; Fundação Educacional do Vale do Jequitinhonha, de Diamantina; Fundação de Ensino Superior de Passos; Fundação Educacional de Ituiutaba; Fundação Cultural Campanha da Princesa, de Campanha e Fundação Educacional de Divinópolis; bem como os cursos de ensino superior mantidos pela Fundação Helena Antipoff, de Ibirité, estruturada nos termos do art. 100 da Lei Delegada nº 180, de 20 de janeiro de 2011, cujos processos de estadualização foi

encerrado em novembro de 2014. A Figura 1 demonstra a localização das Unidades que compõem a UEMG no estado de Minas Gerais, nas regiões intermediárias do estado.

Figura 1
Distribuição das Unidades da UEMG segundo regiões Intermediárias de Minas Gerais



Fonte: uemg.br/unidades

Com as últimas absorções efetivadas, a Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG assumiu uma posição de grande relevância no Estado, ofertando mais de 120 cursos de graduação (dois deles na modalidade à distância), com mais de 20 mil estudantes, e presença em 16 municípios de Minas Gerais, contando ainda com polos de ensino a distância em 13 cidades mineiras.

Através da Reitoria, das unidades do Campus BH e das unidades do interior, e dos polos de EaD, a UEMG atua de forma integrada com a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior e demais instituições a ela vinculadas, estabelecendo relações com a comunidade científica e órgãos de fomento à pesquisa e extensão.

Para se firmar no contexto do Ensino Superior no Estado e buscando estar presente em suas mais distintas regiões, a UEMG adota um modelo multicampi, se constituindo não apenas como uma alternativa aos modelos convencionais de instituição de ensino, mas

também de forma política no desenvolvimento regional. Assim, a Universidade apresenta uma configuração ao mesmo tempo, universal e regional. Deste modo, ela se diferencia das demais pelo seu compromisso com o Estado de Minas Gerais e com as regiões nas quais se insere em parceria com o Governo do Estado, com os municípios e com empresas públicas e privadas.

Pela análise da história da UEMG desde sua criação, e de suas unidades, permite afirmar que a Universidade do Estado de Minas Gerais representa uma alternativa concreta aos modelos convencionais de instituição de ensino, e experiência rica de aproximação do Estado mineiro com suas regiões, por acolher e apoiar a população de Minas onde vivem e produzem. Por sua vocação, tem sido agente do setor público junto às comunidades, colaborando na solução de seus problemas, através do ensino, da pesquisa e da extensão e na formação e implementação de seus projetos e política de desenvolvimento regional.

As finalidades e competências da UEMG foram instituídas pelo Decreto nº 45.873, de 30 de dezembro de 2011 com o fito de promover atividades de ensino superior, pesquisa e extensão, observadas as políticas formadas pela Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SECTES.

2.2. A Unidade Acadêmica de Carangola

A Unidade Acadêmica de Carangola da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, tem sua história vinculada à da Fundação FAFILE de Carangola que teve início na década de 1970, quando a cidade de Carangola e outras do seu entorno, como as demais regiões do interior do país, demandavam por programas de formação superior, principalmente, por cursos de Licenciatura, uma vez que a população estudantil procurava os grandes centros, distantes de sua residência o que, além dos transtornos que acarretava, implicava gastos extras, muitas vezes, incompatíveis com o poder aquisitivo da comunidade.

Visando atender a essa necessidade social da região, a Fundação FAFILE de Carangola solicitou o credenciamento de sua mantida, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola – FAFILE que iniciou suas atividades com a oferta dos seguintes Cursos de Licenciatura: Ciências/Matemática, História, Letras e Pedagogia autorizados pelo Decreto nº 70.411, de 14 de abril de 1972, que Autoriza o Funcionamento da Faculdade de Filosofia,

Ciências e Letras de Carangola/MG, publicado no Diário Oficial da União em 17 de abril de 1972.

Em seguida, são instalados os cursos de Geografia, autorizado através do Decreto Estadual nº 41.547, publicado no Diário Oficial de Minas Gerais de 20 de fevereiro de 2001 e Ciências Biológicas autorizado pelo Decreto Estadual nº 43.153, publicado no Diário Oficial de Minas Gerais de 11 de janeiro de 2003. Em 2002, o Decreto CEE/Nº 42.624 de 02 de agosto de 2002, credenciou a Faculdade de Ciências Exatas – FACEX para implantação do Curso de Sistemas de Informação, autorizado pelo Decreto Estadual nº 42.824, publicado no Diário Oficial de Minas Gerais. Entretanto, a criação de novos cursos aliada à necessidade da articulação das atividades pedagógicas e administrativas das IES levou a mantenedora a solicitar a junção de suas mantidas.

Assim, atendidos os requisitos legais e pela aprovação do seu Regimento através do Parecer CEE nº 93/07 publicado no Diário Oficial de Minas Gerais em 10 de fevereiro de 2007 foram criadas as Faculdades Vale do Carangola – FAVALE, pela junção da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola – FAFILE e da Faculdade de Ciências Exatas – FACEX, mantidas pela Fundação FAFILE de Carangola. Através do Decreto Estadual publicado no Diário Oficial de Minas Gerais de 02 de junho de 2007, a FAVALE obtém autorização para o funcionamento dos cursos de Administração e de Turismo e pelo Decreto publicado no Diário Oficial de Minas Gerais de 30 de julho de 2008 fica autorizada a criação do Curso de Serviço Social.

Sediada na Praça dos Estudantes, 23, Bairro Santa Emília, município de Carangola, ao longo de sua trajetória na área de educação por 50 anos, esta Instituição de Ensino Superior se dedicou à formação inicial e continuada de professores da Educação Básica qualificando desde seu funcionamento aproximadamente 9.000 profissionais.

Tendo em vista a Portaria MEC/CNE Nº 4.059 de 10/12/04, a partir do segundo semestre de 2008, deu-se início ao trabalho com disciplinas na modalidade de ensino a distância. Essas disciplinas foram incorporadas, gradativamente, nos seus cursos reconhecidos na modalidade de ensino a distância. Cumpre ressaltar que, o deslocamento das atividades presenciais para aquelas na modalidade de ensino a distância, nos cursos de graduação existentes na IES, implicou à utilização de um desenho pedagógico, diferenciado, isto é, de um

tipo de ensino pautado na participação, na coautoria e na aprendizagem baseada na construção do conhecimento em rede.

Dessa forma, um novo papel foi solicitado ao professor, pois para viabilizar a implementação dessa nova modalidade de ensino foi importante contar com os recursos tecnológicos da plataforma *moodle* e da metodologia da educação à distância. Tendo em vista a manutenção do mesmo padrão de qualidade da modalidade presencial, a IES não só realizou atividades de capacitação em Educação a Distância – EaD para professores e pessoal técnico-administrativo como também elaborou Orientações Gerais, para as atividades em EaD, cuja finalidade foi imprimir um eixo comum às práticas docentes dos professores, no que se refere ao desenvolvimento das atividades na modalidade de ensino a distância e ao atendimento ao aluno.

Dentre as estratégias adotadas pela Instituição para sua expansão qualitativa, ressaltam-se: a implantação de parcerias com órgãos de fomento local, regional, estadual e federal, especialmente para a execução de estágios obrigatórios, e inclusive aqueles remunerados; a criação do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão – NUPEX; a realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão; implantação de programas de Pós-Graduação *Lato Sensu*; a revisão dos Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação.

Complementando as opções de formação pedagógica oferecida pela Fundação FAFIE foi implantada, em 2005, a Escola de Formação Profissional com priorização inicial da área Agropecuária. Na tentativa de expandir sua atuação, bem como iniciar um Programa de Formação Continuada ofereceu: – cursos de Qualificação Profissional em parceria com o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT; Telessalas de Minas, conveniadas com Prefeituras Municipais do entorno da IES; Programa de Capacitação de Professores do Ensino Médio – Pró Ciências patrocinados pela CAPES/ME, SEMT/MEC, SECT/MG e SEE/MG; Programa de Capacitação de Professores – PROCAP – Escola Sagarana, através do Edital de Licitação nº 04/2000 da SEE/MG; Programa para Avaliação da Escola Pública de Minas Gerais SIMAVE/PROEB, nos anos de 2000 e 2001, atendendo a todos os alunos da SRE de Carangola e da SRE de Manhuaçu; Projeto Veredas – Formação Superior de Professores para atuarem nos anos iniciais do Ensino Fundamental, modalidade a Distância, capacitando 422 professores em exercício nas Escolas Públicas das SRE de Guanhães e de Governador Valadares.

Procurando desenvolver um amplo e diversificado conjunto de ações tendo em vista obter uma maior articulação com órgãos, entidades, empresas, prefeituras e outras instituições voltadas para a educação e o ensino, a FAVALE manteve, parcerias com: I – Prefeitura Municipal de Carangola para realização do Projeto TIM: grandes escritores, FAFILE na Maior Idade, realização do Estágio Curricular Supervisionado, Cursos de Formação Continuada de Professores e outros; II – Prefeituras Municipais do seu entorno para deslocamento de alunos dos cursos de graduação até a FAVALE, III – Superintendências Regionais de Ensino – SREs, para oferecimento de Cursos de Formação Continuada de Professores, expedição de certificados, realização de Estágio Curricular Supervisionado.

Em 27 de julho de 2013 foi assinada a Lei nº 20.807, que dispôs sobre os procedimentos para que a absorção das fundações educacionais de ensino superior associadas à Universidade do Estado de Minas Gerais se efetivasse.

Em 30 de novembro de 2013, por meio do Decreto nº 46.539, a Instituição Faculdades Vale do Carangola foi absorvida pela Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG. A partir desta data, surge, na Zona da Mata Leste de Minas, a primeira universidade pública desta região que segue suas atividades, agora, como uma instituição pública, gratuita e de qualidade.

Começa então o funcionamento da Unidade Carangola da UEMG, com o objetivo principal de manter e desenvolver, de conformidade com a legislação federal e estadual pertinente, estabelecimento integrado de ensino, extensão e pesquisa, de nível superior, destinado a proporcionar, a esse nível, formação acadêmica e profissional.

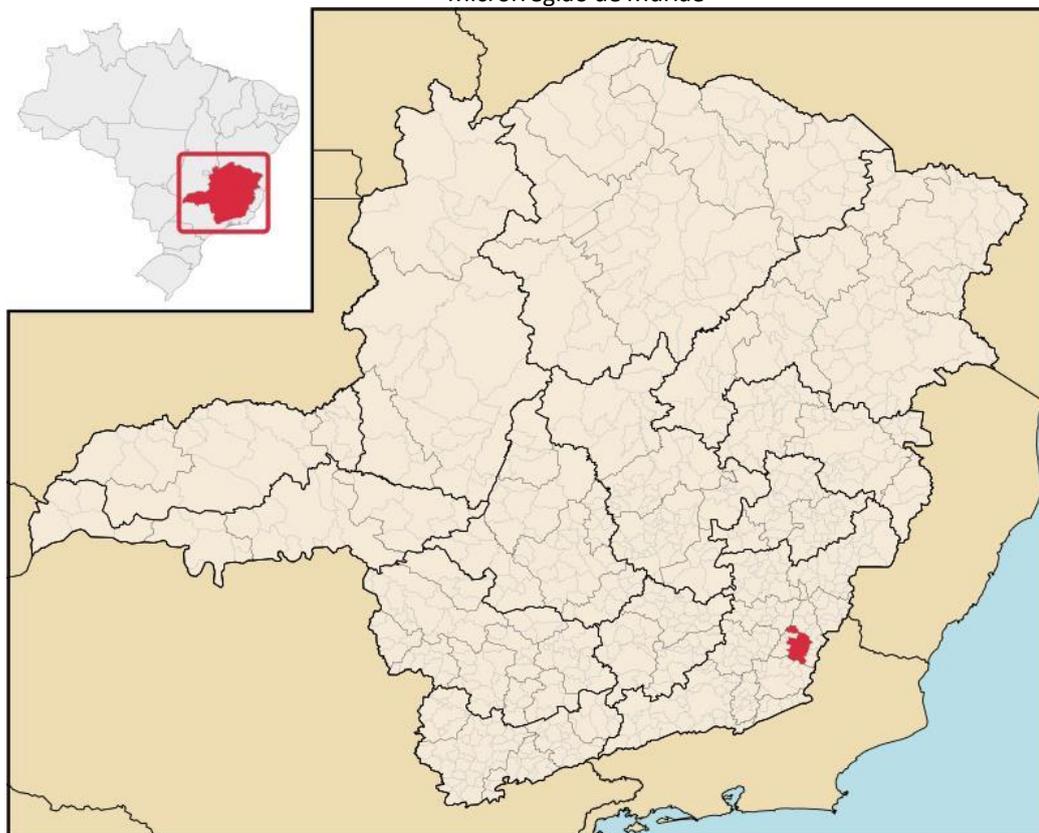
Dentre as estratégias adotadas para continuidade de sua expansão qualitativa, ressaltam-se: a criação do Núcleo de Estágio – NUE; a criação do Núcleo de Assistência Estudantil – NAE; a criação do Diretório Acadêmico Estudantil; a curricularização da extensão obrigatória; a implantação dos programas de Monitoria e Estágio Remunerado; a implantação de outros programas de Pós-Graduação *Lato Sensu*; a criação de revistas de publicação acadêmica como a *Sapiens* e a *Histórias Públicas*; a criação de PPCs para implantação de novos cursos de graduação, e um a nível de Mestrado Profissional; a implantação de novas parcerias com órgãos de fomento local, regional, estadual e federal, especialmente com as secretarias municipais. De 2014 até os dias atuais a Unidade formou quase 2.000 profissionais,

contribuindo para a democratização do acesso ao ensino superior público e gratuito no Estado e para maior integração e desenvolvimento das regiões.

2.3. Realidade Regional

O município de Carangola encontra-se no interior do estado de Minas Gerais, na parte Sudeste deste estado, denominada Zona da Mata mineira, ocupando uma área de 353,404 km² e com população foi estimada, segundo último censo, em 33.463 habitantes. Trata-se de uma porção regional caracterizada pelo domínio de pequenos municípios com predominância de atividades do setor primário e terciário (IBGE, 2010). A microrregião de Muriaé/MG, na qual se encontra o município de Carangola – MG, reforça essas características com ênfase para a cafeicultura, pecuária e o setor de serviços, no qual a educação ainda é relevante.

Figura 2
Microrregião de Muriaé



Fonte: IBGE

A área de influência da Unidade Carangola envolve principalmente a Superintendência Regional de Ensino de Carangola – 5ª SRE, a qual é composta por 11 (onze municípios) com 232 escolas, sendo 33 estaduais, 181 municipais e 18 privadas. Engloba ainda outros municípios do Estado de Minas Gerais pertencentes a outras Superintendências de Ensino como: Alto Jequitibá, Leopoldina, Muriaé, Manhuaçu, Manhumirim, Pedra Bonita, São Francisco do Glória, São João do Manhuaçu, Santa Margarida. Além dos municípios mineiros já mencionados, a área de influência da Unidade Acadêmica de Carangola se estende, ainda, para municípios do Estado do Rio de Janeiro como Natividade, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua e Volta Redonda; e para os municípios do sul-capixaba como Alegre, Dolores do Rio Preto, Guaçuí e Venda Nova do Imigrante.

Figura 3
SRE – Carangola



Fonte: <http://srecarangola.educacao.mg.gov.br>

Os municípios no entorno de Carangola apresentam situação econômica semelhante, com base agropecuária, embora uma considerável parcela de sua população economicamente

ativa, como é o caso de boa parte dos estudantes desta Unidade, sobrevive graças a trabalhos oferecidos pelo comércio local ou por instituições públicas, sobretudo prefeituras. Tratando-se da realidade sócio-cultural o cenário da região mostra-se precário: há poucas bibliotecas e as existentes possuem acervo deficitário; a falta de cinemas e teatros impede o acesso a essas artes; dificuldades criadas pela distância física no que concerne ao contato com universidades e outros centros de difusão do saber, entre outros entraves.

Acerca do contexto regional delineado, a Unidade Acadêmica de Carangola da UEMG exerce papel preponderante, no sentido de tornar menos impactantes os efeitos decorrentes das carências descritas, de modo a formar um profissional que saiba preservar seus elementos identitários, sem ignorar uma visão global de sociedade e de políticas essenciais ao estar no mundo. Ademais, a Unidade vem acumulando em sua história ampla experiência na formação de profissionais na área de educação em nível de graduação nos cursos de licenciatura em Letras Português/Inglês, Pedagogia, Ciências Biológicas, História, Geografia e Matemática.

2.4. Histórico e Perfil do Curso de História

O curso de História nasceu junto com a criação da Fundação FAFILE de Carangola nos anos de 1970. Como dito anteriormente, o curso foi credenciado pelo Decreto nº. 70.411, publicado no Diário Oficial da União de 17 de abril de 1972, obtendo seu reconhecimento em dezembro de 1976, com o Decreto de nº 70.019. A partir do Decreto nº. 46.539, de 30 de novembro de 2013, a Fundação FAFILE foi absorvida pela Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG e passou a denominar-se Unidade Carangola

Desde sua implantação em 1972, o curso de História já formou aproximadamente 1200 professores e professoras, responsáveis pela educação fundamental, média e superior da população de Carangola e região. Isto representa não só o compromisso que o curso vem assumindo na formação de profissionais da educação local e regional, mas o papel de destaque que vem desempenhado na qualificação profissional de docentes e historiadores na referida região.

É um curso noturno, presencial, com a possibilidade de oferta de disciplinas na modalidade de ensino a distância, criado para atender às necessidades da população de Carangola e região, constituída por jovens que, em sua maioria, desenvolve atividades laborais

durante o dia, com renda média próxima ao salário mínimo. Trata-se de uma alternativa atraente para os estudantes que buscam qualificação profissional e remuneração melhor em relação à realidade pregressa.

Durante os 50 anos de experiência do curso de História, ocorreram várias alterações curriculares, todas visando à atualização dos conteúdos ministrados, à reorganização da estrutura das disciplinas, à ampliação dos conhecimentos ensinados e/ou à adequação às exigências da legislação em vigor, como por exemplo as modificações trazidas pelo Parecer nº. 1363/2001 de 12 de dezembro de 2001 e a Resolução CNE/CES nº. 13 de 13 de março de 2002, que definem as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de História.

Acompanhando essas resoluções, o curso passou por modificações quanto à atuação profissional de seu licenciado, refletindo não apenas mudanças da legislação específica, mas também mudanças sociais, culturais, econômicas e políticas, que impactam e afetam frequentemente, em graus e ritmos diferentes, todos os segmentos da sociedade, incluindo aí a educação, e a formação do profissional desta área.

Até 2016 o curso de História já se afinava com o princípio básico de que uma universidade se constrói na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Seu projeto pedagógico de então, articulando ensino de História ao processo de produção de conhecimento histórico, já consolidava a ideia de que o curso de História, diante da sociedade da informação, constitua-se como formador de docentes aptos a procederem à mediação entre a sociedade e os alunos, de forma crítica e problematizadora. Incluía-se aí o entendimento do professor não apenas como reproduzidor de conhecimentos, reconhecendo que seu papel não se reduz apenas a informar.

Em 2016 foi implementado um novo projeto pedagógico, resultado, da percepção do conjunto de professores do curso, expressa em diversas oportunidades – sobretudo em reuniões docentes e indagações provenientes do corpo discente – da necessidade da reformulação de algumas de suas concepções. A partir de então, o curso adotou como princípio formar nosso discente para atuar como professor, mas também, como historiador, atento aos novos campos de trabalho como os museus, centros de preservação de documentos e memória e no desenvolvimento de políticas e projetos de gestão do patrimônio cultural.

Atualmente, a reestruturação do Projeto Pedagógico do Curso se faz novamente necessária, justificando o presente documento. As alterações propostas, e então consolidadas, especialmente no que tange à matriz curricular do curso seguiram basicamente três percursos relevantes: adaptação ao novo quadro docente, e às especialidades inerentes ao mesmo; adaptação a um novo perfil do egresso, investindo cada vez mais na dimensão pesquisadora como indissociável da dimensão docente; e adaptação às legislações e resoluções vigentes e suas exigências.

Em 2020, o curso passou por importante reestruturação a partir da nomeação de professores aprovados em concursos públicos. Atualmente, o curso possui um corpo docente altamente qualificado, composto por 07 professores, dos quais seis são doutores e um é mestre; além de outros professores de outros cursos, também qualificados, que ministram disciplinas ligadas a outros campos do saber. A estabilidade do corpo docente permitiu ao curso a consolidação mais sistemática da pesquisa, da extensão e do ensino. Desde o início do funcionamento, o curso sempre promoveu atividades extracurriculares, como seminários, encontros, palestras e mesas-redondas, visitas técnicas proporcionando aos seus estudantes contato e diálogo com profissionais de outras regiões e instituições, o que tem sido ainda mais sistematizado com um corpo docente permanente.

Dentre esses eventos podemos destacar a Semana Acadêmica de História e a Semana do PURHIS, entre outros eventos e atividades (oficinas, minicursos, palestras) regularmente organizadas pelo corpo docente e em parcerias com outros cursos e/ou outras instituições. O curso conta com grupos de pesquisa em andamento, entre eles destacamos o PURHIS: História Pública, Tempo e Identidades; e a participação em grupos transdisciplinares como o NEAB (Núcleo de Estudos Afrobrasileiros) e o Grupo de Pesquisa em Gênero e Política. Há também a criação, em 2021, da Revista Histórias Públicas, em parceria com o curso de História da Unidade Passos, propondo a divulgação de produções acadêmicas de qualidade.

Além disso, seu corpo docente e discente vem atuando no desenvolvimento de vários projetos de pesquisa, extensão, monitoria e o projeto do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (vigente desde 2020), sendo vários estudantes contemplados com bolsas ou com atuação voluntária nos projetos. Merecem destaques os projetos “História e Geografia para além dos muros: compartilhando experiências e incentivando à formação universitária”, atuando na divulgação dos cursos de História e Geografia nas redes de ensino básico; e o “Pré-

Vestibular Comunitário UEMG/EDUCAFRO”, servindo também de incentivo e preparação dos alunos do Ensino Médio para adentrarem ao ambiente universitário.

Merecem destaque também os projetos “Arquivo e Memória: fontes e metodologias para a construção de uma história regional” e “Museu virtual colaborativo Memórias da UEMG Unidade Carangola”, voltados para a preservação da memória, da história e da cultura da região da Zona da Mata mineira, preocupando-se em organizar e divulgar material encontrado no Museu e Arquivo Municipal de Carangola, um dos maiores acervos documentais da região. Portanto, além da qualificação do mercado docente de História, o curso contribui para a preservação e a divulgação da memória da região, o que acaba por afetar o contexto educacional regional, uma vez que nossas ações atingem professores e alunos das escolas da cidade e região, bem como nossos discentes se inserem no mercado dentro dessa perspectiva educacional mais ampla.

Como todo curso de licenciatura, o curso de História da UEMG – Unidade Carangola, deve ter seu foco na formação de profissionais que irão atuar na sala de aula, como professores do ensino fundamental e médio, notadamente (mas não exclusivamente). Não se pode, no entanto, esquecer que a pesquisa, importante em todos os campos acadêmicos, é um dos pontos fulcrais do fazer histórico. A pesquisa, movida pela indagação e problematização histórica, é essencial na formação do professor/historiador. Assim, a reestruturação contida neste Projeto Pedagógico é também movida por não perder de vista a importância da formação teórica e prática específicas de História.

Busca-se a formação de um profissional habilitado a contextualizar, problematizar, apto a teorizar sobre a prática sem deixar de praticar a teoria e, a partir daí, cultivar horizontes de transformação e melhoria de sua própria vocação e propor soluções derivadas de uma atuação crítica e criativa. O eixo da organização curricular fundamenta-se na reflexão e crítica historiográfica, ou seja, na ideia de que a capacidade de interpretação da urdidura de sentidos é mais pertinente que o ajuntamento de fatos, datas e personagens excepcionais. Com isso, destaca-se a importância creditada à relação entre teoria e prática em campo do saber que desde há muito tomou seus métodos e categorias de análise como objetos de sua própria investigação.

Desse modo, o profissional de História que desejamos formar neste curso, integra as dimensões da prática do pesquisador que pensa as várias dimensões do ensino pois não se

imagina um bom professor de História sem a pesquisa histórica. A filosofia do Curso de História está sedimentada no conceito de professor pesquisador, isto é, na formação profissional integrada, das atividades de magistério - formação do profissional para o ensino fundamental e médio - e da produção do saber histórico.

A cidade de Carangola é privilegiada no que se refere a fontes de pesquisas. O Museu e Arquivo Municipal conta com um rico acervo de jornais, fotografias, documentos e peças diversas, abrangendo não apenas o município sede, mas toda a região do seu entorno, e compreendendo um período que vai do final do século XIX aos dias atuais. Trata-se de um local já utilizado como fonte de pesquisa em projetos de pesquisa e extensão por alunos e professores da Unidade Carangola, muitos inclusive vinculados a editais de fomento. Encontram-se, também, no Museu mais de 20 mil peças extraídas do Sítio Arqueológico Córrego do Maranhão, retiradas entre 2008 e 2009. A maioria dessas peças ainda não foi devidamente trabalhada e estudada.

É importante destacar que a existência do Museu em nossa cidade influenciou a montagem da Matriz Curricular do curso. Existem duas disciplinas obrigatórias, “Patrimônio Histórico e Cultural” e “Arquivos e Museus” com o objetivo de proporcionar aos alunos uma formação que possa ajudá-lo a entender a importância da preservação do patrimônio e da pesquisa em fontes primárias. Além daquelas disciplinas, ainda são oferecidas a disciplina obrigatória História de Minas Gerais, e disciplinas optativas na área de História Regional a fim de proporcionar os conhecimentos necessários para o estudo e pesquisa naquela área e nas possíveis “memórias” ali existentes. Assim, a História Regional poderá ser não apenas incentivada, mas melhor pesquisada, entendida e explicada através do acesso ao acervo do Museu e na preparação de material referente às especificidades locais. A produção de História Regional é mais do que necessária para o melhor conhecimento do processo histórico de formação de nossa sociedade.

No que tange aos conteúdos curriculares desta proposta, não se pode negligenciar também a importância do diálogo da área de História com outras áreas afins, fator contemplado na oferta das disciplinas “Sociologia”, “Filosofia”, e “Antropologia”. Na mesma direção, a matriz curricular atende às obrigatoriedades contidas nas legislações vigentes, a respeito da importância do debate de temas transversais, a partir das disciplinas “Relações Étnico-Raciais e Cultura Afro-brasileira no Ensino de História”, “História da África”, “História

Ambiental e Ensino de História”, “Direitos Humanos, Gênero e Educação”, “História e Relações de Gênero” e “História dos Povos Indígenas”. Por fim o sistema de optativas (duas em semestre par, e outras duas em semestre ímpar) visa uma maior flexibilidade curricular, possibilitando ao estudante melhor optar/escolher por disciplinas que atendam seus interesses.

Uma vez que as disciplinas do curso têm relações com as transformações, as mudanças operadas procuram estar em sintonia com as mudanças da sociedade e as necessidades e demandas dos profissionais licenciados. Busca-se, com esse novo desenho, que o egresso do curso de História tenha domínio do conteúdo e a compreensão crítica daquilo que ensina e faz; conheça as novas tecnologias e que as utilize, de acordo com o projeto político de emancipação do ser humano; que tenha na sua formação uma especificidade que contribua para o trabalho coletivo e interdisciplinar na escola; e que tenha a compreensão das relações entre a escola e a sociedade.

3 JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

3.1 Justificativa

Conforme os dados mencionados anteriormente, a microrregião de Muriaé, com seus 300 mil habitantes aproximadamente, abriga o funcionamento de apenas dois cursos de História, sendo um na Unidade Carangola da UEMG, único oferecido por uma universidade pública na região. Essas informações demonstram a importância não só do curso de História mas da UEMG – Unidade Carangola como um todo na região. Esta, demonstra sua influência como formadora de profissionais para a educação básica, através de seus cursos de licenciatura e, através do curso de História, formadora também de recursos humanos para instituições público-privadas ligadas ao patrimônio histórico e cultural.

Destaca-se mais uma vez que o curso é voltado para atender não só ao município de Carangola, mas toda a área próxima através do vestibular convencional, e também a todos aqueles que ingressam através do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e Sistema de Seleção Unificado (SISU). Contando com 50 anos de atividade, iniciados com a Faculdade de

Filosofia Ciências e Letras de Carangola, sucedida pelas Faculdades Vale do Carangola e, hoje, UEMG – Unidade Carangola, calcula-se formação de cerca de 1200 professores de História.

O processo de reestruturação do presente Projeto Pedagógico do Curso de História da Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Carangola e, por conseguinte, de todo o curso, foi iniciado através de debates que contaram com a colaboração de professores e alunos, tendo em vista oportunizar uma maior participação de todos os envolvidos e interessados no curso, bem como abarcar a complexidade e singularidade da atuação profissional dos egressos.

A construção desse diálogo, em conjunto, objetiva a formação do saber construído, baseado em critérios de cientificidade, que permitam a aptidão do professor para atuar junto ao mundo do trabalho de forma crítica, reflexiva e consciente, exercendo sua cidadania pessoal e ocupando o seu espaço profissional, e de acordo com as novas exigências da comunidade escolar e as novas estruturas organizativas do mundo atual.

Boa parte da justificativa dessa reestruturação decorre também de deliberações construídas ao longo do tempo, tendo como referência as demandas do curso, bem como as mudanças na legislação pertinente, estabelecendo novos parâmetros concernentes às cargas horárias dos cursos, às práticas como componentes curriculares, ao estágio supervisionado, à curricularização da extensão, entre outras providências que se materializam, efetivamente, nas reformulações curriculares que reorientem as concepções didático-pedagógicas, para viabilizar o alcance dos objetivos gerais pretendidos, em conformidade com os requisitos das áreas de conhecimento.

Assim, ao considerar o disposto na legislação pertinente e nos debates e opiniões dos envolvidos no processo, a reestruturação do presente Projeto Pedagógico tem como ponto de partida o compromisso social, incorporando o ponto de vista da conjuntura contemporânea, como também o consenso sobre a estruturação curricular, os tópicos a serem trabalhados em cada uma das disciplinas, as condições de oferta do Curso e as formas de organização do processo ensino-aprendizagem.

Esta justificativa procura ainda contemplar as exigências legais com base nas diretrizes fundamentais estabelecidas nos principais documentos que seguem relacionados:

1) Lei 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

- 2) Parecer CES/CES 492/2001, de 03 de abril de 2001 e Resolução CNE/CES 13, de 13 de março de 2002, que traçam as Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação, inclusive para os cursos de História, integrantes dos Pareceres CNE/CES 492/2001 e 1.363/2001 (12/12/2001);
- 3) Resolução CNE/CP 1/2004, de 17 de junho de 2004, que estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana;
- 4) Decreto nº 9.656, de 27 de dezembro de 2018 que altera o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras;
- 5) Resolução CNE/CP 1/2012, de 30 de maio de 2012, que estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- 6) Resolução CNE 2/2012, de 15 de junho de 2012, que estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;
- 7) Resolução CEE/MG nº 482/2021 que estabelece normas relativas à regulação do ensino superior do Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais e dá outras providências;
- 8) Resolução COEPE/UEMG 132/13, de 13 de dezembro de 2013, que Regulamenta a Implantação do Regime de Matrícula por Disciplina nos cursos de graduação da UEMG;
- 9) Estatuto da Universidade do Estado de Minas Gerais, Decreto nº 46.352, de 25 de novembro de 2013;
- 10) Regimento Geral da Universidade do Estado de Minas Gerais;
- 11) Resolução CNE/CES nº 07/2018 que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira;
- 12) Resolução CNE/CP nº 02/2019 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC – Formação);
- 13) RESOLUÇÃO COEPE/UEMG Nº 323, DE 28 DE OUTUBRO DE 2021, que dispõe sobre a abordagem curricular de conteúdos transversais em Gestão e Inovação nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UEMG;
- 14) RESOLUÇÃO CEE/MG nº 490, de 26 de abril de 2022 que dispõe sobre os princípios, os fundamentos, as diretrizes e os procedimentos gerais para a Integralização da Extensão nos

Currículos dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação Lato Sensu no Sistema de Ensino do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

3.2 Concepção, Finalidades e Objetivos.

O Projeto Pedagógico do Curso de História enfatiza a necessidade de consolidação e ampliação de diretrizes já reconhecidas no âmbito da pesquisa e do ensino de História. Procura acentuar a articulação entre teoria e prática, dotando o corpo discente das habilidades necessárias à investigação científica e ao trabalho pedagógico, este compreendido para além do espaço da sala de aula, dadas as responsabilidades apontadas pela própria legislação educacional, referentes aos planejamentos político-pedagógicos e às estratégias de articulação entre espaço escolar e comunidade.

Para o efeito, torna-se indispensável a superação da ideia acerca de uma suposta dicotomia entre a prática pedagógica e o fazer profissional do historiador. Embora impliquem dinâmicas e temporalidades diferenciadas, os dois momentos possuem relações inerentes e determinações recíprocas. Frisá-las permite qualificar a intervenção docente em diversos campos de seu domínio, a exemplo daqueles relacionados à memória, ao patrimônio, às políticas culturais e à promoção do exercício da cidadania.

O profissional da área de História não deve perder de vista seu papel ativo na vida social. Sua formação deve considerar as transformações contemporâneas operadas no mercado de trabalho, no perfil e na qualificação exigida para a execução de suas atividades. Igualmente, pressupõe a análise e a possível assimilação de novas demandas por saberes que venham a contribuir com o aperfeiçoamento da pesquisa e do ensino de História. Os fatores em questão requerem, portanto, um exame rigoroso e continuado do tipo de profissional a ser formado pelos cursos de História, instados a considerar as dinâmicas societárias, em suas mudanças e permanências, e relacioná-las com as atividades pedagógica e de pesquisa próprias a sua área do conhecimento. Entendemos que essas premissas devem orientar o Curso de História, cuja atual estrutura curricular foi pensada para garantir aos discentes uma formação como historiador e professor, vislumbrando sua atuação tanto na educação básica como no ensino superior.

Nesse sentido, as instituições de ensino superior devem oferecer uma formação sólida para seu corpo discente, de modo a garantir-lhe possibilidades de crescimento intelectual e de inserção efetiva no mercado de trabalho. No caso do curso de história, seus egressos estarão habilitados para atuar tanto em instituições de educação básica e de ensino superior como no âmbito de museus, arquivos e centros de documentação. Ademais, poderão executar atividades de planejamento de políticas públicas relacionadas ao patrimônio histórico-cultural. Sendo assim, o curso tem como perspectiva a formação de profissionais voltados para o ensino de História e a produção historiográfica, capazes de refletir criticamente sobre a dinâmica e as implicações dos processos de construção da memória coletiva. Pretende, ainda, formar profissionais aptos a atuar em instituições que lhe dão suporte (arquivos, museus, centros de documentação, etc.), os quais cumprem a importante função de intervir local e regionalmente nos processos de produção de representações acerca do saber histórico e do patrimônio histórico-cultural.

É importante ressaltar ainda que o curso, como já mencionado, atento às orientações e diretrizes do MEC, visa à promoção da reflexão sobre a Educação para a Diversidade, a qual se realiza tanto por meio de disciplinas como “Libras”, “Educação para Relações Étnico-Raciais”, “Antropologia”, “História da África”, “História dos Povos Originários”, assim como por intermédio de trabalhos interdisciplinares, seminários, debates e visitas técnicas. Em tais disciplinas, debate-se a necessidade de combater o racismo e o mito da democracia racial presente na cultura brasileira, a necessidade de dar visibilidade à estética, aos valores, à herança, enfim, à cultura indígena e afro-brasileira, justificando a importância de se trabalhar a Educação das Relações Étnico-Raciais. O amparo legal para tal prática encontra-se na Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003, modificada pela Lei 11.645, de 10 de março de 2008, que institui a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena no ensino fundamental e médio. Além disso, foram publicadas, em 2005, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana e dos Povos Indígenas.

Já o amparo legal para a Educação em Direitos Humanos encontra-se na Resolução n. 1, de 30 de maio de 2012, do Conselho Nacional de Educação e Parecer CNE\CP nº 8\2012. No Curso de História, esses debates são tratados especialmente nas disciplinas de “Direitos

Humanos, Gênero e Educação”, e História e Relações de Gênero” “e por meio de trabalhos e ações interdisciplinares, participações em grupos de estudos, bem como disciplinas optativas.

No mesmo diapasão, a educação ambiental é tema recorrente na agenda social do mundo contemporâneo. Educar para a sustentabilidade significa educar homens e mulheres para reconhecer o planeta que ocupamos como espaço de toda a humanidade e a natureza como um valor em si. A Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012, estabelece a Educação Ambiental como prática integrada aos currículos dos cursos de graduação, de forma contínua e permanente. No Curso de História, esses debates são tratados especialmente nas disciplinas de “História Ambiental e Ensino de História”, e “Antropologia” e por meio de trabalhos e ações interdisciplinares, bem como disciplinas optativas.

A concepção, as finalidades e os objetivos do curso visam ao atendimento das políticas institucionais constantes no Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade do Estado de Minas Gerais (PDI - UEMG 2014-2025).

3.3 Identificação das demandas profissionais e sociais que o curso busca atender em termos técnicos, científicos e sociais

O Curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) Unidade Carangola, recebe, em sua maioria, estudantes do município em que se encontra e de diversas cidades da região sudeste da Zona da Mata mineira, tais como: Espera Feliz, Divino, Caiana, Tombos, Faria Lemos, Fervedouro, Caparaó, Pedra Dourada, Orizânia entre outras; inclusive municípios fora do Estado de Minas Gerais como Porciúncula e Dores do Rio Preto. Tendo em vista a localização geográfica e a pouca presença de mais cursos na região, cabe destacar que a instituição contribui para a formação de profissionais que atualmente se inserem na docência em instituições de educação básica, públicas e privadas da referida região.

Além da formação de Docentes para atender às demandas regionais, o Curso também oferece aos seus discente, em acordo com a Lei nº 14.038, de 17 de agosto de 2020, competências e habilidades para trabalhar com as políticas públicas de memória e patrimônio, em órgãos e instituições públicas e privadas, contribuindo dessa forma para as demandas regionais de desenvolvimento de ações e projetos que visem promover o

patrimônio cultural e a formação e preservação de acervos históricos.

3.4 Perfil profissional do egresso e das habilidades e competências conferidas pelo curso

O/A egresso/a do curso, tem habilitação em licenciatura para atuar como professor(a) na educação básica, nos Anos Finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos (EJA), como aponta a Lei nº 14.038, de 17 de agosto de 2020 que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Historiador. E, em acordo com a da Resolução nº. 2, de 20 de dezembro que 2019, a formação na área da educação prevê que o/a egresso/a tenha habilidade de planejar e reger aulas, gerir espaços educacionais, construir projetos de ensino, realizar avaliações de acordo com ano e competências dos/as estudantes da educação básica. Ademais, o/a mesmo/a será capaz de elaborar metodologias que valorizem a interdisciplinaridade; o uso das tecnologias e, mais especificamente no campo da história, a elaboração de dinâmicas educacionais que dialoguem com a realidade dos/as estudantes.

Além dessa formação específica ligada à licenciatura, o egresso está qualificado para atuar em quaisquer órgãos ou instituições privadas ou públicas que lidem com a questão da memória, da história regional, do patrimônio e da cultura. Ademais, como dispõe a Lei nº 14.038, de 17 de agosto de 2020, o/a egresso/a também possui atribuições na organização e direção de serviços de documentação histórica; avaliação e assessoramento de documentos para fins de preservação e organização de informações para publicações e exposições.

O curso de Licenciatura em História oferecido pela Unidade Carangola tem como objetivo a formação de profissionais voltados para o ensino de História na Educação Básica, capacitados para o exercício do trabalho do Historiador em todas as suas dimensões. Nessa perspectiva, e diante das legislações vigentes, o profissional formado pelo Curso de Licenciatura em História deve:

1. Ter conhecimento profissional e engajamento na atuação docente, mediados pelo domínio dos conhecimentos históricos e pela didática na construção da aprendizagem na educação básica;
2. Dominar questões pertinentes à natureza do conhecimento histórico e suas metodologias, bem como as suas relações com as temporalidades;

3. Compreender as estruturas e funcionamento da educação no Brasil, no campo da legislação, gestão escolar, currículo e avaliações, bem como se envolver na formulação do Plano Político Pedagógico da comunidade escolar em que atua, necessários à prática docente;
4. Desenvolver a pesquisa, a produção do conhecimento e sua comunicação não só no âmbito acadêmico, mas também em instituições de ensino, museus, em órgãos de preservação de documentos e no desenvolvimento de políticas e projetos de gestão do patrimônio cultural e da memória;
5. Compreender e estabelecer relação entre ensino e pesquisa, reforçando as características de professor/a pesquisador/a e concepção de escola como espaço de construção de conhecimento;
6. Considerar a importância da formação inicial e continuada de professores/as na construção de processos de ação e reflexão docentes engajados com aprendizagem e a formação cidadã.

Além da marcante inserção dos egressos na docência ao longo da sua formação, outras importantes atuações dos mesmos são: nos museus, arquivos e centros culturais de toda a região; nos projetos de pesquisa e projetos de extensão coordenados pelos/as professores/as do curso. Nesse sentido, é possível afirmar que o perfil do egresso é marcado pelas experiências da tríade do ensino superior e na formação para a divulgação do conhecimento elaborado durante a graduação.

As características do curso de licenciatura em História supracitadas permitem aos profissionais uma atuação privilegiada no ensino, pesquisa e extensão de forma a promover uma formação nos preceitos dos cursos superiores. Tendo em vista, o foco de atuação regional e as habilidades acima explicitadas, o perfil profissional do concluinte está alicerçado em alguns pontos. Tais como, pensamento crítico acerca da realidade maior do país e da sua região e com uma atuação fundamentada na eticidade, levando em conta a responsabilidade e os deveres sociais que a profissão acarreta. E, também, um profissional qualificado/a para a atuação na educação e na pesquisa, quer seja ela feita no campo da educação quer seja ela feita pelo campo científico da história e comprometido com sua formação continuada.

Apesar de não existirem trabalhos sistematizados sobre a atuação profissional dos egressos do curso de História, os levantamentos feitos em várias ocasiões, como por exemplo, durante cursos de extensão, cursos de formação continuada, programas de pós-graduação *Lato Sensu* possibilitaram a constatação de que os egressos do curso de História atuam, na sua maioria, nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio das escolas públicas e privadas da região.

4. ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A Universidade do Estado de Minas Gerais tem como base de atuação o tripé ensino, pesquisa e extensão. Assim, consistindo nos pilares de sustentabilidade da atividade universitária, esses três elementos precisam ocorrer de forma articulada e não apenas no curso de História, mas em toda a UEMG, numa relação dialógica entre os cursos e núcleos. Acredita-se que a formação acadêmica do Licenciado em História deve ocorrer de maneira integrada, considerando o conjunto dessas três atividades como necessárias para garantir a consolidação de um profissional reflexivo, participativo, crítico e produtivo.

Tratando-se a pesquisa de um processo sistemático para a construção (desconstrução e reconstrução) do conhecimento humano, é responsável pela produção de novos conhecimentos (reproduzindo, refutando, ampliando e atualizando os já existentes), servindo tanto para o grupo de indivíduos que a realiza quanto para a sociedade na qual se desenvolve. A primícia elementar da pesquisa científica é que os novos conhecimentos e tecnologias (inovações no geral) que gera como produto, não podem se manter reclusos e acessíveis a um grupo seleto de indivíduos. Pelo contrário, precisam ser constantemente difundidos para a sociedade através das atividades acadêmicas de ensino e extensão.

A pesquisa no curso de História da Unidade Carangola é realizada em sua maioria através de projetos, sejam de Trabalho de Conclusão de Curso ou de Iniciação Científica, seguindo quatro linhas de pesquisa (*Ver Regulamento de TCC*) que funcionam como eixos organizadores do curso. Essas linhas, conectadas aos campos específicos de atuação científica do corpo docente, preocupam-se em integrar os conhecimentos históricos e historiográficos com o ensino de história e suas implicações sociais e pedagógicas.

Quanto à extensão universitária institucional, consiste em processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza uma relação dialógica, colaborativa e transformadora entre universidade e sociedade. Para que essa se direcione aos interesses e necessidades da população que rodeia a instituição, causando mudanças sociais efetivas, não deve se limitar a estender os saberes produzidos pela IES para a comunidade. É necessária ultrapassar essa visão, investindo na troca de saberes entre os envolvidos, superando a ideia da universidade como detentora de todo o conhecimento.

Há que se extrapolar a compreensão tradicional de disseminação de conhecimentos (cursos, conferências, seminários), prestação de serviços (assistências, assessorias e consultorias) e difusão cultural (realização de eventos ou produtos artísticos e culturais). Para que a instituição de ensino de fato ultrapasse seus muros e encontre a comunidade que a rodeia, deve basear suas atividades em produção de saberes na relação da universidade com a sociedade. Grupos de estudos, pesquisas de campo e outras ações vêm se formando entre professores, alunos e sociedade civil com vistas à integração da universidade com a população local, para mútuo crescimento.

Conforme Resolução CNE/CES nº 7 de 18/12/2018 que estabelece as Diretrizes para a Extensão no Ensino Superior, deve-se incluir no currículo do curso, atividades de extensão com, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos. Essa regulamentação veio a reforçar essa clareza sobre a necessidade dos estudantes desenvolverem ações comunitárias participativas e colaborativas, fundamentadas em valores comprometidos com a reflexão entre diversos tipos de conhecimento erudito e popular, com a valorização da sala de sala, da cultura e da arte local e regional.

Dessa maneira, o tripé ensino, pesquisa e extensão devem ser fomentados e incentivados como forma de retroalimentação do sistema educacional. O estímulo à pesquisa e a extensão no curso se apresentará como sendo uma prioridade, e poderá ser realizada por meio de projetos desenvolvidos de forma voluntária ou vinculados a editais que são lançados anualmente pela UEMG e por outros órgãos de fomento.

Dentre os editais de incentivo a projetos de pesquisa, com oferta de bolsas de iniciação científica a discentes, lançados pela UEMG, por meio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, estão o PIBIC UEMG/CNPq, PIBIC UEMG/PAPq e PIBIC UEMG/FAPEMIG. Além

disso, a UEMG incentiva pesquisas, e exposição dos resultados destas, por parte de seu corpo docente ofertando ao mesmo tanto Bolsas de Produtividade a partir de projetos enviados aos Editais PQ, para a produção de novos conhecimentos, quanto através dos editais do Programa de Apoio à Participação de Docentes em Eventos de Pesquisa e de Extensão no País e no Exterior (PAPEV), cujo objetivo é estimular a participação de professores da UEMG em eventos de Pesquisa, Pós-Graduação e de Extensão de abrangência nacional e internacional, com custeio da taxa de inscrição, passagens e/ou diárias de viagem para participação nos eventos.

Em relação à extensão, pela Pró-Reitoria de Extensão, a UEMG, além de proporcionar ao estudante a participação no Programa de Apoio a Extensão - PAEx, com bolsas para projetos submetidos e selecionados, incentiva a realização de outras atividades extensionistas. O próprio PAEX é subdividido em editais de programas específicos, com bolsas para execução de cursos e oficinas, prestação de serviços, difusão cultural, e difusão científica, a exemplo dos editais PAEx para bolsistas de periódicos científicos da UEMG, como o caso da Revista Histórias Públicas, criada em 2022, em conjunto com os cursos de História da UEMG das Unidades Carangola e Passos.

Este periódico científico, a Revista Histórias Públicas, se expressa como meio de produção de saberes com base na articulação com o ensino e a pesquisa, de forma que permita a formação de sujeitos críticos e atuantes na transformação da realidade, assim como outros projetos em que dialogam pesquisa, ensino e extensão.

A Unidade Carangola mantém um Núcleo de Pesquisa e Extensão (NUPEX) responsável pelo incentivo, análise, e certificação de projetos relativos à Iniciação Científica e Extensão coordenados por professores, inclusive promovendo programa interno de estímulo à pesquisa e à extensão voluntária. Essas atividades de pesquisa e extensão vêm sendo bastante utilizadas pelos professores e alunos, com engajamento e participação dos mesmos nessas atividades juntamente à sociedade civil.

Vale destacar também que visando ao aprimoramento da relação ensino-pesquisa, destacamos o Programa de Ensino em Monitoria Acadêmica (PEMA), coordenado pela Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD, e adotado pelo curso de História da Unidade Carangola, com bolsas para alunos atuarem como monitores de determinadas disciplinas do curso. O Programa busca a melhoria do processo de ensino e aprendizagem nos cursos de graduação e compreende o exercício de atividades de caráter técnico-didático, relacionadas ao Projeto

Pedagógico de Curso, desenvolvidas por estudantes regularmente matriculados. Os objetivos, critérios e condições para a implantação da monitoria voluntária e/ou remunerada respeita os editais lançados pela instituição e as demais diretrizes previstas na Resolução COEPE/UEMG nº 305, DE 21 DE JUNHO DE 2021.

Outro destaque para o curso de História da Unidade Carangola está na adoção de outro programa institucional de bastante relevância no estabelecimento das relações ensino-pesquisa, que é o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). O programa, ao inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, visa induzir e fomentar a formação inicial (elevando a qualidade desta) e continuada de profissionais do magistério, contribuindo para a valorização desta área, bem como promover a integração entre educação superior e educação básica.

Necessário se faz ressaltar que o curso de História realiza com periodicidade anual, uma Semana Acadêmica, com palestras, mini-cursos e outras atividades culturais, que mobiliza não só os graduandos em História, como egressos da instituição e a comunidade em geral; bem como um congresso mais específico que é a Semana do PURHIS, núcleo de pesquisa em História do curso, com apresentações de trabalhos dos próprios discentes e egressos. Há de se considerar, também, outros eventos acadêmicos científicos, que já fazem parte do calendário oficial da UEMG como o Seminário de Pesquisa e Extensão; e outros eventos de núcleos de pesquisa interdisciplinares que contam com participação dos docentes do curso, como o NEAB (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros), e o Grupo de Pesquisa em Gênero e Política.

5. ESTRUTURA E FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR

A estrutura curricular do curso tem como base a flexibilização vertical e horizontal, organizadas por três grupos centrais, que possuem articulação entre si. O grupo I é composto pelos núcleos de formação básica (210h) e de formação pedagógica (600h). O grupo II é constituído pelas disciplinas de formação específica (1605h). O grupo III é formado pelos Estágios Supervisionados (405h), as disciplinas de Orientação de Estágio (90h) e as práticas pedagógicas (420h), estas últimas constituindo-se também em atividades de extensão curriculares. Soma-se à composição deste currículo, em sua formação horizontal, as

Atividades Acadêmicas e Culturais Complementares (90h). A carga horária total do curso é de 3420h. Vale destacar que parte das disciplinas que constituem o grupo de formação pedagógica e o grupo de disciplinas específicas associam a dimensão teórica, prática pedagógica e extensionista na sua carga horária total, buscando maior integração das competências do ensino, da pesquisa e da extensão e a diluição de suas fronteiras.

O Núcleo de formação básica (210h) contempla 5 disciplinas obrigatórias: Leitura e Produção Textual, Sociologia, Filosofia, Antropologia e Libras. São disciplinas fundamentais que visam oferecer uma formação não exclusivamente técnica e mais interdisciplinar e humano-crítica ao estudante de licenciatura em História, colocando-o em contato com diferentes áreas que compõe as Humanidades. Este grupo não possui pré-requisito em nenhuma de suas disciplinas.

O Núcleo de formação pedagógica (600h) é constituído por 11 disciplinas obrigatórias: História da Educação, Filosofia e Sociologia da Educação, Educação Escolar: políticas, estrutura e organização, Psicologia da Educação, Didática, Tecnologia da Informação e Comunicação na Educação, Metodologia do Ensino de História I, Metodologia do Ensino de História II, Relações Étnico-Raciais e Cultura Afro-brasileira no Ensino de História, História Ambiental e o Ensino de História, Direitos Humanos e Gênero no Ensino. Essas disciplinas visam oferecer reflexões sobre o exercício docente em geral e de ensino de história em particular, habilitando os futuros docentes para a Educação Básica e para os desafios particulares do ensino de História. As disciplinas de Ensino de História que constituem este grupo possuem carga horária teórica e extensionistas articuladas, diluindo as fronteiras entre a docência e atuações ético-políticas, sociais e culturais. Este grupo não possui pré-requisito em nenhuma de suas disciplinas.

O Núcleo de formação específica (1605h) é composto por disciplinas que fornecem conhecimento básico de conteúdos referentes aos diversos campos da História, indispensáveis para o exercício da docência na área. O núcleo também é composto por disciplinas que discutem as premissas e inovações teóricas, historiográficas e metodológicas referentes às práticas de pesquisa contemporâneas em História, indispensáveis na formação de um professor-pesquisador e de um pesquisador e igualmente fundamentais para um exercício crítico da profissão. Há ainda as disciplinas que introduzem o estudante à prática do arquivo, da museologia, da memória e do patrimônio que constituem áreas de atuação do profissional da história. Este núcleo é composto por 24 disciplinas obrigatórias, 21 disciplinas

optativas, e 5 componentes curriculares Trabalho de Conclusão de Curso. Parte das disciplinas que constituem este grupo possuem carga horária teórica, prática pedagógica e extensionistas articuladas. Este grupo não possui pré-requisito em nenhuma de suas disciplinas.

Disciplinas optativas. Em sua estrutura curricular, o curso contempla carga horária para disciplinas optativas que, juntamente com as disciplinas obrigatórias, compõem percursos formativos que são oferecidos aos estudantes. As optativas são ofertadas pelo próprio curso e estão alocadas no currículo do curso nos 5º, 6º, 7º, 8º períodos e perfazem um total de 120 horas do grupo II. Ressalta-se que, embora o discente deva concluir 04 (quatro) optativas ao longo de seu percurso formativo, a matriz curricular disponibiliza 20 (vinte) optativas a serem ofertadas, duas a cada semestre. As disciplinas optativas foram construídas como objetivo de reforçar algumas áreas de conhecimento e para dar ao aluno a possibilidade de aprofundar e/ou complementar informações adquiridas no decorrer do curso. Algumas disciplinas foram disponibilizadas para atender a uma demanda específica do curso. As ementas das disciplinas optativas foram construídas com assuntos de abordagem mais ampla, permitindo flexibilidade para os docentes criarem temas mais específicos (dentro da amplitude que abrangem) quando ministrá-las. Embora a carga horária das optativas esteja alocada em determinados períodos, o estudante poderá cursá-las a qualquer momento a partir do 2º período, desde que haja disponibilidade de vagas e dentro do limite de créditos para matrícula, conforme disposto na Resolução COEPE/UEMG Nº 132, de 2013.

O Trabalho de Conclusão de Curso integra o grupo de formação específica. Ele é desenvolvido a partir do 3º período do curso e é constituído de um Projeto de Pesquisa e um Produto Final que pode se referir a um Artigo Científico, Material Didático, Material Multimídia. Além da disciplina Prática de Pesquisa em História, que se preocupa com o formato da produção acadêmica e o domínio da linguagem científica por parte do graduando, a confecção do TCC envolve componentes curriculares extraclasse (totalizando 75 horas) a serem desenvolvidos, respectivamente, do 4º ao 8º períodos do curso. O TCC é uma oportunidade para o aluno construir um estudo próprio, único, que será a finalização de seu processo de graduação, tornando-se fundamental para aferir o aprendizado acadêmico geral do estudante; introduzi-lo à pesquisa histórica; capacitá-lo na elaboração de trabalhos acadêmicos e no exercício do ofício de historiador e da docência em história. A orientação e execução do TCC deve seguir as normas previstas em seu regulamento (anexo).

Núcleo de prática pedagógica (915h). Atende o Artigo 11 da Resolução CNE/CP Nº 2/2019, que delimita carga horária de, no mínimo, 400 horas para prática pedagógica dos componentes curriculares, e outro mínimo de 400 horas para a execução dos estágios. O curso adotou 420 horas de práticas pedagógicas, aqui denominadas de Prática de Formação Docente, de caráter extensionista, vinculadas e distribuídas em disciplinas dos demais núcleos da grade curricular, e regidas pelo regulamento das Atividades de Extensão Curriculares (AEC); e 405 horas de Estágio Curricular Supervisionado, vinculadas a 3 disciplinas de orientação (totalizando 90 horas) e distribuídas conforme seu regulamento (em anexo).

A Prática de Formação Docente (PFD), instituída como componente curricular obrigatório pela Resolução CNE/CP Nº 2 de 20 de dezembro de 2019, constitui-se como espaço de interlocução entre teoria e prática para professores e estudantes, bem como instrumento de integração do aluno com a realidade social, econômica e do trabalho de seu curso. Essas atividades poderão propiciar oportunidades de aplicação dos conteúdos trabalhados em sala de aula com a prática pedagógica, participação social e pesquisa, de modo a favorecer o contato direto do estudante com o campo de trabalho futuro, possibilitando uma reflexão que articule as dimensões do estudo teórico, da transposição didática e a produção e difusão do conhecimento.

As atividades serão vinculadas e articuladas à disciplina a que a Prática de Formação Docente está associada. De forma a não engessar as PFDs sempre nas mesmas disciplinas, em todo semestre, estabeleceu-se que o Colegiado do curso, antes do início de cada semestre letivo e da distribuição de encargos realizada pela câmara departamental, distribuirá as PFDs da forma mais equânime possível entre as disciplinas do núcleo específico, de modo que cada docente, considerando as disciplinas que ministram por semestre, não acumule PFDs demasiadamente. Isso permite que as atividades de PFDs alternem seu vínculo entre as disciplinas do curso e, portanto, variem seu conteúdo e formato. Assim, o responsável em propor, acompanhar e discutir/avaliar as atividades serão os próprios professores das disciplinas às quais estarão vinculadas as PFDs num dado semestre. As atividades propostas vão depender do objetivo a ser alcançado, tempo de aplicação e especificidades da disciplina, considerando que cada professor possui autonomia para propor e planejar a atividade que mais lhe convier no contexto de sua disciplina. Esta prática será acompanhada pelos

professores e pela coordenação do curso até o término do curso, perfazendo um total de 420 horas, correspondentes a 28 créditos.

A Prática de Formação Docente (PFD) terá obrigatoriamente caráter extensionista, com o objetivo de extrapolar o ambiente de sala de aula, e mesmo os próprios espaços universitários. Sendo assim, essas atividades serão desenvolvidas em espaços externos à instituição, como em escolas públicas de ensino fundamental ou médio conveniadas à UEMG, e outros espaços de produção de conhecimento, que enriqueçam a formação profissional ao longo do curso, como o Museu e Arquivo Municipal de Carangola. Dessa forma, as atividades propostas deverão ser realizadas pelos alunos fora dos horários normais de aula.

A realização das atividades deverá ser planejada entre professores e alunos e fixada datas de entrega dos relatórios ou outros tipos de registro e acompanhamento. Os sábados letivos, assim, apresentam-se como o momento apropriado para a discussão dos resultados das tarefas propostas. A tipologia dessas atividades, e outros aspectos, seguirão o Regulamento das Atividades de Extensão Curriculares, no Apêndice deste PPC, o qual segue a Resolução CEE/MG, n. 490, de 26 de abril de 2022, que versa sobre as Atividades de Extensão Curriculares, amparada pela CNE/CES, n. 7, de 18 de dezembro de 2018, que versa sobre o caráter da extensão na universidade.

O registro e acompanhamento das atividades e de seus resultados serão apresentados, pelos alunos, na forma de relatórios individuais ou de trabalho de grupo, ao professor da disciplina, em formato digital, contendo respostas às questões propostas, resultados de pesquisas e/ou levantamento, transcrição de entrevistas, fotografias e qualquer outra maneira de registro da atividade. Ao final do semestre, o professor responsável pela disciplina associada à Prática de Formação deverá reunir os relatórios confeccionados pelos alunos durante o semestre letivo, emitir seu parecer quanto aos objetivos propostos e resultados alcançados e encaminhar, também em formato digital, para a Coordenação do curso. A Coordenação por sua vez fará a análise final do material e procederá o seu arquivamento, sendo que o material estará à disposição de alunos e professores da Unidade para consulta e estudo.

Atividades de Extensão. Considerando a Resolução CNE/CES nº 7 de 18/12/2018 que estabelece as Diretrizes para a Extensão no Ensino Superior, a Resolução UEMG/COEPE Nº 287 DE 04 DE MARÇO DE 2021 que dispõe sobre o desenvolvimento de Atividades Curriculares de

Extensão como componente curricular obrigatório dos Cursos de Graduação da Universidade do Estado de Minas Gerais, e Resolução CEE/MG, n. 490, de 26 de abril de 2022, que versa sobre as Atividades de Extensão Curriculares, estas ocorrerão no curso de História com os objetivos de: proporcionar a comunicação entre a sociedade acadêmica e a sociedade externa; mobilizar docentes, discentes, colaboradores e comunidade sobre questões contemporâneas, educacionais, de memória e patrimônio, sociopolíticas, culturais e ambientais; ofertar cursos aos graduandos como oportunidade de complementação do conhecimento acadêmico; possibilitar o acesso a conhecimentos científicos, práticos e de informações gerais, fazendo o intercâmbio entre a comunidade interna e externa; incentivar e apoiar o corpo docente e discente na publicação e divulgação de suas produções científicas. As normas que definem as Atividades Curriculares de Extensão, e sua execução dentro das práticas de formação docente, estão previstas no seu Regimento (anexo).

O Estágio Curricular Supervisionado de caráter obrigatório constitui um momento fundamental da formação profissional do licenciando em História da UEMG, unidade Carangola. Deve ser desenvolvido em ambientes escolares e não escolares de trabalho, permitindo, assim, que os conhecimentos adquiridos na universidade sejam vivenciados na prática, em locais nos quais o licenciando trabalhará futuramente. Assim, o Estágio Curricular Supervisionado busca colocar os/as estudantes frente às diferentes situações e realidades de seu campo profissional. Viabiliza a articulação entre ensino e pesquisa, uma vez que instrumentaliza a relação dialética entre teoria e prática favorecendo ações reflexivas do processo educacional. A Unidade Carangola, optou por criar um Núcleo de Estágio, a fim de centralizar os procedimentos de realização das atividades desse componente curricular, mas isso não impede que sejam oferecidas oportunidades de encontro entre o professor que irá conduzir o estágio nas turmas do curso de História. Inclusive, a presença da Orientação de Estágio Supervisionado como disciplina na grade curricular justifica-se por ser mais um momento de encontro e troca de experiências e ideias entre os alunos, discutindo o que presenciaram durante os vários momentos do Estágio, o que poderá enriquecer a formação do graduando. As atividades de estágio serão realizadas em horário distinto do turno cursado pelo estudante, conforme detalha seu regulamento (em anexo).

As Atividades Acadêmicas e Culturais Complementares (90h) são fundamentais para conferir maior autonomia aos estudantes (desde que cumpram a carga horária mínima exigida), bem

como enriquecer e flexibilizar o currículo do curso. As Atividades Acadêmicas e Culturais Complementares têm por objetivo proporcionar aos estudantes a compreensão, aplicação, ampliação e diversificação dos conhecimentos de História e da prática docente através de Atividades Acadêmicas e Culturais nas áreas de iniciação à docência, iniciação à pesquisa, extensão, cultura, capacitação, produção técnica, produção científica, multimídia e didática e experiências profissionais em geral. Estas atividades serão garantidas através da oferta de estudos curriculares complementares oferecidos pelo Curso de História ou realizados fora da instituição, totalizando 90 horas, correspondentes a 6 créditos, a serem cumpridas ao longo do curso. Na Matriz Curricular do Curso foram indicados (e computados) determinados números de horas e de créditos, por semestre. Esse computo é uma orientação para que o aluno possa ter um parâmetro mínimo de controle de sua performance. Dada a diversidade de possibilidades de atividades, fica praticamente impossível determinar um valor absoluto o qual o aluno deva cumprir por semestre. As normas que definem as Atividades Acadêmicas e Culturais Complementares estão previstas no seu Regimento (anexo).

Sobre disciplinas realizadas na modalidade a distância: A Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, dispõe sobre a oferta de disciplinas com metodologia a distância em cursos de graduação presencial ofertados por Instituição de Educação Superior – IES credenciadas pelo Ministério da Educação. Na aplicação desta Portaria, será observada a legislação educacional que dispõe sobre atos autorizativos de funcionamento de IES e de oferta de cursos superiores de graduação na modalidade presencial e a distância. Nesta modalidade, estudantes e professores mesmo distantes fisicamente poderão estabelecer uma relação comunicativa que permite o desenvolvimento de processos de ensino-aprendizagem. A EAD, com o apoio do Núcleo de Educação a Distância – NEAD, pode oferecer cursos de extensão à distância; apoiar professores e pesquisadores no desenvolvimento e execução de projetos de ensino, pesquisa e extensão. Para a oferta de disciplinas dos cursos de graduação de modalidade presencial, será considerado o percentual limite de 40% da carga horária total do curso ofertado à distância.

A oferta de disciplinas na modalidade a distância precisa respeitar a legislação vigente e as diretrizes definidas no Projeto Pedagógico do Curso. O professor deve apresentar a proposta para apreciação do Núcleo Docente Estruturante, sujeita à aprovação do Colegiado do Curso, que deverão observar a disponibilidade do docente habilitado no conteúdo e na

modalidade EaD para a construção da disciplina e do material didático, além da condução e execução da disciplina no ambiente virtual. Uma vez aprovada a oferta da disciplina na modalidade EaD, a disciplina deverá ser estruturada e planejada para que tenha início sua construção no AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem). A UEMG utiliza o Moodle que é um software livre de apoio à aprendizagem para ambientes virtuais. Além desta ferramenta, outras são usadas de forma complementar, tais como: Microsoft Teams, Áudio Conferências, Bibliotecas Digitais, entre outras.

A oferta de disciplinas na modalidade EaD, tendo previamente aprovadas sua estrutura e planejamento, alimenta as possibilidades de mobilidade acadêmica, também no formato virtual, implantadas dentro da própria instituição, bem como entre esta e outras instituições. É o exemplo dos editais do Programa de Mobilidade Virtual da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM), em parceria com as Instituições de Ensino Superior (IES) Estaduais e Municipais, que dispõe aos estudantes de graduação, vagas em disciplinas de cursos superiores que podem ser cursadas conforme interesse e necessidades dos estudantes: enriquecimento curricular, atividades complementares, integralização curricular, etc. É o caso também dos editais do Programa de Intercambio Virtual (PROIV) no âmbito da UEMG, que objetiva fomentar ações de internacionalização das atividades de ensino em nível de Graduação e Pós-Graduação “stricto sensu”, por meio da oferta de componentes curriculares ministrados por docentes da UEMG, em parceria com docentes de Instituição de Ensino Superior internacional, em sala de aula virtual conjunta, com os respectivos alunos.

Atendimento aos requisitos legais e normativos: Este projeto pedagógico atende às Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de História conforme Parecer CNE/CES 492/2001, às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e à Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) estabelecidas pela Resolução CNE/CP nº 02 de 20 de dezembro de 2019.

Carga horária:

- Grupo 1: Conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos distribuídos nas disciplinas de formação básica (210 horas) e de formação pedagógica (600 horas), totalizando 810 horas.

- Grupo 2: Conteúdos distribuídos nas disciplinas de conhecimentos específicos, totalizando 1605 horas.
- Grupo 3: Práticas como componente curricular obrigatório (420 horas), com caráter extensionista, e articuladas a disciplinas específicas (conforme detalhado na grade curricular); Disciplinas de Orientação de Estágio Supervisionado I, II e III (90 horas), somados aos Estágios Curriculares Supervisionados I, II, e III (405 horas), totalizando este grupo 915 horas.

Temáticas, sendo no grupo 1:

- Diretrizes curriculares e seus marcos legais – conteúdo contemplado na disciplina Educação Escolar: políticas, estrutura e organização.
- Didática e seus fundamentos – conteúdo contemplado nas disciplinas Fundamentos Didática e Metodologia do Ensino de História I e II.
- Metodologias, práticas de ensino ou didáticas específicas dos conteúdos a serem ensinados – conteúdo contemplado nas disciplinas Didática, e Metodologia do Ensino de História I e II.
- Gestão Escolar - conteúdo contemplado na disciplina Educação Escolar: políticas, estrutura e organização.
- Marcos legais da Educação Especial - conteúdo contemplado nas disciplinas Didática, LIBRAS e Educação Escolar: políticas, estrutura e organização.
- Interpretação e utilização de indicadores presentes nas avaliações de desempenho - conteúdo contemplado na disciplina Educação Escolar: políticas, estrutura e organização.
- Compreensão dos fundamentos históricos, sociológicos e filosófico pedagógicos - conteúdo contemplado nas disciplinas Sociologia e Filosofia da Educação, Psicologia da Educação e História da Educação Brasileira.
- Vertentes teóricas que explicam a aprendizagem – conteúdo contemplado na disciplina Psicologia da Educação.
- Sistema educacional brasileiro, sua história e políticas – conteúdo contemplado na disciplina História da Educação Brasileira.

No grupo 2, habilidades incluídas nos estudos comuns dos cursos de formação de professores:

- Proficiência em Língua Portuguesa falada e escrita, leitura, produção e utilização dos diferentes gêneros de textos, bem como a prática de registro e comunicação, levando-se em consideração o domínio da norma culta – incluído em todas as disciplinas, especialmente na disciplina Leitura e Produção Textual.
- Compreensão do conhecimento pedagógico do conteúdo proposto para o curso e da vivência dos estudantes com esse conteúdo – incluído em todas as disciplinas.
- Vivência, aprendizagem e utilização da linguagem digital em situações de ensino e de aprendizagem na Educação Básica – incluído em todas as disciplinas, especialmente na disciplina Tecnologia da Informação e Comunicação na Educação.
- Resolução de problemas, engajamento em processos investigativos de aprendizagem, atividades de mediação e intervenção na realidade, realização de projetos e trabalhos coletivos, e adoção de outras estratégias que propiciem o contato prático com o mundo da educação e da escola – incluído em todas as disciplinas.
- Articulação entre as atividades práticas realizadas na escola e na sala de aula com as que serão efetivadas durante o estágio supervisionado - incluído em todas as disciplinas.
- Vivência e aprendizagem de metodologias e estratégias que desenvolvam, nos estudantes, a criatividade e a inovação, devendo ser considerada a diversidade como recurso enriquecedor da aprendizagem - incluído em todas as disciplinas.
- Articulação entre os conteúdos das áreas e os componentes da BNCC-Formação com os fundamentos políticos referentes à equidade, à igualdade e à compreensão do compromisso do professor com o conteúdo a ser aprendido - incluído em todas as disciplinas.
- Engajamento com sua formação e seu desenvolvimento profissional, participação e comprometimento com a escola, com as relações interpessoais, sociais e emocionais - incluído em todas as disciplinas.

Outros requisitos:

- Educação em Direitos Humanos conforme Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012: o conteúdo contemplado na disciplina Sociologia, bem como História e Relações de Gênero, e Direitos Humanos, Gênero e Educação.

- Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena conforme Resolução CNE/CP nº 01 de 17 de junho de 2004) e Leis 10.639/2003 e 11.645/2008: o conteúdo está contemplado nas disciplinas de Relações Étnico-Raciais e Cultura Afrobrasileira no Ensino de História da África, História dos Povos Originários e Metodologia do Ensino de História II.
- Língua Brasileira de Sinais – Libras, conforme Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005): a disciplina de Libras é oferecida como obrigatória.
- Direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas: o conteúdo está contemplado em História da Educação Brasileira e Educação Escolar: políticas, estrutura e organização.
- Educação Ambiental conforme Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012 - o conteúdo está contemplado na disciplina de História Ambiental e Ensino de História.
- Gestão e Inovação conforme Resolução COEPE nº 323/2021, nas disciplinas Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação; Educação Escolar; Práticas de Pesquisa em História; Arquivos e Museus; Didática; História Pública.

6. MATRIZ CURRICULAR

GRUPO I: Núcleo de Formação Básica e Pedagógica

Núcleo de Formação Básica

Disciplina	Período	Carga horária				Créditos
		Teórica (horas)	Prática Pedagógica / Extensionista (horas)	Prática (horas)	Carga horária total h/a	
Leitura e Produção Textual	1º	60	-	-	72	4
Sociologia	1º	30	-	-	36	2
Filosofia	2º	30	-	-	36	2
Libras	2º	60	-	-	72	4
Antropologia	4º	30	-	-	36	2
Total		210	-	-	252	14

Núcleo de Formação Pedagógica

Disciplina	Período	Carga horária				Créditos
		Teórica (horas)	Prática Pedagógica / Extensionista (horas)	Prática (horas)	Carga horária total h/a	
Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação	1º	30	-	-	36	2
Psicologia da Educação	2º	60	-	-	72	4
Direitos Humanos, Gênero e Educação	2º	60	-	-	72	4
Filosofia e Sociologia da Educação	3º	60	-	-	72	4
Relações Étnico-Raciais e Cultura Afrobrasileira no Ensino de História	3º	60	-	-	72	4
Metodologia do Ensino de História I	5º	60	-	-	72	4
História da Educação	6º	60	-	-	72	4
Educação escolar: políticas, estrutura e organização	6º	60	-	-	72	4
Didática	7º	60	-	-	72	4
História Ambiental e Ensino de História	8º	30	-	-	36	2

Metodologia do Ensino de História II	8º	60	-	-	72	4
Total		600	-	-	720	40

GRUPO II – Núcleo de formação específica

Disciplina	Período	Carga horária				Créditos
		Teórica (horas)	Prática Pedagógica / Extensionista (horas)	Prática (horas)	Carga horária total h/a	
Patrimônio Histórico e Cultural	1º	60	-	-	72	4
Introdução aos Estudos Históricos	1º	60	-	-	72	4
História Antiga	1º	60	-	-	72	4
Teoria e Metodologia da História I	2º	60	-	-	72	4
História Medieval	2º	60	-	-	72	4
História dos Povos Originários	3º	60	-	-	72	4
História do Brasil I	3º	60	-	-	72	4
Práticas de Pesquisa em História	3º	60	-	-	72	4
História do Brasil II	4º	60	-	-	72	4
Teoria e Metodologia da História II	4º	60	-	-	72	4
História da América I	4º	60	-	-	72	4
História Moderna	4º	60	-	-	72	4
Arquivos e Museus	4º	30	-	-	36	2
História de Minas Gerais	5º	60	-	-	72	4
História da América II	5º	60	-	-	72	4
Historiografia Brasileira	5º	60	-	-	72	4
Optativa I	5º	30	-	-	36	2
História da África	6º	60	-	-	72	4

História Contemporânea I	6º	60	-	-	72	4
Optativa II	6º	30	-	-	36	2
História Contemporânea II	7º	60	-	-	72	4
História do Brasil III	7º	60	-	-	72	4
Historiografia Contemporânea	7º	60	-	-	72	4
Optativa III	7º	30	-	-	36	2
História e Relações de Gênero	8º	60	-	-	72	4
História Pública	8º	60	-	-	72	4
História do Brasil IV	8º	60	-	-	72	4
Optativa IV	8º	30	-	-	36	2
TCC I	4º	-	-	15	18	1
TCC II	5º	-	-	15	18	1
TCC III	6º	-	-	15	18	1
TCC IV	7º	-	-	15	18	1
TCC V	8º	-	-	15	18	1
Total		1530	-	75	1926	107

Ressalta-se que a carga horária de Prática Pedagógica/Extensionista será redistribuída a cada ano entre as disciplinas do Grupos I e II selecionadas pelo Colegiado do Curso de História, conforme mencionado no regulamento das atividades de extensão. Devido esses componentes não estarem engessados em disciplinas fixas, a carga horária das mesmas não consta nos quadros acima.

GRUPO III - Práticas pedagógicas e Estágios supervisionado

Prática pedagógica

Disciplina	Período	Carga horária de prática pedagógica / extensionista	Carga horária total h/a	Créditos
Práticas pedagógicas articuladas às disciplinas específicas	-	420	504	28
Total	-	420	504	28

Estágio supervisionado

Disciplina	Período	Carga teórica	horária	Carga prática	horária	Carga horária total/a	Créditos
Orientação de Estágio Supervisionado I	5º	30		-		36	2
Orientação de Estágio Supervisionado II	6º	30		-		36	2
Orientação de Estágio Supervisionado III	7º	30		-		36	2
Estágio Curricular Supervisionado I	5º	-		135		162	9
Estágio Curricular Supervisionado II	6º	-		135		162	9
Estágio Curricular Supervisionado III	7º	-		135		162	9
Total		90		405		594	33

Distribuição por períodos

Núcleo / Componente Curricular	Disciplinas período	1º	Carga Horária Teórica	Carga Horária Prática Pedagógica / Extensionista	Carga Horária Prática	Créditos
Formação Básica e Pedagógica	Leitura e Produção Textual		60	-	-	4
	Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação		30	-	-	2
	Sociologia		30	-	-	2

Formação específica	Introdução aos Estudos Históricos	60	-	-	4
	Patrimônio Histórico e Cultural	60	-	-	4
	História Antiga	60	-	-	4
PFD	-	-	75	-	5
AACC	-	-	-	15	1
TOTAL		300	75	15	26

Núcleo Componente Curricular	Disciplinas período 2º	Carga Horária Teórica	Carga Horária Prática Pedagógica / Extensionista	Carga Horária Prática	Créditos
Formação Básica e Pedagógica	Filosofia	30	-	-	2
	Psicologia da Educação	60	-	-	4
	LIBRAS	60	-	-	4
	Direitos Humanos, Gênero e Educação	60	-	-	4
Formação específica	História Medieval	60	-	-	4
	Teoria e Metodologia da História I	60	-	-	4

PFD	-	-	60	-	4
AACC	-	-	-	15	1
TOTAL		330	60	15	27

Núcleo / Componente Curricular	Disciplinas período 3º	Carga Horária Teórica	Carga Horária Prática Pedagógica / Extensionista	Carga Horária Prática	Créditos
Formação Básica e Pedagógica	Relações Étnico- Raciais e Cultura Afrobrasileira no Ensino de História	60	-	-	4
	Filosofia e Sociologia da Educação	60	-	-	4
Formação específica	História dos Povos Originários	60	-	-	4
	Práticas de Pesquisa em História	60	-	-	4
	História do Brasil I	60	-	-	4
PFD	-	-	60	-	4
AACC	-	-	-	30	2

TOTAL		300	60	30	26
--------------	--	-----	----	----	----

Núcleo Componente Curricular	Disciplinas período	4º	Carga Horária Teórica	Carga Horária Prática Pedagógica / Extensionista	Carga Horária Prática	Créditos
Formação Básica e Pedagógica	Antropologia		30	-	-	2
Formação específica	História Moderna		60	-	-	4
	História da América I		60	-	-	4
	História do Brasil II		60	-	-	4
	Teoria e Metodologia da História II		60	-	-	4
	Arquivos e Museus		30	-	-	2
PFD	-		-	60	-	4
TCC	-		-	-	15	1
AACC	-		-	-	30	2
TOTAL			300	60	45	27

Núcleo Componente Curricular /	Disciplinas período 5º	Carga Horária Teórica	Carga Horária Prática Pedagógica / Extensionista	Carga Horária Prática	Créditos
Formação Básica e Pedagógica	Metodologia do Ensino de História I	60	-	-	4
Formação específica	História da América II	60	-	-	4
	Historiografia Brasileira	60	-	-	4
	Optativa I	30	-	-	2
	História de Minas Gerais	60	-	-	4
	Orientação de Estágio Supervisionado I	30			2
PFD	-	-	30	-	2
Estágio	-	-	-	135	9
TCC	-	-	-	15	1
AACC	-	-	-	-	-
TOTAL		300	30	150	32

Núcleo Componente Curricular /	Disciplinas período 6º	Carga Horária Teórica	Carga Horária Prática Pedagógica / Extensionista	Carga Horária Prática	Créditos
---------------------------------------	-------------------------------	------------------------------	---	------------------------------	-----------------

Formação Básica e Pedagógica	Educação Escolar: políticas, estrutura e organização	60	-	-	4
	História da Educação	60	-	-	4
Formação específica	História da África	60	-	-	4
	Optativa II	30	-	-	2
	História Contemporânea I	60	-	-	4
	Orientação de Estágio Supervisionado II	30	-	-	2
PFD	-	-	30	-	2
Estágio	-	-	-	135	9
TCC	-	-	-	15	1
AACC	-	-	-	-	-
TOTAL		300	30	150	32

Núcleo Componente Curricular	/	Disciplinas período	7º	Carga Horária Teórica	Carga Horária Prática Pedagógica / Extensionista	Carga Horária Prática	Créditos
-------------------------------------	----------	----------------------------	-----------	------------------------------	---	------------------------------	-----------------

Formação Básica e Pedagógica	Didática	60	-	-	4
Formação específica	Historiografia Contemporânea	60	-	-	4
	História do Brasil III	60	-	-	4
	Optativa IV	30	-	-	2
	História Contemporânea II	60	-	-	4
	Orientação de Estágio Supervisionado III	30	-	-	2
PFD	-		30	-	2
Estágio	-	-	-	135	9
TCC	-	-	-	15	1
AACC	-	-	-	-	-
TOTAL		300	30	150	32

Núcleo Componente Curricular /	Disciplinas período	8º	Carga Horária Teórica	Carga Horária Prática Pedagógica / Extensionista	Carga Horária Prática	Créditos
--------------------------------	---------------------	----	-----------------------	--	-----------------------	----------

Formação Básica e Pedagógica	História Ambiental e Ensino de História	30	-	-	2
	Metodologia do Ensino de História II	60	-	-	4
Formação específica	História Pública	60	-	-	4
	História e Relações de Gênero	60	-	-	4
	Optativa IV	30	-	-	2
	História do Brasil IV	60	-	-	4
PFD	-	-	75	-	5
TCC	-	-	-	15	1
AACC	-	-	-	-	-
TOTAL		300	75	15	26

Quadro Síntese da Carga Horária Total dos Componentes Curriculares

Grupo		Carga horária				Créditos
		Teórica	Prática	Prática Pedagógica / Extensionista	Total Horas	
Grupo 1	Formação Básica	210	-	-	210	14
	Formação Pedagógica	600	-	-	600	40
					810	

Grupo 2	Formação Específica	1530	75	-	1605	107
Grupo 3	Prática Pedagógica / Atividade Extensionista	-	-	420	420	915
	Estágio Curricular Supervisionado	90	405		495	
Atividades Acadêmicas Culturais Complementares	Formação Complementar	-	90	-		6
Carga horária total em horas /relógio		2505	495	420	3420	228
Carga horária total em horas/aula		3006	594	504	4104	

Quadro de disciplinas optativas

Disciplina optativa	Carga horária hora e hora/aula	Créditos
Tópicos Especiais em História do Brasil Império	30 / 36	2
Tópicos Especiais em História do Brasil Colônia	30 / 36	2
Tópicos Especiais em História Contemporânea	30 / 36	2
Tópicos Especiais em História Comparada	30 / 36	2
História do Populismo Latino-americano	30 / 36	2
Tópicos Especiais em História Antiga	30 / 36	2
Tópicos Especiais em História Medieval	30 / 36	2
Tópicos Especiais em Ensino de História	30 / 36	2

Metodologias e Fontes Históricas	30 / 36	2
Tópicos Especiais em História Política	30 / 36	2
Tópicos Especiais em História Regional	30 / 36	2
Tópicos Especiais em Estudos de Gênero	30 / 36	2
Tópicos Especiais em Historiografia I	30 / 36	2
Tópicos Especiais em Historiografia II	30 / 36	2
História, Pós-colonialidade e de(s)colonialidade	30 / 36	2
História e Literatura no Brasil	30 / 36	2
História, Movimentos Sociais e Educação	30 / 36	2
História e Resistências do Negro	30 / 36	2
História e Sentimentalidades	30 / 36	2

7. EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA DAS DISCIPLINAS.

7.1 Disciplinas Obrigatórias

Disciplina: Leitura e Produção Textual				
Departamento: Departamento de Educação, Linguística e Letras			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Conceitos linguísticos básicos. Aspectos da linguagem verbal e não verbal. Fala e escrita: duas modalidades em um <i>continuum</i> . Sistematização de estruturas linguísticas e desenvolvimento de práticas discursivas e textuais diversas. Fatores da textualidade. Coerência e coesão textuais. A teoria dos gêneros textuais. Pontos gramaticais fundamentais em consonância com os preceitos da norma culta e o ensino de texto no Ensino Básico.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				

ABREU, A. S. *Curso de redação*. 12 ed. São Paulo: Ática, 2004.
 CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. *Gramática: texto, reflexão e uso*. 3. Ed. São Paulo: Atual, 2008.
 KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. *Ler e escrever: estratégias de Leitura e Produção de Texto*. 2. ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
 FARACO, C. A.; TEZZA, C. *Oficina de Texto*. São Paulo: Editora Vozes, 2014.
 MARCUSCHI, L. A. *Leitura e Produção de Texto, análise de gênero e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.
 SAVIOLI, F. P. e FIORIN, J. L. *Para entender o texto: leitura e redação*. São Paulo: Ática, 1990.
 TRAVAGLIA, L. C. *Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. São Paulo: Ática, 1997.

Disciplina: Sociologia				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática	Total
		30	0	30
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
<p>Conceitos básicos para o entendimento da vida social. O ser humano: ser sociocultural, político e histórico. As relações entre indivíduo e sociedade: objeto da sociologia. A sociologia Clássica: o Positivismo sociológico, os pensamentos durkheimiano, marxista e o weberiano. Sociedade contemporânea e alguns de seus dilemas: a instantaneidade da informação, a sustentabilidade ambiental, a apologia ao consumismo, a descartabilidade de objetos, valores e pessoas. Desafios de uma sociedade que considere os direitos humanos e à igualdade socioeconômica, de gênero e étnico-racial.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>FERREIRA, Delson. <i>Manual de Sociologia: dos clássicos à sociedade da informação</i>. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006. LALLEMENT, Michel. <i>História das Ideias Sociológicas</i>. 5 ed. Vol. 1 e 2. Petrópolis: Vozes, 2012. QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Lígia; OLIVEIRA, Márcia G. <i>Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber</i>. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>CUNHA, Flávio S. <i>História & Sociologia</i>. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, 120 p. SANTOS, Boaventura de Sousa. <i>Direitos humanos, democracia e desenvolvimento</i>. São Paulo: Cortez, 2013. MARTINS, José de S; FORACCHI, Marialice. M. <i>Sociologia e Sociedade: leituras de introdução à sociologia</i>. Rio de Janeiro: LTC, 1998. SPOSATI, Aldaíza; CARVALHO, Maria C. Brant e FLEURY, Sônia M. Teixeira. <i>Os direitos (dos desassistidos) sociais</i>. São Paulo: Cortez, 2012. TOURAINE, Alain. <i>Crítica da modernidade</i>. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2012. VIANA, Nildo. <i>Introdução à Sociologia</i>. Belo Horizonte, Autêntica, 2006.</p>				

Disciplina: Introdução aos Estudos Históricos				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas				Código
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Estudos dos conceitos fundamentais da História: tempo, memória, verdade, subjetividade do historiador. Estudo da construção dos problemas, métodos, abordagens e a questão do ensino e pesquisa. Especificidades do conhecimento histórico e do ofício do historiador: fontes e objetos.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
BLOCH, Marc. <i>Apologia a História</i> . Rio de Janeiro: Zahar, 2002. BURKE, Peter. <i>A escrita da história: novas perspectivas</i> . São Paulo: Ed. UNESP/SP, 1992. CERTEAU, Michel de. <i>A escrita da História</i> . Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
NOVAES, Adauto (org.). <i>Tempo e história</i> . São Paulo: Companhia das letras, 1992. NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. <i>Projeto História</i> , São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28. PROST, Antoine. <i>Doze lições sobre a história</i> . Belo Horizonte: Autêntica, 2008. REVEL, Jacques (org.). <i>Jogos de Escala: a experiência da microanálise</i> . Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. SCHAFF, Adam. <i>História e Verdade</i> . 6 ed. São Paulo. Martins Fontes. 1995.				

Disciplina: Patrimônio Histórico e Cultural				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas				Código
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
O conceito de patrimônio em sua trajetória histórico-temporal. Trajetória das políticas públicas e institucionalização das ações de Patrimônio Cultural no Brasil. Saber histórico e suas relações entre <i>memória, testemunho, patrimônio</i> . Memórias coletivas e tradições de comunidades, grupos e coletivos culturais. Educação patrimonial e a História local.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
FONSECA, Maria Cecília Londres. <i>O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil</i> . Rio de Janeiro: UFRJ/MinC-IPHAN, 2009. CHOAY, Françoise. <i>A alegoria do patrimônio</i> . São Paulo: Editora Unesp, 2006. RICOUER, Paul. <i>A memória, a história, o esquecimento</i> . Campinas: Editora da Unicamp, 2008.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				

ABREU, Regina. CHAGAS, Mário (orgs). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009

ARANTES, Antônio Augusto. "Patrimônio imaterial e referências culturais". In.: *Revista Tempo Brasileiro: Patrimônio Imaterial*, Out-Dez, nº 147. Rio de Janeiro: Ed.Tempo Brasileiro, 2001.

CASTRO, Sonia Rabelo de. *O estado na preservação de bens culturais*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Renovar, 1991.

IPHAN. *Educação Patrimonial: inventários participativos*. Manual de aplicação /Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília-DF, 2016.

LEMOS, Carlos A. C. *O que é patrimônio histórico*. Coleção Primeiros Passos, V. 51. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

Disciplina: História Antiga				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Estudo das principais características políticas, sociais, culturais e econômicas da Antiguidade. O Crescente fértil: Mesopotâmia e Egito. O mundo clássico: Grécia e Roma na Antiguidade. Outras civilizações da Antiguidade: persas, fenícios e hititas. África Antiga. Ensino de História Antiga. Fontes históricas da Antiguidade.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
ANDERSON, Perry. <i>Passagens da Antiguidade ao Feudalismo</i> . 3ª Ed. SP: ed. Ed. Brasiliense, 1991.				
CARDOSO, Ciro Flamarion. <i>Antiguidade Oriental</i> . 2ª Ed. SP: Ed. Contexto, 1997.				
FLORENZANO, Maria Beatriz B. <i>O mundo antigo: economia e sociedade</i> . SP: Brasiliense, 1994.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
CARDOSO, Ciro, Flamarion. <i>Sociedades do Antigo Oriente Próximo</i> . São Paulo: Ed. Ática, 1991.				
CARDOSO, Ciro Flamarion. <i>Sete Olhares Sobre a Antiguidade</i> . Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1998.				
MENDES, Norma et. al. <i>A Experiência Imperialista Romana: Teorias e Práticas</i> . Revista Tempo n. 18. Rio de Janeiro, 2005.				
MOKHTAR, Gamal. <i>História geral da África, II: África antiga</i> , 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010.				
VERNANT, Jan-Pierre. <i>Trabalho e escravidão na Grécia Antiga</i> . Campinas, SP: Papyrus, 1989.				

Disciplina: Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação				
Departamento: Departamento de Educação, Linguística e Letras			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática	Total
		30	0	30
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				

A função dos recursos tecnológicos: editores de texto, planilhas e apresentações. Ambientes virtuais de aprendizagem (AVA); programas educativos. As mudanças no ensino brasileiro devido à presença da tecnologia da informação. Produção de material didático. Gestão e inovação nas tecnologias da informação e comunicação aplicadas à Educação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

POLATTO, A. Tecnologias conteúdos e oportunidades de ensino. *Nova Escola*. São Paulo, ano 24, n° 223, p.50-38, junho, 2009.

LEVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na área da informática*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

LITWIN, Edith (org.). *Tecnologia Educacional: política, histórias e propostas*. Porto Alegre. Artes médicas, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRITO, Glaucia da Silva (Et al.) Educação e Novas Tecnologias. Curitiba: Editora Ibpx, 2008.

PIMENTEL, Carmem. *Comunicação e Educação em Rede: blogs na escola*. Disponível em: TV Brasil.

ALMEIDA, M. E. B. *Educação, projetos, tecnologia e conhecimento*. São Paulo: PROEM, 2002.

ALENTE, J. A. (Org.). *Computadores na Sociedade do Conhecimento*. Campinas: Ned – Unicamp, 1999.

KENSKI, V. M. *Tecnologias e Ensino Presencial e a Distância*. 2. Edição. São Paulo: Papirus, 2003.

Disciplina: Direitos Humanos, Gênero e Ensino de História.				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Desenvolver conhecimentos, habilidades e propostas de ações para o cotidiano escolar embasados em práticas e princípios éticos de equidade de gênero e defesa dos direitos humanos das populações socialmente vulneráveis, como mulheres e população LGBTQIA+, consideradas suas interseccionalidades, com enfoque no Ensino de História nos anos finais do Ensino Fundamental, e Ensino Médio.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
CANDAU, Vera Maria; ANDRADE, Marcelo; SCAVINO, Susana et alli. <i>Educação em direitos humanos e formação de professores/as</i> . São Paulo: Cortez, 2013.				
LOURO, Guacira L. <i>Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista</i> . Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.				
PINSKY, Carla Bassanezi. <i>Novos temas nas aulas de História</i> . São Paulo: Editora Contexto, 2015.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *Cidadania, um projeto em construção: minorias, justiça e direitos*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2011.

CÁSSIO, Fernando. *Educação contra a barbárie: Por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar*. São Paulo: Boitempo, 2019.

HOOKS, Bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.

WOLFF, Cristina Scheibe; SALDANHA, Rafael Araujo. Gênero, sexo, sexualidades: categorias do debate contemporâneo. *Retratos da Escola*, v. 9, p. 29-46, 2015

Disciplina: Teoria e Metodologia da História I				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Uma história do pensamento histórico da antiguidade ao mundo contemporâneo. As tópicas da historiografia antiga: autoridade, autópsia e verdade. A escatologia cristã e a historiografia no medievo. O conceito moderno de história e o progresso. Ciência e objetividade na historiografia oitocentista. A história-problema dos Annales, o marxismo e a Nova História.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
DOSSE, François. <i>A história em migalhas: dos Annales à nova história</i> . São Paulo: Ensaio, Campinas: Ed. UNICAMP, 2003.				
KOSELLECK, Reinhart. <i>Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos</i> . Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.				
HARTOG, François. <i>O espelho de Heródoto</i> . Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
ARAÚJO, Valdei Lopes de... [et.al.]. <i>A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna</i> . Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.				
CEZAR, Temistocles . Entre antigos e modernos: a escrita da história em Chateaubriand. Ensaio sobre historiografia e relatos de viagem. <i>Almanack Braziliense</i> , v. 11, p. 26-33, 2010.				
GRESPLAN, Jorge . Hegel e o Historicismo. <i>História Revista (UFG)</i> , v. 7, p. 55-78, 2002.				
MARTINS, Estevão de Rezende. <i>A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do Século XIX</i> . São Paulo: Contexto, 2010.				
PARADA, Mauricio (org.). <i>Os historiadores – Clássicos da história</i> (volumes 1, 2 e 3). Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2013.				

Disciplina: História Medieval				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
		Teórica	Prática	Total

4	60	60	0	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Instituições políticas, sociais, econômicas e manifestações culturais da Idade Média ocidental e oriental. Transformação política, econômica, cultural e religiosa dos povos do ocidente e do oriente no medievo. A sociedade feudal, as instituições da Igreja, a formação dos estados modernos, a crise de fins da Idade Média, e o renascimento urbano. O Ensino de História Medieval e as fontes históricas do medievo.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
FRANCO JR., Hilário. <i>A Idade Média. O Nascimento do Ocidente</i> . São Paulo: Brasiliense, 2001. HOURANI, Albert. <i>Uma história dos povos árabes</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 2006. LE GOFF, Jacques. <i>A civilização do ocidente medieval</i> . Bauru, SP: Edusc, 2005.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
ANDERSON, P. <i>Passagens da Antiguidade ao feudalismo</i> . São Paulo: Brasiliense, 1987. BASCHET, Jèrôme. <i>A Civilização Feudal</i> . Porto Alegre: Editora Globo, 2008. BLOCH, Marc. <i>A sociedade feudal</i> . Lisboa Edições 70, 1980. LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. <i>Dicionário Temático do Ocidente Medieval</i> . Bauru, SP: Edusc, 2006. VAUCHEZ, André. <i>A espiritualidade na idade Média ocidental</i> . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.				

Disciplina: Filosofia				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática	Total
		30	0	30
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
A gênese da filosofia na Grécia Clássica. Filosofia e sua relação com os discursos poético e mítica. Outras gênese filosóficas, outros modos de pensamento. O discurso filosófico e a questão do conhecimento. Filosofia como reflexão ou como criação? Pensamento e conceito, palavras e coisas. A modernidade filosófica: o surgimento do pensamento crítico. A crise do modelo moderno de sociedade. Novas perspectivas filosóficas para o mundo contemporâneo.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
CHAUÍ, Marilena de Souza. <i>Convite à filosofia</i> . 14. ed. São Paulo: Ática, 2010. DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. <i>O que é a Filosofia?</i> São Paulo: Editora 34, 1992. TOURAINÉ, Alain. <i>Crítica da modernidade</i> . 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. <i>Dialética do esclarecimento</i> : fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. FOUCAULT, Michel. <i>Microfísica do Poder</i> . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016. NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. <i>Além do bem e do mal</i> : prelúdio a uma filosofia do futuro. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. SARTRE, Jean-Paul. <i>Existencialismo é um humanismo</i> . Lisboa: Presença, 1970. PLATÃO. <i>O Banquete</i> . Editora Vozes. Digital.				

Disciplina: Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS)				
Departamento: Departamento de Educação, Linguística e Letras			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
<p>Conceitos Básicos sobre surdez e o indivíduo surdo: identidade, cultura, educação e políticas públicas. Aspectos históricos da Educação de Surdos e da formação da Libras. Libras reconhecida como Língua no Brasil (Lei 10.436/2002 e Decreto 5.626/2005). Introdução às práticas de compreensão e produção em Libras através do uso de estruturas gramaticais e funções comunicativas elementares. Modos de recepção e expressão do surdo no cotidiano. Filosofias educacionais aplicadas aos Surdos.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>CAPOVILLA, F. C. RAPHAEL, W. D. <i>Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira (Libras)</i>. Volumes 1 e 2. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: INEP: CNPq: Capes: Obeduc, 2012.</p> <p>FELIPE, Tânia. <i>Libras em contexto: Curso Básico</i>. Walprint gráfica e editora RJ, 2007.</p> <p>GESSER, Audrei. <i>LIBRAS?: Que língua é essa?</i> São Paulo: Parábola Editorial, 2009.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>FERNANDES, Eulália (org.). <i>Surdez e bilingüismo</i>. Porto Alegre: Mediação 2005.</p> <p>GOLDFELD, M. <i>A criança Surda</i>. São Paulo: Pexes, 1997.</p> <p>LOPES, Maura Corcini. <i>Surdez & Educação</i>. 1 ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2007.</p> <p>QUADROS, Ronice, Muller; KARNOPP, Lodenir. <i>Língua Brasileira de sinais: estudos linguísticos</i>. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p> <p>SILVA, I. R.; KAUCHAKJE, S.; GESVELI, Z. M. <i>Cidadania, surdez e linguagem: desafios e realidades</i>. São Paulo: Plexus, 2003.</p>				

Disciplina: Psicologia da Educação				
Departamento: Departamento de Educação, Linguística e Letras			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
<p>A história da psicologia, seus objetos e seus métodos de estudo e de aplicação. Principais concepções da psicologia e a relação com o processo de ensino e de aprendizagem. Processo psicológico de desenvolvimento e aprendizagem e suas inter-relações com as dimensões biológicas, socioculturais, afetivas e cognitivas. O desenvolvimento humano e as características individuais no processo de desenvolvimento e aprendizagem. Contribuições da Epistemologia de Jean Piaget, do sócio-interacionismo de Lev Semenovitch Vygotsky e da psicologia de Henri Wallon para a educação.</p>				

BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
VYGOTSKY, Lev. <i>Pensamento e Linguagem</i> . São Paulo, SP: Martins Fontes, 1993.	
PIAGET, Jean. <i>A linguagem e o pensamento da criança</i> . São Paulo: Martins Fontes, 1999.	
LA TAILLE, Yves de et al. <i>Piaget, Vygotsky e Wallon: Teorias Psicogenéticas em Discussão</i> . São Paulo, Summus, 1992.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
FONSECA, Paula Fontana; LERNER, Ana Beatriz Coutinho; MACHADO, Adriana Marcondes. <i>Concepções e proposições em Psicologia e Educação</i> . São Paulo: Blucher, 2017.	
KASTRUP, Virgínia. <i>A invenção de si e do mundo - Uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição - 1ª Edição</i> . Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2007.	
MACHADO, Adriana Marcondes; Proença, Marilene (orgs.). <i>Psicologia Escolar: em busca de novos rumos</i> . São Paulo: Editora Casa do Psicólogo, 2010.	
COUTINHO, Maria Tereza da Cunha; MOREIRA, Mercia. <i>Psicologia da educação: um estudo dos processos psicológicos de desenvolvimento e aprendizagem humanos, voltado para a educação: ênfase nas abordagens interacionistas do psiquismo humano</i> . 8. ed. Belo Horizonte: Lê, 2000.	
OLIVEIRA, Marta Kohl de. <i>Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento um processo sócio-histórico</i> . 2. ed. São Paulo: Scipione, 1995.	

Disciplina: História dos Povos Originários				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Teorias sobre o povoamento do continente americano e do território brasileiro. Principais grupos étnicos que ocupavam o território antes da conquista e colonização portuguesa. Relações sociais, políticas, econômicas, culturais, artísticas e religiosas dos grupos étnicos originários do continente americano e do território brasileiro. Massacre, a resistência e as políticas indigenistas no Brasil, da época colonial à atualidade. Subsídios para o ensino da história e das culturas indígenas.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
CUNHA, Manuela Carneiro da. <i>História dos índios no Brasil</i> . São Paulo: Companhia das Letras: FAPESP, 2000.				
PIÑÓN, Ana; FUNARI, Pedro Paulo. <i>A temática indígena na escola: subsídios para os professores</i> . São Paulo: Contexto, 2011.				
BETHELL, Leslie (org.). <i>História da América Latina vol. I</i> . São Paulo: EDUSP, 2021.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
AFONSO, Germano B. <i>Ensino de História e Cultura Indígenas</i> . São Paulo: InterSaberes, 2016.				
CARDOSO, Ciro F. <i>América Pré-colombiana</i> . Editora Brasiliense, 2004.				
CAMPOS, Carmen Lucia. <i>História e cultura dos povos indígenas no Brasil</i> , 3. ed. São Paulo: Barcha Planeta, 2011.				
NEVES, Walter Alves; PILÓ, Luís Beethoven. <i>O povo de Luzia: em busca dos primeiros americanos</i> . São Paulo: Globo, 2008.				

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Disciplina: Práticas de Pesquisa em História				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Teorias, metodologias e técnicas que perpassam o fazer historiográfico. Interloções entre teoria e prática na constituição de objetos de pesquisa. As diferentes etapas da pesquisa (Delimitação do tema, problemas, hipóteses, referenciais teórico-metodológicos, trabalho com as fontes, cronograma e bibliografia). Procedimentos e normas técnicas fundamentais para a produção do trabalho científico. Gestão e Inovação nas técnicas e metodologias de pesquisa em História.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
BARROS, José D'Assunção. <i>O projeto de pesquisa em história: da escolha do tema ao quadro teórico</i> . 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.				
CERTEAU, Michel de. <i>A escrita da História</i> . Rio de Janeiro: Forens Universitária, 2000.				
ECO, Umberto. <i>Como se faz uma tese</i> . 14. ed. [S.l.] Perspectiva, 1996.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
BLOCH, Marc. <i>Apologia da história ou O ofício do historiador</i> . Rio de Janeiro, Zahar, 2002.				
GINZBURG, Carlo. <i>Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância</i> . 1 ed. [S.l.] Companhia das Letras, 2001.				
HARTOG, François. <i>Crer em história</i> . Belo Horizonte: Autêntica, 2020.				
KOSELLECK, Reinhardt. <i>Futuro passado. Contribuições à semântica dos tempos históricos</i> . Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.				
PINSKY, Carla Bassanezi. <i>Fontes Históricas</i> . 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.				

Disciplina: Filosofia e Sociologia da Educação				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Filosofia e educação. Educação e política. Filosofia da educação. As concepções de Educação. Os novos pensadores em educação. Introdução à análise sociológica do fenômeno educacional. Pensamento Sociológico Clássico e Educação. Teorias sociológicas da educação. Educação, cultura e sociedade. Educação e desigualdades. Processos educativos e processos sociais.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				

BRANDÃO, Z. (Org). A crise dos paradigmas e a educação. São Paulo; Cortez. 2000.

SILVA, Divino José; PAGNI, Pedro Angelo (Org). Introdução a filosofia da educação: temas contemporâneos da história. São Paulo: Avercamp, 2007.

FORQUIN, J-C. Sociologia da Educação. Petrópolis, Vozes, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LIPMAN, M. *Filosofia na sala de aula*. São Paulo: Nova Alexandria, 2001.

PAGNI, Pedro Ângelo; SILVA, Divino José da (Org). *Introdução à filosofia da educação: temas contemporâneos e história*. São Paulo. Avercamp. 2007.

SUCHODOLSKI, B. *A pedagogia e as grandes correntes filosóficas*. São Paulo: Centauro, 2002.

MARTINS, José de S; FORACCHI, Marialice. M. *Sociologia e Sociedade: leituras de introdução à sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

TEDESCO, J. C. *Sociologia da Educação*. São Paulo, Autores Associados, 1995

Disciplina: Relações Étnico-Raciais e Cultura Afrobrasileira no Ensino de História				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Estudos sobre a Educação para Relações Étnico Raciais, especialmente no Brasil. Estrutura do racismo, e os riscos enfrentados por pessoas negras, as resistências e conquistas, sobretudo no que se refere à educação brasileira. Lei 10.639/03, legislações educacionais e ações afirmativas				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
GOMES, Nilma Lino. Diversidade e currículo. In: <i>Indagações sobre currículo</i> . Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.				
GONZALEZ, Lélia. <i>Por um feminismo Afro Latino Americano</i> . Org. Flávia Rios e Márcia Lima. Zahar. p.49-64.				
NASCIMENTO, Beatriz. <i>Uma história feita por mãos negras</i> . Org. Alex Ratts. Zahar. p.37-61.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
BRASIL. <i>Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana</i> . Brasília: MEC-SEPIR, 2004.				
DAVIS, Ângela. Nós não consentimos a violência contra as mulheres em uma sociedade racista. <i>Mulheres, cultura e política</i> . São Paulo: Boitempo, 2017.				
HOOKS, Bell. A Teoria como Prática Libertadora. In. <i>Ensinando a transgredir: a Educação como prática de liberdade</i> . Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2013.				
KONARÉ, Adame Ba. Préface: Ce que sont ces étranges “amis de l’Afrique. In. <i>Petit précis de remise à niveau sur l’histoire africaine à l’usage du président Sarkozy</i> . La Découverte/Poche.2008. p. 9-19.				
SCHUCMAN, Lia Vainer. Branquitude. In. <i>Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”</i> : Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP). Ano de obtenção: 2012. p. 17-30.				

Disciplina: História do Brasil I				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Formação do Império marítimo português. Os povos Originários. O encontro e o início da administração. Economia: a cana de açúcar. União Ibérica e a Restauração portuguesa. Sociedade escravista. O início da formação da elite colonial. Os tratados de limites. Brasil e África no contexto do Império português. A descoberta do ouro. Modificações no panorama econômico, político e social. A formação do mercado interno. Choque de interesses coloniais e metropolitanos. Sociedade escravista e resistência escrava. A crise do sistema colonial. Corte portuguesa no Brasil.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
ALENCASTRO, Luiz Felipe de. <i>O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul</i> . São Paulo: Cia. Das Letras, 2000.				
FRAGOSO, J. e GOUVÊA, M. F. (Coords.) <i>Brasil Colonial</i> . (3 vols.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.				
MOTTA, Carlos Guilherme (Org). <i>Viagem incompleta: a experiência brasileira</i> (02 vols). São Paulo: Ed. SENAC, 2000.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
NOVAIS, F. A. e SOUZA, L. de M. (Orgs.). <i>História da Vida Privada no Brasil: Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 1997.				
FLORENTINO, Manolo Garcia. <i>Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)</i> . Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.				
NOVAIS, Fernando. <i>Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial</i> . São Paulo: Hucitec, 1983.				
BOXER, Charles R. <i>A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial</i> . São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969s Letras, 2002.				
BETHELL, Leslie. <i>História da América Latina: América Latina Colonial</i> . Vols. I e II, São Paulo: EDUSP, 1997/98.				

Disciplina: Teoria e Metodologia da História II				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Compreender as dinâmicas da historicidade, especialmente as interfaces ontológicas, teórico metodológicas e ético-políticas circunscritas às diversas possibilidades de articulação de saberes historiográficos, que envolvem a cultura de história em um sentido amplo e a produção historiográfica especializada produzida nas academias e universidades, perpassando momentos				

decisivos nos séculos XVIII, XIX, XX e XXI.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
CERTEAU, Michel de. <i>A escrita da História</i> . Rio de Janeiro: Forens Universitária, 2000. HARTOG, François. <i>Crer em história</i> . Belo Horizonte: Autêntica, 2020. KOSELLECK, Reinhardt. <i>Futuro passado</i> . Contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
BLOCH, Marc. <i>Apologia da história ou O ofício do historiador</i> . Rio de Janeiro, Zahar, 2002. BARROS, José D'Assunção de. <i>O Tempo dos Historiadores</i> . Petrópolis: Vozes, 2013. CARDOSO, Ciro F. e VAIFAS, R (Org). <i>Domínios da História: ensaios de teorias e metodologia</i> . Rio de Janeiro: Campus, 2000. DOSSE, François. <i>A História em Migalhas: dos Annales à Nova História</i> . São Paulo: EDUSC, 2003. WHITE, Hayden V. <i>Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura</i> . 2. ed. [S.l.] EDUSP, 2001.

Disciplina: Arquivos e Museus				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática	Total
		30	0	30
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Arquivologia e História. Gestão e Inovação no arquivamento de documentos. Administração de documentos. Arquivos e Museus: trajetória histórica. Concepção de história presente nos discursos museográficos. Utilização dos arquivos e museus na pesquisa e no ensino de história.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
BELLOTTO, Heloisa Liberalli. <i>Arquivos permanentes, tratamento documental</i> . Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2004. CASTRO, Celso. <i>Pesquisando em arquivos</i> . Rio de Janeiro: Zahar, 2008. PAES, Marilena Leite. <i>Arquivo, teoria e prática</i> . Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
BITTENCOURT, José Neves et al. <i>História representada: o dilema dos museus</i> . Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003. BORGES, Maria Eliza Linhares. <i>Inovações, coleções, museus</i> . Belo Horizonte: Autêntica, 2011. FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (org.). <i>Museus: dos Gabinetes de Curiosidades à Museologia Moderna</i> . Belo Horizonte: Fino traço, 2013. SCHELLENBERG, Theodore R. <i>Arquivos modernos: princípios e técnicas</i> . Rio de Janeiro: ED. FGV, 2005. SILVA, Zélia Lopes da (org.). <i>Arquivos, patrimônio e Memória – trajetórias e perspectivas</i> . São Paulo: EDUNESP/FAPESP, 1999.				

Disciplina: Antropologia	
Departamento: Departamento de Ciências Humanas	Código

HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática	Total
		30	0	30
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Antropologia como ciência das experiências humanas. Principais correntes do pensamento antropológico. Método etnográfico e sua estrutura conceitual básica. Relações e diálogos entre História e Antropologia. Conceito de cultura e suas metamorfoses no tempo. A cultura como sistema simbólico. Cultura, sociedade, e alteridade.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
GOMES, Nilma Lino, SCHWARCZ, Lilia Moritz (Orgs). <i>Antropologia e História: debate em região de fronteira</i> . Belo Horizonte: MG: Ed. Autêntica, 2000.				
LIMA, Roberto Kant. <i>Antropologia e Ciências Humanas</i> (03 volumes). Rio de Janeiro: Eduff, 2003.				
SANTOS, José Luiz dos. <i>O que é cultura</i> . 16° ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2000.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
DAUSTER, T. <i>Antropologia e educação: um saber de fronteira</i> . Ed. Forma & Ação, 2007.				
DAMATTA, Roberto. <i>Relativizando: uma introdução à Antropologia Social</i> . Petrópolis: Vozes, 1981.				
GEERTZ, C. <i>A Interpretação das Culturas</i> . Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989.				
LARAIA, Roque de Barros. <i>Cultura: um conceito antropológico</i> . Rio de Janeiro: Zahar, 1986.				
RADCLIFFE-BROW, A. R. <i>Estrutura e função na sociedade primitiva</i> . Rio de Janeiro: Zahar, 1989.				

Disciplina: História Moderna				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Análise da transição do mundo medieval para o moderno, e da formação deste a partir das permanências e transformações políticas, econômicas e sociais que atingiram todos os níveis da sociedade europeia a partir do século XV. Discussão sobre centralização monárquica, surgimento do mercantilismo, expansionismo marítimo comercial, filosofia do Renascimento e as reformas religiosas. A constituição dos estados modernos, a formação da sociedade do antigo regime, a ascensão do Iluminismo e do despotismo esclarecido, e suas implicações políticas e sociais no século XVIII.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
ANDERSON, P. <i>Linhagens do estado absolutista</i> . Porto: Afrontamento, 1984.				
FALCON, Francisco e RODRIGUES, Antonio Edmilson. <i>A formação do mundo moderno: a construção do Ocidente dos séculos XIV ao XVIII</i> . Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.				
SKINER, Quentin. <i>As fundações do pensamento político moderno</i> . Trad. Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.				

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
ELIAS, Norbert. <i>A Sociedade de Corte</i> . Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.	
FALCON, Francisco. <i>Mercantilismo e Transição</i> . São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.	
HOBBSAWM, Eric. <i>A Era das revoluções</i> . 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2002.	
SEVCENKO, N. O Renascimento. São Paulo: Atual, 1999.	
VOVELLE, M. (org.). <i>O homem do iluminismo</i> . Lisboa: Estampa, 1997.	

Disciplina: História do Brasil II				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas				Código
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
A construção da trajetória política da classe senhorial no processo de formação da Nação brasileira. A construção do Estado nacional. A escravidão como sustentação da elite tradicional e da monarquia. A transformações sociais. O movimento republicano, as crises e a queda da Monarquia.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
JANCSÓ, István. <i>Brasil: Formação do Estado e da Nação</i> . São Paulo: Hucitec; Unijuí-Fapesp, 2003.				
MATOS, Ilmar R. <i>O tempo de saquarema: a formação do Estado imperial</i> . Rio de Janeiro: ACCESS, 1994.				
MOTTA, Carlos Guilherme (Org). <i>Viagem incompleta: a experiência brasileira</i> (02 vols). São Paulo: Ed. SENAC, 2000.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
CARVALHO, José Murilo. <i>A construção da ordem</i> . O teatro das sombras. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996				
CHALHOUB, Sidney. <i>Visões da liberdade</i> . São Paulo: Cia. Das Letras, 1990				
CHIAVENATTO, Júlio José. <i>Genocídio americano: guerra do Paraguai</i> . São Paulo: Moderna, 1998.				
COSTA, Emília Viotti. <i>Da senzala à colônia</i> . São Paulo: Unesp, 1998.				
NEVES, Lúcia M. B. Pereira. <i>Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência</i> . Rio de Janeiro: Revan, Faperj, 2003.				

Disciplina: História da América I				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas				Código
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				

Estudo dos impactos da chegada, conquista e processos de colonização dos europeus e na América. Os povos conquistados e suas complexidades. O conteúdo citado é abordado em suas múltiplas dimensões: a social, a econômica, a política e a cultural. Questionam-se as lideranças internas e externas e as aglutinações que se movimentam e culminam nos processos de independência na América Hispânica. Analisam-se os grupos sociais norte-americanos no contexto antecedente e concomitante à presença europeia, debatem-se os aspectos formativos das estruturas sociais anglo-saxãs, assim como as matizes da liderança inglesa nas treze colônias

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina*. Da independência até 1870. Vol. 3. São Paulo: Edusp, 2001.

GRUZINSKI, Serge. *Colonizacao do imaginario: sociedades indigenas e ocidentalizacao no Mexico espanhol*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

DONGHI, Halperin. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAPTIST, Edward E. *A Segunda Escravidão e a Primeira República Americana*. Almanack [online]. 2013, n. 5 [Acessado 30 Abril 2022], pp. 5-41.

GORENDER, Jacob. O épico e o trágico na história do Haiti. *Estudos Avançados* [online]. 2004, v. 18, n. 50 [Acessado 30 Abril 2022], pp. 295-302.

MARQUESE, Rafael de Bivar. PIMENTA, JOÃO PAULO. Tradições de História Global na América Latina e no Caribe. *História da Historiografia*, v. 17, p. 30-49, 2015.

PRADO, Maria Lígia. *A formação das nações latino-americanas*. São Paulo: Atual. 2009.

STEIN, Stanley. *Herança colonial da América Latina: ensaios de dependência econômica*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

Disciplina: Metodologia do Ensino de História I				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Estudo sobre diferentes possibilidades metodológicas e epistemológicas próprias ao ensino de história. Discussão e análise sobre a situação do ensino de história, especialmente no Brasil, e suas implicações nas mais diferentes realidades escolares do país. Reflexão sobre currículo, didática e aprendizagem no ensino de História.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
ABUD, Kátia M. <i>A construção de uma Didática da História: algumas idéias sobre a utilização de filmes no ensino</i> . História, São Paulo, 22 (1), p.183-193, 2003.				
BITTENCOURT, Circe M. F. <i>O saber histórico em sala de aula</i> . São Paulo: Contexto, 1998.				
FONSECA, Selva G. <i>Didática e Prática de Ensino de História</i> . 13ª ed. São Paulo: Papirus, 2013.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				

BITTENCOURT, Circe M. F. *O livro didático não é mais aquele*. Revista Nossa História, São Paulo: Biblioteca Nacional, dez/2003, nr.2, p.52-54.

CAVALCANTE, Meire. O que você espera deles? *Escola On-line*. Ed.181, abr/2005. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/formacao/voce-espera-deles-431422.shtml> Acesso em 09/05/2016.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Ed.70ª. 2021.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

HOOKS, Bell. A Teoria como Prática Libertadora. In. *Ensinando a transgredir: a Educação como prática de liberdade*. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2013.

Disciplina: História da América II				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Análise acerca afirmação de suas nações no século XIX em meio aos conflitos econômicos territoriais. Problemática acerca dos processos de disputa que compõem o novo território Latino Americano, entre o marco da independência até o século XX. Aborda-se o processo revolucionário mexicano e cubano, assim como os populismos e os regimes de exceção do Cone Sul. Avaliação do processo de construção e consolidação dos Estados Unidos da América no que diz respeito aos fatores internos e externos.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. <i>Geopolítica e política exterior: Estados Unidos, Brasil e América do Sul</i> . Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.				
FERREIRA, Jorge (org). O populismo e sua história. <i>Debate e crítica</i> . Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.				
SAID, Edward W. <i>Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente</i> . São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
DE LA TORRE, Carlos. ¿Por qué los populismos latinoamericanos se niegan a desaparecer? <i>E.I.A.L.</i> , Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales Sede Ecuador, v. 19, ed. 2, p. 1-22, 2008.				
FRANCO, M.; IGLESIAS, M. El estado de excepción en Uruguay y Argentina. Reflexiones teóricas, históricas e historiográficas. <i>Revista de História Comparada (UFRJ)</i> , v. 5, p. 91-115, 2011.				
IANNI, Octávio. <i>O colapso do populismo no Brasil</i> . Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.				
QUADRAT, S. V. As faces da repressão nos países da América Latina. <i>Revista de História (UFES)</i> , Vitória, v. 13, p. 196-202, 2001.				
SADER, Emir. <i>Cuba, Chile e Nicarágua: O socialismo na América latina</i> . São Paulo, editora Atual, 1992.				

Disciplina: **Historiografia Brasileira**

Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código		
HISTÓRIA					
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:			
4	60	Teórica	Prática	Total	
		60	0	60	
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM		
EMENTA					
Caminhos da historiografia brasileira. A nação e a trajetória do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). A Geração de 1870 e a questão social redefinem o papel da História. O Ensaísmo e a síntese histórica. Universidade e disciplinarização do conhecimento histórico. Desafios contemporâneos à historiografia brasileira.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
FREITAS, Marcos Cezar de (Org). <i>Historiografia brasileira em perspectiva</i> . São Paulo: Contexto, 2007.					
FREYRE, Gilberto. <i>Casa-Grande & Senzala</i> . Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2006.					
HOLANDA, Sergio Buarque de. <i>Raízes do Brasil</i> . 26° ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
ALONSO, Ângela. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração de 1870. <i>Revista Brasileira de Ciências Sociais</i> , Vol. 15 n.44 outubro/2000.					
CUNHA, Euclides da. <i>Os Sertões</i> : (campanha de Canudos). São Paulo: Ateliê editorial, 2001.					
GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma História Nacional. <i>Estudos Históricos</i> , Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.					
MUNANGA, Kabengele. <i>Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra</i> . Belo Horizonte: Autêntica, 2020					
NICOLAZZI, Fernando. <i>História e historiadores no Brasil: do fim do Império ao alvorecer da República</i> . Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.					

Disciplina: História de Minas Gerais					
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código		
HISTÓRIA					
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:			
4	60	Teórica	Prática	Total	
		60	0	60	
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM		
EMENTA					
Processo de formação econômica, política e cultural da história de Minas Gerais. Economia escravista setecentista e oitocentista. A descoberta do ouro, a mineração e outras atividades econômicas. O processo de montagem do aparato político-administrativo metropolitano na capitania. Conflitos sociais, motins e inconfidências. Urbanização, sociedade, cultura e religião. A 'ideologia' da mineiridade e seus desdobramentos políticos e sociais. A república em Minas, o sistema oligárquico, o capital estrangeiro e o processo de industrialização. Interpretações historiográficas da formação e da articulação inter-regional mineira e brasileira.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					

VILLATA, Luiz Carlos; RESENDE, Maria Efigênia Lage de (Org.). *História De Minas Gerais: As Minas Setecentistas 1e 2*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.
 FURTADO, João Pinto. *O manto de Penélope: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. (p. 11-75).
 SOUZA, Laura de Mello e. *Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARRUDA, Maria A. do Nascimento. *Mitologia da Mineiridade*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
 FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
 COMERFORD, John Cunha (Org.). *Giros etnográficos em Minas Gerais: casa, comida, prosa, festa, política, briga e o diabo*. 1. ed. - Rio de Janeiro: 7 Letras: FAPERJ, 2015.
 MAXWELL, K. *A devassa da devassa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
 VERGUEIRO, Laura. *Opulência e miséria das Minas Gerais*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

Disciplina: Orientação de Estágio Supervisionado I				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática	Total
		30	0	30
Pré-requisito:	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM		
EMENTA				
Desenvolvimento de habilidades para elaborar de planos de aulas, planejamento anual da disciplina, sequências didáticas e preenchimento de diários de classes, para os ensinos fundamental e médio. Discussões sobre ações no que se refere ao uso do Conteúdo Básico Comum (CBC) e do livro didático na educação básica.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
BITTENCOURT, Circe (org.). <i>O saber histórico na sala de aula</i> . 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1998. FONSECA, Selva Guimarães. <i>Didática e Prática de Ensino de História</i> . 2. ed. São Paulo: Papirus, 2003. FERREIRA, Marieta de Moraes; FRANCO, Renato. <i>Aprendendo História: reflexão e ensino</i> . Rio de Janeiro: FGV Editora, 2013.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
CINTRA, Simone Cristiane Silveira; ALBANO, Ana Angélica. <i>Memória e (re)criação na formação de professores: trilhando caminhos</i> . <i>Cadernos Cedes</i> , Campinas, v. 30, n. 80, p.105-111, jan.-abr. 2010. ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo & GONTIJO, Rebeca. <i>O ensino de história em questão: cultura histórica, usos do passado</i> . Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015. SILVA, Marcos; FONSECA, Selva Guimarães. <i>Ensinar história no século XXI: em busca do tempo entendido</i> . Campinas, SP: Papirus, 2003. VEIGA, Ilma P. A. (Org.). <i>Didática: o ensino e suas relações</i> . 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 1997. YOUNG DIGITAL PLANET (FIRMA) (org.). <i>Educação no século 21: tendências, ferramentas e projetos para inspirar</i> . São Paulo: Moderna, 2016.				

Disciplina: História da Educação				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas				Código
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:		Carga horária/distribuição:	
4	60		Teórica	Prática
			60	0
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Teorias e práticas educacionais: contexto e historização. Desenvolvimento da prática do ensino a partir da Educação Jesuítica colonial aos dias atuais. Educação e contextos políticos: Brasil Império, Primeira República, Era Vargas, República Populista. Pensamento pedagógico brasileiro e o Movimento da Escola Nova. Educação no Brasil após 1964. História, cultura e educação na América Latina nas décadas finais do século XX. Reflexão de temas e questões atuais sobre a educação brasileira. Perspectivas de mudança.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
PILETTI, Cláudio; PILETTI, Nelson. <i>História da educação: de Confúcio a Paulo Freire</i> . São Paulo: Contexto, 2012. (Reimpressão de 2014).				
SAVIANI, Dermeval. <i>História das idéias pedagógicas no Brasil</i> . Campinas, SP: Autores Associados, 2007.				
SPEDO, H. M. L. <i>História da Educação no Brasil e Leituras</i> . São Paulo: Thomson, 2003.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. <i>História da educação e da pedagogia: geral e Brasil</i> . 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2006. (Reimpressão de 2015).				
GADOTTI, Moacir. <i>História das idéias pedagógicas</i> . 8. ed. São Paulo: Ática, 1999.				
MANACORDA, Mário Alighiero. <i>História da educação: da antiguidade aos nossos dias</i> . 8. ed. São Paulo: Cortez, 2000.				
RIBEIRO, M. L. S. <i>História da Educação Brasileira e Organização Escolar</i> . 14. Ed. Campinas/SP: Autores Associados, 1995.				
VEIGA, Cynthia Greive. <i>História da educação</i> . São Paulo: Ática, 2007.				

Disciplina: Educação Escolar: políticas, estrutura e organização				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas				Código
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:		Carga horária/distribuição:	
4	60		Teórica	Prática
			60	0
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
A educação no contexto das transformações da sociedade. Perspectivas contemporâneas em torno das relações entre Estado, Educação e Sociedade. Políticas educacionais no Brasil e seus condicionantes políticos, econômicos, sociais e culturais. Estrutura e funcionamento da Educação Básica. Políticas Públicas e Gestão da Educação. Histórico da legislação básica no contexto brasileiro. Gestão e inovação em projetos pedagógicos dos diferentes subsistemas nos diversos níveis e modalidades da Educação Escolar Brasileira.				

BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
DOURADO, Luiz Fernandes e Vitor Henrique Paro (Orgs.). <i>Políticas públicas e educação básica</i> . 1. ed. São Paulo: Editora Xamã, 2001.	
LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. <i>Educação escolar: políticas, estrutura e organização</i> . 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.	
OLIVEIRA, Dalila Andrade e DUARTE, Adriana Maria Cancelli (Orgs.). <i>Políticas públicas e Educação: regulação e conhecimento</i> . 1. ed. Belo Horizonte: Fino traço Editora, 2011.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
CURY, Carlos Roberto Jamil. <i>Educação e direito à educação no Brasil: um histórico pelas Constituições</i> . 1ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.	
MARTINS, Angela Maria. <i>Política e gestão da educação: desafios em tempos de mudanças</i> . Campinas: Editora Autores Associados, 2013.	
MAZZOTA, Marcos J.S. <i>Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas</i> . São Paulo: Cortez, 2005	
SAVIANI, Dermeval. <i>Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação: significado, controvérsias e perspectivas</i> . 1. ed. Campinas: Autores Associados, 2014.	
SAVIANI, Dermeval. <i>Educação Brasileira: estrutura e sistema</i> . 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.	

Disciplina: História da África				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas				Código
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
A África como objeto de estudo. O continente, sua geografia e os tempos remotos. Política, religião e economia: a África saariana e a expansão do Islã; a floresta e as formações sociais da África Subsaariana. Escravidão. Comércio trans/intercontinental: homens e mercadorias. O fim do tráfico de escravos. O contexto africano no século XIX. Ocupação europeia e resistência. Os diferentes colonialismos. Ideologias anticoloniais: pan-africanismo e negritude. Os nacionalismos africanos e a descolonização. As independências. A África atual.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
THORNTON, John. <i>A África e os africanos na formação do mundo atlântico – 1400-1800</i> . Trad. Marisa Rocha Mota. Rio de Janeiro: Elsevier. 2004.				
LOVEJOY, Paul. <i>A escravidão na África: uma história de suas transformações</i> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.				
OBENGA, T. <i>Fontes e técnicas específicas da história da África - panorama geral</i> . In. KI-ZERBO, J. <i>História Geral da África I - metodologia e pré-história</i> . Brasília: UNESCO, 2010.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
COOPER, Frederick. <i>Histórias de África: capitalismo, modernidade e globalização</i> . Lisboa: Edições 70, 2016.				
PARÉS, Luís Nicolau. <i>O rei, o pai e a morte: a religião vodum na antiga Costa dos Escravos na África Ocidental</i> . São Paulo: Cia das Letras, 2016.				
REIS, João José; GOMES, Flavio dos Santos; CARVALHO, Marcus. <i>O alufá Rufino: tráfico,</i>				

escravidão e liberdade no Atlântico negro (c. 1823-c. 1853). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SANTOS, Patrícia Teixeira. *Reflexões sobre o ensino colonial em África: trajetórias da instituição escolar no antigo Sudão (1889-1952)*, História Hoje: revista de História e de Ensino, v. 1, nº 1, p. 139-155 – 2012.

THOMAZ, Omar Ribeiro. *“Escravos sem dono”*: a experiência social dos campos de trabalho em Moçambique no período socialista, Revista de Antropologia, São Paulo, USP, v.51,n.1, 2008.

Disciplina: História Contemporânea I				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Estudo do processo de consolidação das sociedades contemporâneas com ênfase nos aspectos econômicos, políticos e culturais; análise da construção da ordem burguesa e da manutenção das dinâmicas sociais durante o século XIX considerando os fenômenos que marcam a transição para o referido tempo histórico. Problematisa o processo que originou a formação industrial contemporânea e debate os marcos temporais a respeito do grande salto inglês. Aborda os movimentos da Revolução Francesa e a construção da ordem contemporânea e elucida o processo de consolidação do Estado-nação do século XIX.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
ANDERSON, Benedict. <i>Um mapa da questão nacional</i> . Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. CHARTIER, Roger. <i>Origens culturais da Revolução Francesa</i> . São Paulo: Editora UNESP, 2009. THOMPSON, E. P. <i>A formação da classe operária inglesa I, II e III</i> 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
ELIAS, Norbert. <i>O processo civilizador: uma história dos costumes</i> . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. FANON, Franz. <i>Pele negra, máscaras brancas</i> . Salvador: EDUFBA, 2008. FURET, François. <i>Pensando a Revolução Francesa /</i> 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. HOBSBAWM, E. J. <i>Ecossistemas da marsehesa: dois séculos reveem e revolução francesa</i> . 1 ed. Companhia de Letras, 2001. POLANYI, Karl. <i>A grande transformação: as origens da nossa época</i> . 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.				

Disciplina: Orientação de Estágio Supervisionado II				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática	Total
		30	0	30

Pré-requisito:	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA			
<p>Estudo das realidades escolares e elaboração de projetos didáticos capazes de desenvolver habilidades e competências relacionadas ao raciocínio Histórico, no âmbito do ensino fundamental. Análise currículos, programas, material didático, práticas escolares, representações e ações do corpo docente no processo educativo brasileiro. Planejamento, desenvolvimento e acompanhamento de ações de ensino formal junto a escolas de níveis fundamental. Apreensão e debate sobre a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e Currículo Referência de Minas Gerais.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>FONSECA, Selva Guimarães. <i>Caminhos da História Ensinada</i>. Campinas: Papyrus, 1993. SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. <i>Ensinar História</i>. São Paulo: Scipione, 2009. PINSKY, Jaime; BITTENCOURT, C. M.; NADAI, Elza; DAVIES, Nicholas; MICELI, Paulo. <i>O ensino de história e a criação do fato</i>. São Paulo: Editora Contexto, 2014.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>BRASIL. Ministério da Educação. <i>Base Nacional Comum Curricular</i> (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio). Brasília: MEC/SEF, 2019. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. MINAS GERAIS. Currículo Referência de Minas Gerais. Minas Gerais, 2021. Disponível em: https://curriculoreferencia.educacao.mg.gov.br. ROCHA, Helenice; REZNIK, Luis e MAGALHAES, Marcello de Souza. <i>Livros Didáticos de História: entre políticas e narrativas</i>. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017. FERNANDES, Alex de Oliveira. <i>Avaliação educacional: limites e desafios nas políticas públicas</i>. Curitiba: CRV, 2020. ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo & GONTIJO, Rebeca. <i>O ensino de história em questão: cultura histórica, usos do passado</i>. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015.</p>			

Disciplina: Didática				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas				Código
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática	Total
		60	0	60
Pré-requisito:	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM		
EMENTA				
<p>Educação escolar, Pedagogia e didática. Pressupostos teóricos, históricos, sociais e políticos da didática e suas implicações no processo de ensino-aprendizagem. Planejamento e avaliação educacional. Compreensão dos processos de avaliação na Educação Básica, internas e externas. Elaboração de avaliações. Gestão e inovação em processos avaliativos e projetos pedagógicos de cursos de graduação A relação professor-aluno. Universidade, ensino básico e direitos humanos.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				

CANDAU, Vera Maria Ferrão. *Didática Crítica Intercultural: aproximações*. 1.ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

GASPARIN, João Luiz. *Uma Didática para a Pedagogia histórico-crítica*. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2009.

SILVA, Aida Maria Monteiro. *Educação superior: espaço de formação em direitos humanos*. São Paulo: Cortez, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDIN, D. *Planejamento como prática educativa*. 16. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

FERNANDES, Alex de Oliveira. *Avaliação educacional: limites e desafios nas políticas públicas*. Curitiba: CRV, 2020.

LIBÂNEO, José Carlos. ALVES, Nilda. (Org.). *Temas de pedagogia: diálogos entre didática e currículo*. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2013.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). *Projeto político - pedagógico da escola: uma construção possível*. 23ed. Campinas - SP: Papyrus, 2007.

Disciplina: História do Brasil III				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Análise dos processos econômicos, sociais, políticos e culturais do Brasil na implantação da Primeira República brasileira. Estudo do liberalismo oligárquico (1898 a 1930), da Era Vargas (1930 a 1945) e do período democrático (1945 a 1964). Análise da construção teórica da República do Brasil.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
CARVALHO, José Murilo de. <i>Os bestializados</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 1987.				
CARVALHO, José Murilo de. <i>A formação das almas: o imaginário da República no Brasil</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 1990.				
FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Almeida Neves (orgs.). <i>O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930</i> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
COSTA, Emília Viotti da. <i>Da monarquia à república: momentos decisivos</i> , São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.				
LEAL, Victor Nunes. <i>Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil</i> , São Paulo: Cia das Letras, 2011.				
SCHWARCZ, Lília. <i>O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930</i> , São Paulo: Cia. das Letras, 1993.				
SEVCENKO, Nicolau (org.). <i>História da vida privada no Brasil</i> . V. 3. SP: Cia. Letras. 1997.V				
ISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. <i>O teatro das oligarquias: uma revisão da "política do café com leite"</i> Belo Horizonte: C/Arte, 2001.				

Disciplina: Historiografia Contemporânea				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
<p>Tematizar a emergência de novos problemas teórico-históricos com o aprofundamento da crise dos grandes paradigmas em torno da década de 1970, especialmente com o surgimento das vanguardas que problematizaram as descontinuidades entre linguagem e experiência, assim como a intensificação de abordagens culturalistas, responsáveis por dar voz aos vencidos. Abordar o surgimento de outras configurações epistêmicas, ontológicas e ético-políticas intensificadas no século XXI.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>HARTOG, François. <i>Evidência da história: o que os historiadores veem</i>. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.</p> <p>HUNT, Lynn. <i>A nova história cultural</i>. 2.ed. Sao Paulo: Martins Fontes, 2001.</p> <p>KOSELLECK, Reinhart. <i>Estratos do tempo: estudos sobre história</i>. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-RJ, 2014.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>BURKE, Peter. <i>História e teoria social</i>. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2012.</p> <p>CERTEAU, Michel de. <i>A escrita da História</i>. Rio de Janeiro: Forens Universitária, 2000.</p> <p>KOSELLECK, Reinhardt. <i>Futuro passado. Contribuições à semântica dos tempos históricos</i>. Riode Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.</p> <p>GINZBURG, Carlo. <i>O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisicao</i>. 1 ed. [S.I.] Companhia das Letras, 2000.</p> <p>WHITE, Hayden V. <i>Tropicós do discurso: ensaios sobre a critica da cultura</i>. 2. ed. [S.I.] EDUSP, 2001.</p>				

Disciplina: História Contemporânea II				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
<p>Abordam-se os processos de consolidação das sociedades contemporâneas que são perpassadas por rupturas: os Imperialismos do entre os séculos XIX e XX, a Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa, a crise liberal e o Nazismo/Fascismo. Em um outro momento, analisam-se o segundo conflito de proporções globais e a posterior bipolaridade entre estadunidenses e soviéticos. Examinam-se os eventos que moldam a ordem encontrada em sociedades contemporâneas dos séculos XX/XXI.</p>				

BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
ARENDR, Hannah. <i>Origens do totalitarismo</i> . São Paulo: Companhia de Bolso, 2012.	
REIS FILHO, Daniel Aarão. <i>As revoluções russas e o socialismo soviético</i> . São Paulo: UNESP, 2003.	
SAID, Edward W. <i>Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente</i> . São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
DOWBOR, Ladislau. <i>A formação do terceiro mundo</i> . 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.	
FANON, Frantz. <i>Pele negra, máscaras brancas</i> . Salvador: EDUFBA, 2008.	
FERRO, Marc. <i>História da Segunda Guerra Mundial Século XX</i> . São Paulo: Ática, 1995.	
HOBBSAWM, E. J. <i>Era dos extremos</i> . [S.l.]: Companhia de Letras, 2015.	
LENHARO, Alcir. <i>Nazismo: o triunfo da vontade</i> . 5. ed. São Paulo: Ática, 1995.	

Disciplina: Orientação de Estágio Supervisionado III				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática	Total
		30	0	30
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Desenvolvimento de habilidades de profissional do ensino de História para atuar no ensino básico, por intermédio de estudos que estabeleçam relações entre os fundamentos da produção historiográfica e os da história ensinada. Desenvolvimento e acompanhamento de ações de ensino formal junto às escolas de níveis fundamental. Relações entre os fundamentos da produção historiográfica e os da história ensinada.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
CATELLI JÚNIOR, Roberto. <i>Temas e linguagens da História</i> . São Paulo: Scipione, 2009.				
MIRANDA, Sonia Regina; LUCA, Tania Regina de. <i>O livro didático de História hoje: um panorama a partir do PNLD</i> . Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, n. 48, 2004, pp. 123-144.				
MONTEIRO, Ana Maria. <i>Professores de História: entre saberes e práticas</i> . Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
ABREU, Martha; SOIETH, Rachel. <i>Ensino de História: Conceitos, Temáticas e Metodologia</i> . Rio de Janeiro: Editora Casa da Palavra, 2003.				
FONSECA, Thais Nívia de Lima e. <i>História e Ensino de História</i> . Belo Horizonte: Autêntica, 2007.				
KENSKI, Vani Moreira. <i>Educação e tecnologias o novo ritmo da informação</i> . Campinas: Papyrus, 2016.				
MAGALHÃES, Marcelo De Souza, ROCHA, Helenice Aparecida Bastos, RIBEIRO, Jayme Fernandes Ribeiro e CIAMBARELLA, Alessandra (orgs.) <i>Ensino de história: usos do passado, memória e mídia</i> . Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014.				
PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassand (orgs.) <i>Novos combates pela história: Desafios – Ensino</i> . São Paulo: Editora Contexto, 2021.				

Disciplina: Metodologia do Ensino de História II				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Estudo sobre diferentes possibilidades para o ensino de história, sobretudo no que se refere ao conhecimento histórico, à cultura e às artes em sala de aula. Utilização de diferentes recursos didáticos nas aulas de história. Discussão e análise da estética diante do ensino a partir da iconografia, do teatro, da música, das danças e do cinema nas aulas de história.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
DEMPSEY, Amy. <i>Estilos, escolas e movimentos</i> . Cosac e Naify. 2011. RANGEL, Marcelo de Mello; ABREU, Marcelo. MEMÓRIA, CULTURA HISTÓRICA E ENSINO DE HISTÓRIA. <i>História e Cultura</i> , v. 4, p. 7-24, 2015. ROZA, Luciano. O canto de Clara: possibilidades de ensinoaprendizagem da história afro-brasileira. <i>REVISTA HISTÓRIA HOJE</i> , v. 6, p. 100-117, 2017.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
BURKE, Peter. <i>Testemunha ocular: história e imagem</i> . Florianópolis: Edusc, 2004. BURUCÚA, José Emilio. <i>Historia, arte, cultura</i> . De Aby Warburg a Carlo Ginzburg. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003. GINZBURG, Carlo. <i>Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 1999. JANSON, H.W; JANSON, Anthony. <i>Iniciação à História da Arte</i> . 3ª edição. Editora WMF Martins Fontes. 2009. WÖLFFLIN, Heinrich. <i>Conceitos Fundamentais da História da Arte</i> . São Paulo: Martins Fontes, 1989 (1ª edição Kunstgeschichtliche Grundbegriffe. Alemanha, 1915).				

Disciplina: História do Brasil IV				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Golpe civil-militar de 1964. A ditadura militar. A modernização autoritária. O processo de democratização no Brasil. O Brasil na atualidade. Sociedade e cultura no Brasil contemporâneo: pluralidade, diversidade e multiculturalismo. As relações internacionais. As formas de pensamento social e os movimentos sociais.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
ALVES, Maria Helena M. <i>Estado e oposição no Brasil: 1964-1984</i> . Bauru: Edusc. 2005. PINHEIRO, Milton (Org). <i>Ditadura: o que resta da transição</i> . São Paulo: Boitempo, 2014. REIS, Daniel Aarão. <i>Modernização, ditadura e democracia: 1964-2000</i> . Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.				

Coleção História do Brasil nação, vol. 5.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
FEREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. <i>O Brasil Republicano</i> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Volume 4
LAMONIER, Bolívar e FIGUEIRADO, Rubens. <i>A era FHC: um balanço</i> . São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002
ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. <i>Brasil nunca mais</i> . Petrópolis: Vozes, 1985.
ZAVERUCHA, Jorge. <i>Frágil democracia: Collor, Itamar, FHC e os militares</i> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
CARVALHO, José Murilo. <i>Pontos e bordados: escritos de história política</i> . Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

Disciplina: História e Relações de Gênero				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Gênero como categoria de análise histórica. Representações de gênero. Experiências individuais e coletivas das mulheres na história. Os papéis sociais de gênero. Corpo e comportamento. História das mulheres no Brasil.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico de investigação. <i>Soc. Estado</i> . Vol.29. n.2, Brasília, Mai/Ago.2014.				
PERROT, Michele. <i>Minha história das mulheres</i> . Tradução Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2012.				
PRIORE, Mary del; AMANTINO, Marcia (orgs.) <i>História dos homens no Brasil</i> . São Paulo: Editora UNESP, 2013.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
NADER, Maria Beatriz; FRANCO, Sebastião Pimentel.(Orgs.). <i>História, mulher e poder</i> . Vitória: EDUFES; PPGHis, 2006.				
PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (Orgs.). <i>Nova História das Mulheres no Brasil</i> . São Paulo: Contexto, 2013.				
SAFFIOTI, Heleieth I. B. <i>Gênero, patriarcado, violência</i> . 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011				
SOIHET, Rachel. PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. <i>Revista Brasileira de História</i> , v.27 n. 54, p. 281-300, 2007.				
SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. <i>Educação e Realidade</i> . Porto Alegre, v. 16 n.2, jul/dez 1990				

Disciplina: História Ambiental e Ensino de História	
Departamento: Departamento de Ciências Humanas	Código

HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática	Total
		30	0	30
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Contextualização e investigação do estatuto da natureza no pensamento ocidental, entre teorias antropológicas e culturas tradicionais. A historicidade da questão ambiental e a emergência da História Ambiental. Aspectos da Antropologia Ecológica. Impactos e conflitos socioambientais na apropriação do mundo natural. Sociedade, cultura e racionalidade ambiental. Ensino de História e Meio Ambiente. Educação Ambiental.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
BARCELOS V.; ZAKRZEWSKIS B.(Org). <i>Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate</i> . São Paulo: Cortez, 2002. LEFF, Enrique. <i>Epistemologia Ambiental</i> . São Paulo: Cortez, 2001. THOMAS, Keith. <i>O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 1996.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
ANASTÁCIO FILHO, Sérgio et al. <i>Educação ambiental consciente</i> . 2. ed. Rio de Janeiro: Artmed, 2008. LENOBLE, Robert. <i>História da Ideia de Natureza</i> . Lisboa: Edições 70, 2002. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/376091660/Robert-Lenoble-Historia-Da-Ideia-de-Natureza . NEVES, Walter. <i>Antropologia Ecológica: um olhar materialista sobre as sociedades humanas</i> . São Paulo: Cortez Editora, 1996. PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. <i>Estudos Avançados</i> , São Paulo, n. 24, v. 68, p. 81-101, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ea/v23n68/09.pdf . PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. <i>A ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios</i> . INTERthesis, Florianópolis, v. 9, n. 1. p. 16-50, jan./jun. 2012. Disponível em: http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2012v9n1p16/22505 .				

Disciplina: História Pública				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas				Código
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Estudo e atividades práticas referentes às formas de construção e difusão do conhecimento histórico em espaços não acadêmicos, escolares ou não, com ênfase na discussão sobre as implicações teóricas, metodológicas, políticas e éticas deste processo. Gestão e inovação na transmissão e divulgação do conhecimento histórico.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				

ALMEIDA, Juniele, MENESES, Sônia. *História Pública Em Debate: Patrimônio, educação e mediações do passado*. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

ALMEIDA; Juliene Rabêlo; ROVAL, Marta Gouveia de Oliveira. *Introdução à história pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; TEIXEIRA, Ana Paula Tavares. *História Pública e divulgação de história*. São Paulo: Letra e Voz, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAUJO, Valdei. O Direito à História: O(A) Historiador(a) como Curador(a) de uma experiência histórica socialmente distribuída. In: GUIMARÃES, Géssica; BRUNO, Leonardo; PEREZ, Rodrigo. *Conversas sobre o Brasil: ensaios de crítica histórica*. Rio de Janeiro: Autografia, 2017, pp. 191-216.

MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História. Ouro Preto. *História da Historiografia*. 15 (1): 27-50, 2014.

MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade. (Org.). *Que história pública queremos?*. 1ed. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Visão, visualizações e usos do passado. *Anais do Museu Paulista*. 15 (2): 117-123, 2007.

NICOLAZZI, Fernando. Os historiadores e seus públicos: regimes historiográficos, recepção da história e história pública. *Revista História Hoje*, v. 8, nº 15, p. 203-222 – 2019.

7.2 Disciplinas Optativas

Disciplina: Metodologias e Fontes Históricas				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática	Total
		30	0	30
Pré-requisito:	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM		
EMENTA				
Visa à discussão sobre as fontes históricas, sua importância para o ofício de historiador e os métodos pertinentes a cada tipo de documento, incluindo diferentes linguagens e suportes e suas abordagens na historiografia.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
DARNTON, Robert. <i>O beijo de Lamourette</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 2010.				
FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs). <i>Usos e abusos da história oral</i> . Rio de Janeiro: FGV, 2008.				
PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). <i>Fontes históricas</i> . São Paulo: Contexto, 2010				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				

ALBERTI, Verena. *Manual de História oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
 BENJAMIN, Walter. *Passagens*, v. 1, 2 e 3. Belo Horizonte: UFMG, 2018.
 GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
 KOUTSOUKOS, Sandra. *Negros no estúdio do fotógrafo*. Campinas: Unicamp, 2010.
 MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia de. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

Disciplina: Tópicos Especiais em História Comparada				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática	Total
		30	0	30
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Estudo de diferentes abordagens em História Comparada, através de análise de textos teórico-metodológicos e de trabalhos historiográficos comparativos. Discussão sobre a articulação entre o quadro teórico-conceitual e as múltiplas perspectivas de História Comparada.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
CARDOSO, C. F.; PÉREZ BRIGNOLI, H. <i>O método comparativo na História</i> . In: _____. Os métodos da História. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983, pp. 409-419.				
DETIENNE, M. <i>Comparar o incomparável</i> . Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2004.				
HAUPT, H.-G. <i>O lento surgimento de uma História Comparada</i> . In: BOUTIER, J.; JULIA, D. (org.). Passados recompostos; campos e canteiros da História. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / Editora FGV, 1998. pp. 205-216.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
KOCKA, J. <i>Comparison and beyond</i> . History and Theory, n. 42, pp. 39-44, feb. 2003.				
KULA, W. <i>El método comparativo y la generalización en la Historia Económica</i> . In: _____. Problemas y métodos de la Historia Económica. Barcelona: Península, 1977. pp. 571 - 614.				
LE GOFF, J. Prefácio. In: BLOCH, M. <i>Os reis taumaturgos</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 2003. pp. 937.				
RÜSEN, J. <i>Historiografia comparativa intercultural</i> . In: MALERBA, J. (org.) A história escrita. Teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006. pp. 115-137.				
THEML, N.; BUSTAMANTE, R. M. da C. <i>História Comparada: Olhares Plurais</i> . Estudos Ibero-Americanos, PUCRS, v. XXIX, n. 2, pp. 7-22, 2003.				

Disciplina: Tópicos Especiais em História Antiga				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática	Total
		30	0	30
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				

Desenvolvimento histórico das sociedades humanas no mundo Antigo. Análise das dimensões político-ecocômicos que compõem as sociedades da Antiguidade. Relações de gênero, étnico-raciais e ambientais na Antiguidade. Formações culturais, religiosas e seus intercâmbios no mundo Antigo. Aspectos da Antiguidade Oriental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CABANES, Pierre. *Introdução à História da Antiguidade*. Ed. Vozes. Rio de Janeiro: 2009.

PINSKY, J. *As primeiras Civilizações*. Ed. Contexto. São Paulo: 2010.

GUARINELLO, N. *História Antiga*. Ed. Contexto. São Paulo: 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das Mulheres. A Antiguidade*. Porto: Edições Afrontamento, 1993.

FINLEY, M.I. *História Antiga, testemunho e modelos*. São Paulo, Martins Fontes, 1991 1996.

FUNARI, P.P.A. (org.) *Repensando a Antiguidade*. Campinas: IFCH, 2002.

KI-ZERBO, Joseph. *História Geral da África*, vol I e II. Brasília: UNESCO, 2010.

VENTURINI, Renata L. P. *Antiguidade Oriental e Clássica: economia, sociedade e cultura*.

Maringá: EDUEM, 2010.

Disciplina: Tópicos Especiais em História Medieval				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática	Total
		30	0	30
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Desenvolvimento histórico das sociedades no Medievo. Análise das dimensões político-ecocômicos que compõem as sociedades do período medieval. Relações de gênero, étnico-raciais e ambientais no Medievo. Formações culturais, religiosas e seus intercâmbios no período medieval. Categorias silenciadas nas sociedades medievais. Aspectos do Medievo Ocidental, Oriental e Africano.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
BLOCH, Marc. <i>Os Reis taumaturgos</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 1993.				
LE GOFF, Jacques (dir.) <i>O Homem Medieval</i> . Lisboa: Imprensa Portuguesa, 1989.				
LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. <i>Dicionário Temático do Ocidente Medieval</i> . Bauru, SP: Edusc, 2006.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (org.). <i>História da Vida privada</i> , vol. 1 e 2. Companhia de Bolso; Edição de bolso, 2009.				
KI-ZERBO, Joseph. <i>História Geral da África</i> , vol III e IV. Brasília: UNESCO, 2010.				
DUBY, Georges; PERROT, Michelle. <i>História das Mulheres. A Idade Média</i> . Porto: Edições Afrontamento, 1993.				
MOLLAT, Michel. <i>Os pobres na Idade Média</i> . Rio de Janeiro: Campus, 1989.				
SAID, Edward W. <i>Orientalismo: o oriente como invenção do Ocidente</i> . São Paulo: Companhia das Letras: 1990.				

Disciplina: Tópicos Especiais em História do Brasil Império				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática	Total
		30	0	30
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
<p>Discutir a produção historiográfica relativa ao período monárquico, em particular o processo de emancipação política e formação do estado nacional, o encaminhamento político da emancipação da escravatura e a chegada da República. A análise é centrada nas concepções teóricas e metodológicas dos autores, com atenção especial ao uso das fontes na construção dos argumentos. É dada ênfase também às semelhanças e diferenças entre as correntes historiográficas.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir). <i>História Geral da Civilização Brasileira</i>. 2ª ed. São Paulo: DIFEL, 1965, Torno II, "O Brasil Monárquico".</p> <p>LUSTOSA, Isabel. <i>Insultos Impressos</i>. A Guerra dos Jornalistas na Independência (1821-1823). São Paulo: Companhia das Letras, 2000</p> <p>REIS, João José e SILVA, Eduardo (orgs). <i>Negociação e Conflito</i>. A Resistência negra no Brasil Escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>ALENCASTRO, Luís Felipe de (org). <i>História da Vida Privada no Brasil - Império: a Corte e a Modernidade Nacional</i>. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.</p> <p>AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. <i>Onda Negra, medo Branco</i>. O Negro no Imaginário das Elites - Século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987</p> <p>CHALHOUB, S. <i>Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte</i>. São Paulo: Cia das Letras, 1990.</p> <p>CONRAD, Robert. <i>Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil, 1850-1888</i>. Trad. de Fernando de Castro Ferro. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978</p> <p>GRAHAM, Richard. <i>Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX</i>. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.</p>				

Disciplina: Tópicos Especiais em História do Brasil Colônia				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática	Total
		30	0	30
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				

O imaginário da expansão marítima e as possibilidades de colonização; centros e periferias no espaço do Império; a ação do Estado na colônia; a economia brasileira e suas singularidades; a atuação da Igreja na normatização do comportamento colonial; norma e conflitos entre religião e religiosidades coloniais; as contribuições e hibridismos culturais dos elementos formadores; a dinâmica social e as relações estabelecidas entre os agentes da colonização; a escravidão colonial: tráfico, estruturação e resistência; o processo de contestação à ordem colonial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala*. Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal. 30a ed. Rio de Janeiro: Record, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 17a ed. Rio de Janeiro: José Olympo, 1984

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)*. 21a ed. S. Paulo: Brasiliense, 1989.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MELLO, Evaldo Cabral de. Rubro veio. *O Imaginário da Restauração Pernambucana*. 2a ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997

PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia*. Minas Gerais, 1719-1789. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

SOUZA, Laura de Mello e Souza (org). *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: Feitiçaria e Religiosidade Popular no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos Pecados*. Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

Disciplina: Tópicos Especiais em História Contemporânea				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática	Total
		30	0	30
Pré-requisito:	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM		
EMENTA				
Estudo dos processos econômicos, políticos, sociais e culturais da Revolução Francesa até a ao início do século XXI. Mulheres, trabalhadores e nacionalismos durante o século XIX e XX. As guerras mundiais, o fenômeno revolucionário russo e sua influência na geopolítica do século XX. Regimes totalitários, expansão e crises do capitalismo, guerras decoloniais e terrorismo.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
ARRIGHI, Giovanni. <i>O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo</i> . Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp, 1996.				
HOBSBAWM, Eric J. <i>Era dos extremos</i> . 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.				
TRAGTENBERG, Maurício. <i>Revolução Russa</i> . São Paulo: Editora UNESP, 2007.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
ANDERSON, Benedict. <i>Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 2008.				
PERROT, Michele. <i>Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros</i> . 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.				

HOBBSAWM, Eric J. *A era do capital*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
 HOBBSAWM, Eric J. *A era dos impérios*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
 SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia de bolso, 2011.

Disciplina: Tópicos Especiais em Ensino de História				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas				Código
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:		Carga horária/distribuição:	
2	30		Teórica	Prática
			30	0
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Formação inicial e continuada de professores de História, e o desenvolvimento pessoal e profissional da docência. Os novos papéis do docente nas instituições escolares de educação básica. Perspectivas sobre Ensino de História e sua constituição como campo disciplinar. Conteúdos Curriculares, Recursos Didáticos e Interdisciplinaridades no Ensino de História. As pesquisas sobre o ensino de História na Educação Básica.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. <i>Ensino de História: fundamentos e métodos</i> . 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.				
GUIMARÃES, Selva. <i>Didática e prática de ensino de História</i> . Campinas: Papyrus Editora, 2003.				
KARNAL, Leandro (org). <i>História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas</i> / 5.ed. São Paulo: Contexto, 2007.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
CARVALHO, B. L. P. de. História Pública: uma breve bibliografia comentada. (Bibliografia Comentada). In: <i>Café História – história feita com cliques</i> . Disponível em: https://www.cafehistoria.com.br/historia-publica-biblio/ . Publicado em: 6 nov. 2017.				
COELHO, Mauro Cezar; COELHO, Wilma De Nazaré Baía. História, historiografia e saber histórico escolar: a educação para as relações étnico-raciais e o saber histórico na literatura didática. <i>Revista Espaço Pedagógico</i> , [S. l.], v. 21, n. 2, p. 358–379, 2014.				
FANAIA, João Edson de Arruda. História, Saber Acadêmico e Saber Escolar: Um Diálogo Possível? <i>Coletâneas do Nosso Tempo</i> , Rondonópolis, v. 8, n. 8, p. 13–22, 2008.				
FERREIRA, R. A. F. História pública e ensino de História: um olhar sobre o filme no livro didático. <i>Revista Observatório</i> , v. 3, n. 2, p. 36, 2017.				
SILVA, E. O. Livros didáticos e ensino de História: a Idade Média nos manuais escolares do Ensino Fundamental. <i>História & Ensino</i> (UEL), v. 17, p. 12- 14, 2011.				

Disciplina: Tópicos Especiais em Estudos de Gênero				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas				Código
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:		Carga horária/distribuição:	
2	30		Teórica	Prática
			30	0
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	

EMENTA	
Fornecer elementos teóricos acerca do conceito de gênero e suas relações, eleger contextos históricos específicos para análise das relações de gênero, tais como a sala de aula e o território escolar. Refletir sobre as interseccionalidades com outros marcadores sociais da diferença.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o Debate: o uso da categoria gênero nos debates feministas. <i>História</i> , vol.24 n.1, Franca, 2005, p. 77-98. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742005000100004 >	
PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. <i>Nova história das mulheres no Brasil</i> . São Paulo: Contexto, 2012.	
PRIORE, Mary Del & AMANTINO, Marcia. (orgs.) <i>História dos homens no Brasil</i> . São Paulo, Editora UNESP, 2013.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
HARAWAY, D. Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. <i>Cadernos Pagu</i> , Campinas, n. 22, pp. 201-246, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/cpa/n22/n22a09.pdf	
QUINTANEIRO, Tânia. <i>Retratos de Mulher: o cotidiano feminino no Brasil sob o olhar de viajantes do século XIX</i> . Petrópolis: Vozes, 1995.	
SILVA, Cristiani Bereta da. O saber histórico escolar sobre as mulheres e relações de gênero nos livros didáticos de história. <i>Caderno Espaço feminino</i> , Vol. 17, 2007. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/440	
STEARNS, Peter N. <i>História das relações de gênero</i> . São Paulo, Contexto, 2015.	
STOLKE, Verena. O enigma das interseções: classe, "raça", sexo, sexualidade: a formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX. <i>Rev. Estud. Fem.</i> [online]. 2006, vol.14, n.1, pp. 15-42. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2006000100003&lng=en&nrm=iso >.	

Disciplina: Tópicos Especiais em História Regional				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática	Total
		30	0	30
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
História da ideia de mineiridade ao longo do século XX. Representações do passado colonial e imperial sobre personagens e contextos do "estado" de Minas. Percursos de identidades regionais. Usos políticos da noção de mineiridade.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
FRIEIRO, Eduardo. <i>Feijão, angu e couve</i> : ensaio sobre a comida dos mineiros. Belo Horizonte: Centro Estudos Mineiros, 1966.				
LIMA, Alceu Amoroso. <i>Voz de Minas</i> : ensaio de sociologia regional brasileira. São Paulo: Abril Cultural, 1983.				
VASCONCELLOS, Sylvio de. <i>Mineiridade</i> : ensaio de caracterização. São Paulo: Abril Cultural, 1981.				

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
CARVALHO, José Murilo de. <i>A formação das almas: o imaginário da República no Brasil</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 1990.	
GALDINO, Márcio da Rocha. <i>Minas Gerais: ensaio de filmografia</i> . Belo Horizonte: Editora Comunicação, 1983.	
MENESES, José Newton Coelho. <i>Orbe e encruzilhada: Minas 300 anos</i> . Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.	
SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn (Orgs.). <i>Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais</i> . 4. Ed. Petrópolis: Vozes, 2005.	
WIRTH, John D. <i>O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937</i> /. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.	

Disciplina: Tópicos Especiais de História Política				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática	Total
		30	0	30
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Visa ao estudo da teoria e da historiografia das relações de poder político-institucionais, contemplando a discussão de temas, fontes e abordagens presentes na História Política com atenção para a renovação deste subcampo nas últimas décadas.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
FOUCAULT, Michel. <i>Microfísica do poder</i> . São Paulo: Paz e Terra, 2021.				
RÉMOND, René. Por que a história política? <i>Estudos Históricos</i> , v. 7 n. 13, 1994.				
WEBER, Max. <i>Ciência e política: duas vocações</i> . São Paulo: Cultrix, 1996.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
ARENDDT, Hannah. <i>A condição humana</i> . Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.				
BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco; PASQUINO, Gianfranco. <i>Dicionário de política</i> . Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1993.				
BOURDIEU, Pierre. <i>O poder simbólico</i> . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.				
ELIAS, Norbert. <i>O processo civilizador: formação do Estado e civilização</i> . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.				
SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel Starling (orgs). <i>Dicionário da República: 51 textos críticos</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 2019.				

Disciplina: História e Sentimentalidades				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática	Total
		30	0	30
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	

EMENTA	
<p>Estudo e debate sobre as sentimentalidades desenvolvidas ao longo da história, e, sua consequente influencia nas produções historiográficas e teóricas em cada período. Como os sujeitos históricos se relacionavam ao longo dos períodos e o que essas relações dizem sobre a compreensão e construção de determinados passados. Dentre as sentimentalidades possíveis para reflexão, sugerimos o estudo do amor, da saudade e do luto.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>HOOKS, Bell. Tudo sobre o amor: Novas Perspectivas. Tradução Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2020.</p> <p>MONTEIRO, Rosa. Amores e Desamores que Mudaram a história. Ediouro Publicações Ltda., 2005.</p> <p>NOGUEIRA, Renato. Por que amamos: o que os mitos e a filosofia têm a dizer sobre o amor. Rio de Janeiro: Haper Collins Brasil, 2020.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>ADICHIE, Chimamanda Ngozi. <i>Notas sobre o luto</i>. Tradução: Fernando Abreu. 1ª ed. São Paulo. Companhia das Letras, 2021.</p> <p>BELLI, Gioconda. <i>O país sob a minha pele: Memórias de amor e guerra</i>. Rio de Janeiro. Record. 2002.</p> <p>GUMBRECHT, Hans Ulrich. <i>Atmosfera, ambiência, stimmung: sobre o potencial oculto da literatura</i>. Tradução Ana Isabel Soares. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC Rio, 2014.</p> <p>MAYA, Angelou. <i>Carta a minha filha</i>. Tradução Celina Portocarreto. 2ed. Rio de Janeiro: Agir, 2019.</p> <p>RANGEL, Marcelo de Mello. Dona Ivone reencanta o tempo no sonho, no amor e no samba. In. SILVA, Wallece Lopes. <i>Sambo, logo penso: afroperspectiva filosóficas para pensar o samba</i>. 1ªed. Rio de Janeiro. Hexis: Fundação Biblioteca Nacional, 2015.</p>	

Disciplina: História, Movimentos Sociais e Educação				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática	Total
		30	0	30
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
<p>Estado, Sociedade Civil e Movimentos Sociais. Educação e movimentos sociais no campo, indígena, quilombola, negro, feminista e LGBTQIAP+. Movimentos Sociais no contexto econômico, social, histórico e político dos séculos XX e XXI. Diálogo intercultural entre práticas educativas escolares e a prática dos movimentos sociais.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto; JEZINE, Edineide. <i>Educação e movimentos sociais: novos olhares</i>. Campinas: Alínea, 2011.</p> <p>COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro; VELLOSO, Luciana e SANTOS, Rosemary dos. Os movimentos ciberativistas de (re)existência nas redes sociais e suas implicações para a educação. <i>Revista Teias</i>. v. 21, n. 60, 2020. p. 91-108. Disponível em: < https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/48628/32435>.</p>				

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais e Educação*. São Paulo: Editora Cortez, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, Edson Dorneles de. O indígena como usuário da lei: um estudo etnográfico de como o movimento da literatura indígena entende e usa a Lei nº 11.645/2008. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 39, n. 109, p. 321-356, set.-dez., 2019. p. 321-356. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/JY48whrPwyqKVCmdb9v9Z6f/?lang=pt&format=pdf>>.

FACCHINI, Regina; CARMO, Íris Nery do e LIMA, Stephanie Pereira. Movimentos feminista, negro e lgbti no brasil: sujeitos, teias e enquadramentos. *Educ. Soc.* vol 41, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/KkBXLLPzyYtPn5FHgk3kMLC/?lang=pt&format=pdf>>.

GOMES, Nilma Lino. *Movimento Negro Educador: saberes construídos na luta por emancipação*. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

SANTOS, Ramonfly Bicalho. História da Educação do Campo no Brasil: O protagonismo dos movimentos sociais. *Teias*, v. 18, n. 51, (out/dez) 2017. p. 210-224. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24758/22819>>.

VIANNA, Cláudia Pereira. *Políticas de educação, gênero e diversidade sexual: breves histórias, danos e resistências*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

Disciplina: História do Populismo latino-americano				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática	Total
		30	0	30
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
<p>Analisa-se o Populismo e os processos de disputa que compõem as democracias Latino-americanas entre a década de 1930 e 1970. Abordam-se os processos pelos quais as lideranças carismáticas assumem o poder, a aceitação popular e a característica populista de estabelecer o governo. Estudam-se as interpretações do fenômeno na América Latina como uma falha dos sistemas democráticos locais em meio à modernização em curso, assim como são revisitadas as perspectivas que conferem singularidade ao modelo político e o consideram como uma maneira pela qual os cidadãos da América Latina se relacionam com a representação política.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>FERREIRA, Jorge. <i>O POPULISMO e sua história: debate e crítica</i>. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.</p> <p>GOMES, Angela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil. <i>Revista Tempo</i>, Rio de Janeiro, vol. 1, nº. 2, 1996, p. 31-58.</p> <p>LACLAU, Ernesto. <i>Política e ideologia na teoria marxista: capitalismo, fascismo e populismo</i>/. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>DE LA TORRE, Carlos. ¿Por qué los populismos latinoamericanos se niegan a desaparecer? <i>E.I.A.L.</i>, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales Sede Ecuador, v. 19, ed. 2, p. 1-22, 2008.</p> <p>DUSSEL, Enrique. <i>Cinco tesis sobre el Populismo</i>. Ciudad de Mexico. UAM-Iztapalapa, 2007. Disponível em: https://museo-etnografico.com/pdf/puntodefuga/161116dussel.pdf. Acessado em 12/11/2022.</p>				

GERMANI, GINO. *Política y sociedad en una época de transición*. Buenos Aires. Paidós, 1969.
 IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
 O'DONNELL, Guillermo. *Contrapontos: Autoritarismo e democratização*. São Paulo, Editora Vértice, 1986.

Disciplina: História e Resistências do Negro				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática	Total
		30	0	30
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
<p>Nessa disciplina estudaremos os diferentes movimentos e resistências de pessoas negras ao longo da história. Sendo possível trabalhar tanto os quilombos formados no decorrer da colonização europeia, quanto o movimento negro no século XX. Falaremos de diferentes personalidades negras como símbolo de resistência, tais como Zumbi e Dandara dos Palmares, Carolina Maria de Jesus, Ângela Davis, Lélia Gonzalez, Marielle Franco, Maya Angelou e Marighella. Para além das personalidades e biografias de pessoas pretas, a disciplina também intenciona estudar diferentes movimentos sociais relacionados a homens pretos e mulheres pretas ao longo da história da América e da África.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>DAVIS, Ângela. <i>Mulheres, cultura e política</i>. São Paulo: Boitempo, 2017. GONZALEZ, Lélia. <i>Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira</i>. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p.223-244. NASCIMENTO, Beatriz. <i>Uma história feita por mãos negras</i>. Org. Alex Ratts. Zahar. p.37-61.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>EVARISTO, Conceição. <i>Escrevivências da Afro-Brasilidade: história e memória. Releitura</i> (Belo Horizonte), v. 1, p. 5-11, 2008. FRANCO, Marielle. <i>UPP- A redução da favela a três letras: Uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro</i>. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Administração. Niterói, Rio de Janeiro. 2014. JESUS, Carolina Maria. <i>Quarto de despejo: diário de uma favelada</i>. São Paulo: Francisco Alves, 2004. MUNIZ, Kassandra.. <i>Linguagem como mandinga: população negra e periférica reinventando epistemologias</i>. In: Ana Lúcia Silva Souza. (Org.). <i>Cultura política nas periferias: estratégias de reexistência</i>. 1ed.São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021, v. 01, p. 273-288. OLIVEIRA, Felipe Alves. <i>O Movimento negro em discussão: Breve balanço historiográfico</i>. In. "<i>Nosso imperativo histórico é a luta</i>": intelectuais negros(as) insurgentes e a questão da democracia racial em São Paulo (1945-1964). Tese adquirida pelo programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto, UFOP, Brasil. Ano de obtenção: 2020.</p>				

Disciplina: Tópicos Especiais em Historiografia I				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática	Total
		30	0	30
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
<p>Debata acerca da crença na História e seus limites. Formas e figurações da crença na História a partir da experiência do tempo no mundo contemporâneo. Avaliação acerca das consequências políticas, sociais e culturais da crença no “fim da história” e da “crise do futuro”, bem como formas de recriar uma relação vital com a História.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>CERTEAU, Michel de. <i>A escrita da História</i>. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. HARTOG, François. <i>Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo</i>. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. KOSELLECK, R. <i>Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos ...</i> Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>ARAÚJO, Valdeci; PEREIRA, Mateus. <i>Atualismo 1.0</i>. Vitória: Milfontes: 2018. AVILA, Arthur Lima de. O fim da história e o fardo da temporalidade. <i>Revista Tempo e Argumento</i>, v. 10, n. 25, p. 243-266, 2018. PINHA, Daniel; GUIMARÃES, Géssica; RANGEL, Marcello de Mello (Organizadores). <i>Diante da crise: teoria, história da historiografia e ensino de história hoje</i>. Vitória: Milfontes, 2021. TURIN, Rodrigo. <i>Tempos precários: aceleração, historicidade e semântica neoliberal</i>. Copenhagen: Zazie, 2019. [Ebook]. NOVAES, Aduino (org.). <i>Mutações – o futuro não é mais o que era</i>. São Paulo: edições Sesc, 2013.</p>				

Disciplina: História, Pós-colonialidade e De(s)colonialidade				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática	Total
		30	0	30
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
<p>Análise principais diferenças teóricas entre duas linhagens de pensamento na historiografia contemporânea: a crítica pós-colonial e o giro decolonial. Análise das distintas origens, compreensões e implicações políticas, sociais e culturais. Debate sobre suas contribuições na construção de objetos de estudos mais densos e conscientes do rigor inerente ao trabalho teórico no campo da História.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				

MIGNOLO, Walter. *Histórias locais / projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: UFMG, 2020.

SAID, Edward. *Orientalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Editora UFMG: Belo Horizonte, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Tradução de Myriam Avila, Eliane Livia reis, Glauce Gonçalves. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: Para uma nova cultura política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

CHAKRABARTY, Dipesh. A póscolonialidade e o artifício da história. *Práticas da História*, n.º 11 (2020): 247-277.

SEGATO, Rita. *Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

Disciplina: História e Literatura no Brasil				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática	Total
		30	0	30
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Tematiza-se as porosidades entre história e literatura na cultura de história brasileira, tendo como ponto de partida as vanguardas românticas, perpassando as rupturas epistemológicas e estéticas promovidas pela geração de 1870 e a emergência do ensaísmo, que se consolida na década de 1930. O enfoque central será a tematização da emergência de diversas formas de narrativização e experimentação estéticas eurocêntricas e racializadas que foram decisivas para a formatação de características basilares da cultura de história brasileira.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
ALONSO, Angela. <i>Ideias em movimento: a geracao 1870 na crise do Brasil-Imperio</i> . 1 ed. [S.l.] Paz e Terra, 2002.				
ARAUJO, Valdei Lopes de. <i>A Experiência do Tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)</i> . São Paulo: Hucitec, 2008.				
SCHWARCZ, Lilia Moritz. <i>O espetaculo das racas: cientistas, instituicoes e questao racial</i> . Sao Paulo: Companhia das Letras, 1995.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
FREYRE, Gilberto. <i>Casa-Grande & Senzala</i> . Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2006.				
HOLANDA, Sergio Buarque de. <i>Raízes do Brasil</i> . 26º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.				
MUNANGA, Kabengele. <i>Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra</i> . Belo Horizonte: Autêntica, 2020.				
NICOLAZZI, Fernando. <i>Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio</i> . São Paulo: Unesp, 2011.				

RAMOS, André da Silva. *Robert Southey e a experiência da história: conceitos, narrativas, linguagens e metáforas cosmopolitas*. Vitória/Mariana: Editora Milfontes/SBTHH, 2019.

Disciplina: Tópicos Especiais em Historiografia II				
Departamento: Departamento de Ciências Humanas			Código	
HISTÓRIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática	Total
		30	0	30
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Tematiza-se os impactos provocados pelo giro-linguístico no âmbito da produção historiográfica em escala global, explorando as suas interfaces com o giro ético-político que se aprofunda contemporaneamente.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
GINZBURG, Carlo. <i>Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância</i> . 1 ed. [S.l.] Companhia das Letras, 2001.				
HARTOG, François. <i>Evidência da história: o que os historiadores veem</i> . 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.				
WHITE, Hayden V. <i>Tropicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura</i> . 2. ed. [S.l.] EDUSP, 2001.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
CERTEAU, Michel de. <i>A escrita da História</i> . Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.				
DERRIDA, Jacques. <i>Margens da filosofia</i> . 1 ed. [S.l.] Papyrus, 1992.				
GINZBURG, Carlo. <i>Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história</i> . 1 ed. [S.l.] Companhia das Letras, 2001.				
HARTOG, François. <i>Crer em história</i> . Belo Horizonte: Autêntica, 2020.				
KOSELLECK, Reinhart. <i>Futuro passado. Contribuições à semântica dos tempos históricos</i> . Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.				

8. METODOLOGIAS DE ENSINO

O conjunto de disciplinas componentes da grade curricular do curso de licenciatura em História está dividido em três grupos. O primeiro composto pela formação básica e formação pedagógica; o segundo composto pela formação específica e o terceiro pela prática pedagógica e o estágio supervisionado. As disciplinas são organizadas ao longo do curso garantindo que haja um diálogo entre os três grupos e assegurando a prática pedagógica em todos os períodos.

A organização das metodologias de ensino na construção das disciplinas é orientada pela articulação entre teoria e a prática, visando a formação integral do discente. Ademais, tem-se em consideração a atuação social e cultural do profissional licenciado em História; a interdisciplinaridade e o diálogo com os distintos campos das ciências humanas. As metodologias privilegiadas na elaboração das disciplinas propõem a participação de estudantes nas discussões, elaboração de seminários e debates sobre as mesmas ao longo do curso.

As aulas possuem os mais variados métodos tais como, aulas expositivas com debate de textos pelos estudantes; elaboração de slides; análise de documentos em acervos digitais, mídias de diversas naturezas e redes sociais; elaboração de seminários; leituras críticas de documentos e textos, dramatizações e encenações. Também é importante pautar a utilização dos recursos digitais e da internet e de plataformas licenciadas na instituição como o Moodle e o Microsoft Teams. Nesse sentido, o professor tem plena autonomia de escolha para a metodologia que melhor atenda seus propósitos.

Para incentivar a atualização, aperfeiçoamento e adaptação às transformações das metodologias de ensino, fundamental no desenvolvimento da instituição, cumpre abordar, de forma transversal, conteúdos sobre gestão e inovação em projetos pedagógicos de cursos de graduação, conforme Resolução COEPE/UEMG n. 323, de 28 de outubro de 2021.

9. SISTEMAS DE AVALIAÇÃO

9.1 Avaliação e acompanhamento discente

Para a avaliação da aprendizagem dos discentes, buscar-se-á, através do acompanhamento docente, das atividades individuais e em grupos dos alunos, valorizar a integração dos três núcleos de estudos, o desempenho das competências e das habilidades traçadas para o Curso de História, observando-se as especificidades e a globalidade dos conteúdos das disciplinas e as metodologias adotadas em sala de aula pelos professores.

Segundo o artigo 34 do Regimento da UEMG: “a avaliação do rendimento escolar é feita em cada disciplina, em função do aproveitamento verificado em provas e trabalhos decorrentes das atividades exigidas do aluno”. Portanto, o rendimento escolar do aluno, é

verificado dentro de cada semestre letivo, levando-se em consideração a assiduidade e eficiência comprovadas nos estudos, sendo que, ambas, são eliminatórias.

No artigo 36 do referido Regimento: “a avaliação do rendimento em cada disciplina é feita por pontos cumulativos, em uma escala de 0 (zero) a 100 (cem)” e no parágrafo único desse artigo é ressaltado que: “nenhuma avaliação parcial do aproveitamento pode ter valor superior a quarenta (40) pontos”.

Com exceção a estas determinações, seguidas neste Projeto Pedagógico, o docente possui autonomia na distribuição dos valores, bem como na proposição e organização dos tipos e formatos dessas atividades avaliativas ao longo de cada semestre e em cada uma de suas disciplinas ministradas.

Assim, ao final do Curso, o aluno deverá ter atingido os objetivos propostos por cada atividade curricular prevista. Para ser aprovado nas disciplinas, no final do semestre letivo, o aluno deve alcançar nota igual ou superior a sessenta (60) pontos, obtidas através de atividades e provas escritas e frequência igual ou superior a 75% das aulas.

Ressalta-se a relevância do estabelecimento de um programa de acompanhamento e avaliação não apenas para o processo de formação dos discentes do curso de História, aferindo resultados alcançados a partir de objetivos propostos. Trata-se também de recurso fundamental para a formação continuada dos docentes, propiciando reflexões sobre sua didática, suas práticas avaliativas, e avaliação de seu próprio desempenho.

Além disso, este acompanhamento integra a identificação de mudanças de percurso eventualmente necessárias, e outras possibilidades de atuação docente no processo de aprendizagem dos alunos, considerando a profunda influência que exercem sobre esse processo, visando ações de melhoria do curso. Daí a importância de ser realizada de modo participativo e coletivo, assumindo um caráter diagnóstico.

Uma das formas de avaliação para certificar-se da necessidade de alterações que venham contribuir para a qualidade da formação do estudante é elaboração de relatórios de avaliação institucional, plano de desenvolvimento institucional, planos de gestão da coordenação de curso, relatório de avaliação de disciplinas, relatório de desempenho dos estudantes e estudos específicos desenvolvidos por docentes do curso de História.

De modo amplo, a relação entre as formas de avaliação adotadas pelos professores e as atitudes de aprendizagem apresentadas pelos alunos na graduação, deve ser

acompanhada, impreterivelmente, de uma permanente reflexão do Projeto Pedagógico do Curso.

Para incentivar o pensamento autoavaliativo no aluno como membro fundamental do desenvolvimento da instituição, cumpre abordar, de forma transversal, conteúdos sobre gestão e inovação em projetos pedagógicos de cursos de graduação, conforme Resolução COEPE/UEMG n. 323, de 28 de outubro de 2021.

9.2 Acompanhamento de egressos.

Em 2022, em conjunto com a Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Unidade Carangola, o curso de História participa de uma pesquisa anual a respeito da situação atual de seus ex-alunos. A proposta é saber onde se encontram os egressos do curso, e em que área estão atuando, a fim de manter contato para que possamos levar até os mesmos oportunidades de formação complementar e continuada, de empregos e outras.

A pesquisa consiste na divulgação de formulário *on line* para preenchimento de dados pessoais como nome, residência, telefone e e-mail de contato, bem como dados acadêmicos e profissionais como o ano e curso de formação do egresso, sua ocupação atual e se essa se insere em sua área de atuação. Os dados são assim coletados pela CPA local, sistematizados e distribuídos entre os cursos.

O contato com egressos também se dá através das redes sociais do curso de História (*facebook, instagram* e *blog*), e também dos próprios professores do curso, que servem não apenas para acompanharmos o desenvolvimento profissional dos ex-alunos (docente e/ou acadêmico). Trata-se também de uma forma de atualizar os mesmos sobre as atividades, eventos e novidades do curso (bem como de programas de pós graduação), e incentivar a participação contínua deles no ambiente acadêmico (não mais só como ouvintes, mas também como palestrantes ou ministradores de oficinas/cursos) através dessa divulgação.

Ressalta-se a importância dessas ações não apenas para o conhecimento e acompanhamento do desenvolvimento acadêmico e profissional dos egressos do curso, mas também para auto avaliação do PPC e atuação docente do curso, a fim de se refletir se a formação então ofertada encontra-se condizente com a realidade, as oportunidades e o

contexto social de seus discentes, bem como propor mudanças estruturais e pedagógicas sempre que necessário.

9.3 Avaliação de docentes e curso.

Os docentes, bem como os discentes, também estão envolvidos em processos avaliativos semestrais usados como recurso de informação para a detecção de inadequações com as práticas propostas neste projeto. Para efetuar essa avaliação semestral, a UEMG conta com uma Comissão Permanente de Avaliação (CPA), criada em 2018, com o objetivo de acompanhar e aprimorar o processo de avaliação contínua dos processos de ensino, pesquisa e extensão e na integração com a sociedade. Em 2020 as diversas unidades da UEMG instituíram CPAs próprias, em integração com a CPA geral.

Ao final de cada avaliação semestral, os docentes responsáveis pelas disciplinas do curso de determinado semestre letivo realizarão auto-avaliação conjunta, elaborada pela coordenação do curso e aprovada pelo NDE. Nos momentos coletivos de avaliação, serão usados como parâmetros os princípios e objetivos descritos neste projeto pedagógico, as ementas propostas para cada disciplina e as atividades acadêmicas previstas no semestre.

O curso participa, ainda, das avaliações externas, como o ENADE, realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), que integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes); e a própria avaliação do curso, geralmente com frequência trienal, realizada pelo CEE/MG.

10 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE.

10.1. Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE)

O Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE)¹ foi estabelecido a partir da aprovação do Conselho Universitário (CONUN) da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), através da Resolução CONUN/UEMG Nº 201/2010, de 24 de junho de 2010. Em 2021 através da

¹ Resolução CONUN/UEMG Nº 201/2010, 24 de junho de 2010. Disponível em: <https://bitly.com/yASDG>

Resolução CONUN/UEMG Nº 523 os NAEs foram devidamente regulamentados, estruturados e implementados nas unidades da UEMG.

É pautado na proposta de democratização do acesso à Universidade e a promoção de condições de permanência dos estudantes na instituição, seja na orientação e no acompanhamento especializado, bem como no enfrentamento de demandas psicopedagógicas, com o objetivo de que o nosso universo crescente de alunos (as) possa ser efetivamente acolhido (a) e reconhecido (a) em sua diversidade e singularidade.

A Política de Assistência Estudantil da UEMG volta-se para estudantes de graduação regularmente matriculados e em situação de vulnerabilidade socioeconômica, compreendendo a necessidade de enfrentamento de demandas enviadas pelos discentes, para que a democratização da permanência no ensino superior seja acompanhada de possibilidades de inserção, manutenção e conclusão exitosa da graduação.

Nesta perspectiva de implementação de políticas institucionais de inclusão, assistência estudantil e ações afirmativas, a UEMG sede realiza a gestão da Política de Assistência Estudantil e, a partir de Comissões Locais formadas para avaliação e execução, o NAE de Carangola integra o(s):

- Programa de Seleção Socioeconômica de Candidatos (PROCAN)² - Lei Estadual nº 15.259, de 27 de julho de 2004;
- Programa Estadual de Assistência Estudantil (PEAES)³ - Lei Estadual nº 22.570/17 e Decreto Estadual nº 47.389/18;
- Procedimentos de Heteroidentificação⁴ - Resolução CONUN/UEMG nº 475, de 1º de dezembro de 2020;
- Seguro de Estudante, celebrando contrato com prestadora de serviço, para o caso de imprevistos e acidentes na participação de aulas práticas, pesquisa, extensão e outras atividades acadêmicas;

² Desde 2017 estabelece a reserva de 50% das vagas na Universidade para candidatos de baixa renda e egressos da escola pública, distribuídos em seis categorias: declarados negros; declarados quilombolas; declarados indígenas; declarados ciganos; outros candidatos de baixa renda e egressos de escola pública; pessoas com deficiência.

³ Desde 2021, os auxílios pecuniários disponibilizados foram distribuídos em 06 (seis) modalidades: a) Moradia; b) Alimentação; c) Transporte; d) Creche; e) Apoio Didático-Pedagógico e auxílio à Pessoas com Necessidades Educativas Especiais; f) Auxílio de inclusão digital.

⁴ Procedimento complementar à autodeclaração dos candidatos negros (pretos e pardos), para fins de preenchimento das vagas reservadas nos cursos da Universidade.

- Editais Ledor e Acompanhante para Acessibilidade;
- Editais Tradutor e Interprete de LIBRAS;
- Editais de Estágio Não Obrigatório (remunerado).

O NAE Carangola, localizado no bloco 01 (dois), térreo, é formado por uma equipe de Coordenação, Subcoordenação e Analista Universitário com formação em Serviço Social. Para além da execução dos programas acima citados, o NAE Carangola é entendido como um agente de concentração de demandas e fomentador de ações, atuando nas seguintes frentes:

- Atendimento Social de discentes: intervenções no âmbito psicopedagógico e social;
- Encaminhamento das demandas de discentes ao atendimento psicológico pelos Caps, em parceria com a rede de saúde pública da cidade e o SUS;
- Eventos de acolhimento e fortalecimento da política de inclusão e permanência estudantil na Universidade;
- Plantões de dúvidas sobre demandas advindas dos Editais, em suma do PEAES, e outros direcionados à Comunidade Externa, conforme necessidade social justificada;
- Apoio e incentivo ao Movimento Estudantil;
- Realização de Pesquisas sobre o Perfil Socioeconômico e Cultural de discentes;
- Fomento e incentivo contínuo, em parceria à Comunidade Acadêmica, para implantação e implementação de projetos e programas que fortaleçam a Política de Assistência Estudantil da UEMG.

As atividades desenvolvidas também visam o estímulo dos eixos de Educação, Pesquisa e Extensão da UEMG Carangola, favorecendo o envolvimento acadêmico e comunitário a partir de intervenções interdisciplinares e multidisciplinares direcionadas à formação integrada de discentes, na perspectiva da igualdade de direitos e da equidade, incluindo igualmente os grupos em condições de vulnerabilidade socioeconômica, que historicamente estiveram à margem do direito ao ensino superior público.

Além disso, o curso de História da UEMG Unidade Carangola participa frequentemente, através da submissão de projetos, de programas de fomento de bolsas para ações de Ensino, Extensão e Pesquisa, como a exemplo dos já mencionados no tópico 3 desse PPC: Programa de Ensino em Monitoria Acadêmica (PEMA), Programa de Residência Pedagógica (PRP), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), Programa de Apoio Projetos de Extensão (PAEX), PAEX Bolsistas para Periódicos Acadêmicos, Programa Institucional de

Apoio à Pesquisa (PAPq), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) FAPEMIG/UEMG e CNPq/UEMG, Programa de Estágio Remunerado.

Acredita-se que a captação de bolsas para discentes através desses programas vai além de efetivar o tripé Pesquisa/Ensino/Extensão em que sustenta o desenvolvimento da UEMG, possibilitando também mais uma forma de incentivar e garantir a permanência e manutenção dos estudantes no curso até sua conclusão.

10.2. Internacionalização

A UEMG possui uma política e plano de internacionalização, através, respectivamente, da Resolução CONUN/UEMG Nº 402 de 12 de junho de 2018, e Resolução CONUN/UEMG Nº 415 de 25 de outubro de 2018. São objetivos dessas resoluções: fomentar e promover a internacionalização da UEMG de forma sistemática e sustentável, na busca da excelência acadêmica, da disseminação do respeito à diversidade cultural e da valorização dos contextos locais; e impulsionar a capilaridade do fenômeno da internacionalização nas distintas unidades da UEMG, respeitados os contextos locais

A Política de Internacionalização é gerida pelo Comitê de Ações de Internacionalização - CAINTER, em colaboração com a Assessoria de Intercâmbio e Cooperação Interinstitucional - AICI, da UEMG. Posteriormente, essa política foi incrementada pela Portaria/UEMG Nº 92, DE 09 DE SETEMBRO DE 2019 que regulamenta os processos de intercâmbio internacional de discentes da UEMG; e pela Resolução CONUN/UEMG nº 448 de 03 de abril de 2020, que cria e organiza o programa Institucional de Bolsas para a Mobilidade Internacional – PIBMI/UEMG para estudantes em intercâmbio fora do país. Este programa se constitui em três modalidades: (I) Bolsa para estudantes da UEMG estudarem em universidades estrangeiras; (II) Bolsa para estudantes de universidades estrangeiras estudarem na UEMG; (III) Apoio para viagem internacional.

Com isto, a UEMG incentiva que seus alunos realizem intercâmbios, viabilizados por meio dos seus convênios internacionais com instituições de ensino superior estrangeiras e o apoio de instituições de fomento à educação. Esta mobilidade acadêmica consiste em o aluno passar de uma dois semestres em uma Universidade estrangeira, fazendo o mesmo curso ou correspondente ao que ele já cursa, com a condição de que o aluno volte para a conclusão do

curso na UEMG. Em alguns editais são ofertadas bolsas ou auxílios para a mobilidade acadêmica.

Para se candidatar a qualquer programa de intercâmbio com instituição conveniada com a UEMG, é necessário que o discente atenda a alguns critérios de elegibilidade da Universidade como: estar regularmente matriculado em curso de nível superior da instituição; cursar entre o terceiro ao penúltimo período do seu curso no período escolhido para mobilidade; apresentar carta de recomendação do coordenador de curso indicando perfil de excelência; apresentar certificação de proficiência na língua exigida pela instituição estrangeira, caso exigível no convenio.

Além disto, a UEMG oferece apoio a estudante estrangeiro que venha residir no Brasil para estudar em suas unidades, não apenas na oferta de bolsas, mas no apoio à documentação necessário para ingresso de estrangeiros no país na condição de estudantes: Visto, CPF, solicitação de autorização para residência, Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM) e Cédula de Identidade de Estrangeiro (CIE).

É o caso de outro programa voltado para a internacionalização, também gerido pela Assessoria de Intercâmbio e Cooperação Interinstitucional da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG): o Programa de Intercâmbio Latino Americano - Presencial (PILA/Presencial), que promove o intercâmbio de alunos de graduação e pós-graduação em instituições de Ensino Superior (IES) do continente americano, considerando que programa é regido pela reciprocidade entre as Universidades parceiras. Nesse caso, a UEMG se responsabiliza com os custos de alojamento e alimentação de estudantes estrangeiros, para a realização do intercâmbio em suas Unidades, e na mesma quantidade de vagas ofertadas, os alunos UEMG serão recebidos pelas Universidades estrangeiras, as quais arcarão com os seus custos de alojamento e alimentação, durante o período do intercâmbio.

10.3. Diretório Acadêmico

O Diretório Acadêmico (D.A.) da Unidade Carangola foi fundado aos dezenove dias do mês de maio de 2022, sob a forma de associação, sendo pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, e entidade máxima de representação de todos os estudantes de graduação, da UEMG – Unidade Carangola. É composto por alunos regularmente matriculados

na instituição e inscritos em ao menos uma disciplina do seu curso, e rege-se por estatuto próprio aprovado em assembleia estudantil.

A gestão do Diretório Acadêmico é realizada através dos seguintes órgãos: Assembleia Geral (órgão soberano constituído por membros em pleno gozo de seus direitos estatutários); Diretoria (órgão executivo e deliberativo); Conselho Fiscal e Conselho Estudantil. Os membros da Diretoria são eleitos pelos discentes por voto direto e secreto, de acordo com as normas de seu estatuto, com mandato de 02 anos, e a seguinte constituição: presidente (que representa o órgãos em juízo), vice-presidente, 1º e 2º secretários, 1º e 2º tesoureiros, diretoria de comunicação, diretoria de eventos, diretoria de cultura.

De acordo com o artigo 2º de seu estatuto, dentre os princípios e finalidades que orientam o Diretório Acadêmico destacam-se: congregar e representar os alunos da UEMG – Carangola, para defesa de seus direitos e prerrogativas; promover a integração e recepção de calouros; manter contato e promover atividades conjuntas com Associações congêneres, sempre que necessário e conveniente aos interesses e aspirações dos estudantes representados por este Diretório Acadêmico; lutar pela contínua adequação da Universidade às necessidades científicas, culturais e sociais de discentes da UEMG Unidade Carangola; defender sempre um melhor nível e condições de ensino, assim como sua gratuidade.

Com base nisto, demonstra-se a importância do referido órgão para a execução, manutenção e avaliação de efetivas políticas de atendimento aos estudantes, considerando seu papel de intermediário entre as demandas discentes e as instancias de atendimento. O diálogo das gestões com o referido órgão tem se mostrado imprescindível para a continuidade das ações desenvolvidas em prol da constante melhoria na qualidade do ensino superior público e gratuito, incluindo aí a captação, manutenção e conclusão dos estudantes nesse nível de ensino.

11. GESTÃO ACADÊMICA

11.1. Colegiado do Curso de História.

O Colegiado do Curso de História é um órgão normativo e consultivo cujas finalidades vão além de acompanhar a implementação do projeto pedagógico, avaliar alterações dos

currículos plenos e discutir temas ligados ao curso. Observadas as políticas e as normas da UEMG, conforme Artigos 59 e 60 do Estatuto da Instituição, Decreto nº. 46.352, de 25 de novembro de 2013, compete ao Colegiado do Curso de História:

- I – orientar, coordenar e supervisionar as atividades do curso;
- II – elaborar o projeto pedagógico do curso e encaminhá-lo ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, ouvida a Pró-Reitoria de Graduação;
- III – fixar diretrizes dos programas das disciplinas e recomendar modificações aos Departamentos;
- IV – elaborar a programação das atividades letivas, para apreciação dos Departamentos envolvidos;
- V – avaliar periodicamente a qualidade e a eficácia do curso e o aproveitamento dos alunos;
- VI – recomendar ao Departamento a designação ou substituição de docentes;
- VII – decidir as questões referentes à matrícula, reopção, dispensa de disciplina, transferência, obtenção de novo título, assim como as representações e os recursos sobre matéria didática; e
- VIII – representar ao órgão competente no caso de infração disciplinar.

O Colegiado de Curso funcionará com a maioria absoluta de seus membros e suas decisões serão tomadas pela maioria de votos dos presentes, excluídos os brancos e nulos. Com base na Resolução COEPE/UEMG nº 273, de 21 de julho de 2020, o Colegiado do curso de História visa:

- I – a articulação com o Núcleo Docente Estruturante para elaborar o Projeto Pedagógico do Curso e encaminhá-lo ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, ouvida a Pró-Reitoria de Graduação;
- II – a apreciação das alterações propostas pelo Núcleo Docente Estruturante para o desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso;
- III – a avaliação periódica da qualidade e a eficácia do curso e o aproveitamento dos estudantes, ouvido o Núcleo Docente Estruturante.

Ressalta-se que o Colegiado do Curso de História tem seus critérios de composição e de funcionamento conforme a Resolução mencionada:

I – um representante de cada um dos Departamentos Acadêmicos que ofereçam disciplinas no curso, eleitos pelas respectivas Câmaras Departamentais, por um mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução;

II – representantes dos professores que participam do curso, eleitos pelos demais docentes, por um mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução;

III – representantes dos estudantes regularmente matriculados no curso, escolhidos na forma do Estatuto e do Regimento Geral;

IV - Juntamente com os representantes previstos nos incisos I a III serão eleitos suplentes, com mandato vinculado, para substituí-los em suas faltas ou impedimentos.

Também de acordo com a Resolução supracitada, o Colegiado de Curso terá um Coordenador e um Subcoordenador, eleitos pelos pares para mandato de dois anos, permitido o exercício de até dois mandatos consecutivos. Tratando-se do principal responsável pela manutenção, atualização e cumprimento dos objetivos propostos pelo curso, dentre as principais competências do Coordenador do Colegiado está presidir o Colegiado de curso; fazer cumprir as deliberações do Colegiado de Curso; e atender às demandas da administração superior no que diz respeito ao respectivo curso.

11.2. Núcleo Docente Estruturante

Conforme a Resolução COEPE/UEMG nº 284, de 11 de dezembro de 2020, o Núcleo Docente Estruturante – NDE do curso é constituído por um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuantes no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso. Trata-se de um órgão consultivo de caráter permanente, possuindo as seguintes atribuições:

- I – Atuar no acompanhamento, na consolidação e na atualização do Projeto Pedagógico do Curso – PPC;
- II – Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- III – Zelar pela integração interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- IV – Identificar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- V – Observar e zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação;

Os estudos e propostas elaborados pelo NDE devem ser encaminhados para apreciação dos órgãos conforme as competências e atribuições estabelecidas no Estatuto e nas demais normas da Universidade.

O Núcleo Docente Estruturante é constituído por 5 (cinco) professores pertencentes ao corpo docente do curso, aí incluídos o seu Presidente e o Presidente do Colegiado do Curso de Graduação, o qual é membro nato do NDE. Aos professores que lecionam em mais de um curso, fica permitida a participação em somente um NDE, exceto no caso de Unidades com menos de 20 (vinte) professores.

Os membros do Núcleo Docente Estruturante devem ser docentes que exerçam liderança acadêmica no âmbito do curso, percebida na produção de conhecimentos na área e que atuem sobre o desenvolvimento do mesmo, devendo atender aos seguintes critérios:

- I – pelo menos, 60% (sessenta por cento) de seus membros devem ter titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu* na área específica de conhecimento na qual o curso se insere ou afim, conforme as áreas do conhecimento definidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior – CAPES;
- II – pelo menos, 20% (vinte por cento) de seus membros devem exercer suas funções em regime de trabalho de tempo integral. Preferencialmente, os

membros do NDE não devem integrar o Colegiado de Curso, com exceção do Presidente do Colegiado de Curso, que é membro nato do órgão.

Os membros do Núcleo Docente Estruturante, conforme critérios estabelecidos no artigo 4º da Resolução mencionada acima, serão escolhidos através de processo eleitoral, levando em consideração a formação acadêmica na área do curso.

O Núcleo Docente Estruturante deverá reunir-se, ordinariamente, ao menos uma vez por semestre letivo e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou a pedido de, pelo menos, um terço (1/3) de seus membros, nos termos dos artigos 144 a 156 do Regimento Geral da Universidade. O funcionamento das reuniões do NDE obedecerá às normas previstas nos artigos 144 a 156 da Resolução/CONUN n.º 374/2017, que estabelece o Regimento Geral da Universidade.

11.3 Departamento de Ciências Humanas (DCH)

A partir de 2020 a Unidade Carangola passou pelo processo de departamentalização, com a criação de 5 departamentos, cada um compreendendo disciplinas afins e congregando professores para objetivos comuns de ensino, pesquisa e extensão. No que tange ao curso de História, a maior parte das disciplinas de sua matriz curricular (isto é, as disciplinas específicas do curso), pertencem ao Departamento de Ciências Humanas, a partir de então.

De acordo com Art. 61 do Estatuto da UEMG, cada Departamento, constituindo “a menor fração da estrutura da Universidade para todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de distribuição de pessoal”, possuirá um chefe e um subchefe, eleitos conforme normas estabelecidas no Regimento Geral. Além da chefia, o Departamento compõe-se internamente de uma Câmara Departamental, presidida pelo Chefe do Departamento, com voto de qualidade, e integrada também:

I - pelo Subchefe do Departamento;

II - por representantes de diferentes níveis da carreira do magistério superior que estejam no exercício do cargo de provimento efetivo, eleitos por seus pares;

III - por representantes do corpo técnico-administrativo; e

IV - por representantes do corpo discente, escolhidos na forma deste Estatuto e do Regimento Geral.

Segundo o § 2º do Art. 62 do referido Estatuto, salvo o contrário, os representantes terão mandato de três anos, permitida uma recondução, e possuirão suplentes eleitos com mandato vinculado aos titulares, para substituí-los em suas faltas ou impedimentos. Cabe à Câmara de cada Departamento reunir-se, ordinariamente, uma vez por mês e, em caráter extraordinário, quando convocada pelo Chefe do Departamento, por iniciativa própria ou a requerimento de um terço, no mínimo, de seus membros. As atribuições deste órgão podem ser consultadas no Art. 66 do Estatuto da UEMG.

12. COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA

A CPA foi criada no ano de 2009, sendo a primeira avaliação institucional realizada neste mesmo ano com a participação de professores, servidores técnico-administrativos, estudantes e comunidade externa. No ano subsequente, a Comissão Externa foi reestruturada com base na participação de um servidor de cada Unidade e um representante da Pró-Reitoria de Ensino e Extensão – PROENEX, ficando este grupo responsável pelo segundo processo de avaliação, realizado em 2010 com a participação de todas as representações.

Posteriormente, em decorrência da absorção dos cursos de 07 (sete) Fundações de Ensino Superior do Estado de Minas Gerais no biênio 2013-2014 e com o objetivo de se adequar às novas necessidades da Universidade e cumprir com as determinações normativas (Art. 11 da Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004; Portaria nº 2.051 de 09 de julho de 2004) do Ministério da Educação; Resolução nº 459/2013 do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais – CEE/MG de 2014; Lei e Portaria do Sinaes (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), em 2015 instituiu-se uma nova Comissão Própria de Avaliação - CPA/UEMG, por meio da Resolução CONUN/UEMG nº 319/2015 e da Portaria /UEMG nº 015 de 2015.

Em março de 2020 designou-se uma nova CPA/UEMG, por meio Portaria/UEMG Nº 022 e, posteriormente as Comissões Próprias de Avaliação das 20 (vinte) unidades da Universidade, mantendo-se a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada.

12.1 A Comissão Própria de Avaliação – Unidade de Carangola

A partir do ano 2020 como referido através da Portaria/UEMG Nº 022, a UEMG percebeu a necessidade de estruturar seu processo de avaliação interna, o qual deveria abranger aspectos gerais da instituição e específicos referentes a cada unidade.

A CPA é uma comissão criada não só para conduzir os processos de avaliação interna, como também os processos de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Inep. Trata-se de um processo contínuo por meio do qual uma instituição constrói conhecimento sobre sua própria realidade, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social.

Identificar as causas dos problemas e deficiências, otimizar as potencialidades institucionais, sistematizar as informações, analisar coletivamente os significados de suas realizações, desvendar as formas de organização, propiciar o fortalecimento das relações de cooperação entre os diversos atores institucionais tornando mais efetiva a participação de toda a comunidade acadêmica são atribuições da comissão.

De acordo com o Artigo 157, do Regimento Geral da UEMG de 2017, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) tem as atribuições de coordenar, sistematizar e prestar informações “referentes aos processos de Autoavaliação Institucional, sendo sua atuação permanente e autônoma em relação aos Conselhos e demais Órgãos Colegiados existentes na Instituição”.

A CPA coordena a realização anual da Autoavaliação da Universidade. No âmbito da UEMG, tem-se uma CPA geral e cada Unidade Acadêmica tem a sua própria CPA, que é composta por representantes docentes, discentes, dos servidores técnicoadministrativos e da sociedade civil com mandato de três anos, permitida a recondução. A exceção é em relação aos representantes discentes que terão mandato de um ano com direito a recondução. O segundo parágrafo do Artigo 159, do referido Regimento, recomenda que a cada três anos no processo de recomposição da CPA deverá ser assegurada a permanência de 40% de seus componentes anteriores.

A realização de cada processo avaliativo é designada por uma equipe que é composta pelos diferentes grupos da universidade, o intuito deste grupo é promover uma análise crítica

do seu trabalho como um todo: identificação dos desafios, análise de suas causas e consequências, percepção de alternativas possíveis, além das potencialidades a serem mais bem exploradas.

12.2 Sobre o relatório da Comissão Própria de Avaliação – Unidade de Carangola

Trata-se da criação de um relatório anual criado pela respectiva comissão após realização do processo avaliativo. Este Relatório de Autoavaliação Institucional tem a pretensão de estimular e orientar o crescimento da instituição e seus órgãos componentes a partir da participação efetiva de docentes e discentes, funcionários e comunidade.

Portanto, a CPA visa por meio dos instrumentos que elabora promover um diagnóstico para a reflexão e aprimoramento que leva em consideração as especificidades próprias da região e do público com o qual se relaciona. O resultado da avaliação tem como objetivo nortear as práticas desenvolvidas pela instituição junto aos diferentes atores sociais como mecanismo de aprimoramento educacional. Neste sentido, é importante ressaltar que é um instrumento que leva ao aprimoramento da Instituição, dos funcionários (administrativos e docentes), dos cursos (extensão, pós-graduação e graduação), das práticas junto à comunidade discente e externa e da educação.

13. INFRAESTRUTURA PARA O FUNCIONAMENTO DO CURSO

A Unidade Acadêmica de Carangola possui uma área total de 12.844 m² dos quais, 6.522,79 m² são de área construída e 2.812 m² destinam-se ao campo de futebol, estacionamento e espaço destinado à expansão da Unidade. Como estrutura física, a Unidade conta com três prédios (blocos) que são distribuídos em uma ampla área e sua estrutura e instalações acadêmicas têm capacidade para atender cerca de 1.800 alunos por turno.

13.1 Infraestrutura física

O bloco 1 é um prédio construído em 1922, tombado pelo Patrimônio Histórico e Cultural do município de Carangola. Possui uma área construída de 1.630m² distribuídos em três pavimentos, a saber:

- Térreo: setor de protocolo/recepção; administração central da Unidade (direção, vice direção, secretaria acadêmica); três laboratórios multidisciplinares de ensino; secretarias de curso; Núcleo de Assistência Estudantil (NAE); Brinquedoteca; e banheiros.
- Primeiro pavimento: cinco salas de aula para 30 alunos cada; setor de patrimônio, compras e recursos humanos; sala de arquivo pedagógico; salas de chefias de departamento; Núcleo de Estágios (NUE); Núcleo de Pesquisa e Extensão (NUPEX); setor de Tecnologia da Informação; banheiros.
- Segundo pavimento: sete salas de aula para 30 alunos cada; Núcleo de Pesquisa de História (PURHIS); Laboratório de Matemática e Física.

O bloco 2 foi construído na década de 1980 e também conta com 3 pavimentos, numa área total construída de 2.971,68m², onde encontram-se:

- Térreo: Auditório com capacidade para 400 pessoas; Centro de Processamento de Dados (CPD); banheiros.
- Primeiro pavimento: cinco salas de aula para 25 alunos cada; laboratório de informática; Laboratório de Cartografia e Geoprocessamento; sala dos professores; sala das coordenações de curso; sala de atendimento individual aos discentes; banheiros.
- Segundo pavimento: oito salas de aula para 50 alunos cada; banheiros.

O bloco 3 é a construção mais nova e sua estrutura física está assim distribuída:

- Térreo: Biblioteca; laboratório de informática; banheiros.
- Primeiro pavimento: sete salas de aula para 40 alunos cada; banheiros.
- Segundo pavimento: oito salas de aula para 30 alunos cada; banheiros.

A sala dos(as) professores(as) é um espaço de interação e reunião entre docentes das diferentes áreas do conhecimento. O mobiliário é composto por uma mesa central, cadeiras

rolantes e convencionais, três mesas laterais, sofá e escaninhos individuais. O ambiente é climatizado, contém ar condicionado, bebedouros e sinal de internet. A sala conta ainda com banheiros masculino e feminino de uso exclusivo dos docentes.

Todas as salas de aula são bem arejadas, iluminadas, possuem ventiladores e/ou ar condicionado, além de cortinas nas janelas. Todas possuem como mobiliário conjuntos de mesas e cadeiras para melhor acomodar os discentes e docentes. Das mobílias, a fim de atender as demandas de docentes e discentes, estão os quadros, mesa e cadeira do professor, projetor multimídia, tela para projeção, carteiras para os alunos e lixeira. Há tomadas para conexão de computadores em todas as salas, além de acesso a rede *wifi* de internet. Conta com o cuidado da limpeza, realizada diariamente com o propósito de manter a salubridade dos frequentadores.

Além destes blocos, a Unidade Acadêmica conta ainda com outras construções menores:

- Museu de Zoologia Newton Baião de Azevedo
- Herbário
- Sede da organização esportiva discente e diretório acadêmico
- Cantina pública
- Sede da Empresa Júnior PROVISÃO
- Cozinha e banheiros para funcionários terceirizados e administrativos
- Depósito de material (almoxarifado)
- Jardim Didático Sensorial-Evolutivo

13.2 Redes e Tecnologias de Informação

O Setor de Tecnologia da Informação possui um sistema de informação multiusuário que engloba um sistema completo de administração acadêmica e financeira dos alunos, uma rede física de microcomputadores interligados a 10/100 Megabits, com servidores Windows 2003/2008 e Linux ligados 24 horas, disponibilizando conexão de Internet com banda de 60 Mb dedicados, de modo a suprir as necessidades de toda a comunidade acadêmica. Esse sistema fica localizado na Reitoria, sendo acessado via rede local, com liberação da PRODEMGE.

No que se refere ao acesso dos alunos, a Unidade Acadêmica de Carangola possui um sistema de gestão educacional que permite controle total e integrado das áreas acadêmica, administrativa e pedagógica, o Sistema GIZ da AIX Sistemas. Este sistema possui uma plataforma virtual onde os alunos e professores conseguem ter acesso a todos os seus dados acadêmicos, como notas, frequência, conteúdos das disciplinas, histórico, entre outros.

13.3 Laboratório de Informática

A Unidade Acadêmica de Carangola possui um laboratório de informática para realização de aulas que precisam ser desenvolvidas em computadores. Estes ambientes objetivam proporcionar condições de aprimoramento profissional ao corpo discente, docente e funcionários, além de ser um espaço com recursos tecnológicos preparados com ferramentas para a realização de trabalhos acadêmicos, exercícios específicos das disciplinas, buscas e pesquisas acadêmicas através de internet banda larga.

O laboratório de informática da Unidade conta com 30 (trinta) computadores do tipo desktop, equipados com Processadores Intel Core i3 10100T 3.00Ghz, 16 Gigabytes de memória RAM do tipo DDR4-2666, unidade de armazenamento do tipo SSD com 240 Gigabytes de capacidade, monitores Lenovo ThinkVision de 24 polegadas, teclado, mouse, placa de rede integrada, mouse.

Os computadores possuem sistema operacional Windows 10 instalado e estão conectados via rede local ponto a ponto. Todos estão conectados em rede cabeada e possuem acesso à internet banda larga de 60Mb. Além disso, o laboratório conta datashow, quadro branco, tela para projeção e 02 (dois) condicionadores de ar.

13.4 Biblioteca

A biblioteca da Unidade Acadêmica de Carangola é entendida como sendo um espaço fundamental para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, para alunos, professores e pesquisadores na busca de informações e conhecimentos necessários para essas atividades. É considerada de relevante importância para o cumprimento do projeto

pedagógico com excelência. Além de atender a comunidade acadêmica da Unidade Carangola, atende a comunidade em geral para pesquisa local.

A biblioteca está localizada no andar térreo do bloco 3 da Unidade, **com horário de funcionamento de 08:00 às 22:00 horas, de segunda a sexta**. Sua infraestrutura busca proporcionar aos seus usuários instalações adequadas para utilização e estudo, bem como garantir a armazenagem conveniente do acervo sob sua responsabilidade. Dispõe de ampla área destinada à leitura e aos estudos, iluminada e arejada, bem como a área destinada ao acervo.

A biblioteca possui armários para guarda-volumes, num total de 48 escaninhos, 01 balcão com 03 computadores para o atendimento aos usuários, 01 mapoteca, 02 estantes de aço para expor novas aquisições, e 198 estantes de aço para guarda do acervo. Seus usuários contam, no salão de leitura, com 14 mesas e 70 assentos, além de 04 cabines de estudo individual e 04 salas para estudo individual e/ou em grupo.

Possui ainda uma sala de tratamento técnico (onde é feito o controle de todas as aquisições por compra, doação, permuta, registro, estatística de aquisição por área, bem como todos os serviços de controle de entrada e baixa no acervo bibliográfico) com 02 armários para armazenamento, 03 estantes e 01 computador. Também possui uma área de tratamento técnico com 02 mesas, 02 computadores, 01 impressora e 01 scanner.

A Biblioteca possui um laboratório de informática climatizado, disponibilizando para seus usuários 25 computadores com acesso à internet, sendo um deles com acessibilidade, teclado ampliado e recurso de Big Ball Mouse, e um terminal de consulta, com 01 computador de uso exclusivo para consulta do catálogo de seu acervo. Os computadores possuem a mesma configuração daqueles que compõem a Laboratório de Informática, assegurando ao usuário equipamentos.

À Biblioteca compete interagir com as atividades de ensino e pesquisa da UEMG Carangola e da própria Universidade, integrando novas tecnologias e ferramentas específicas para a busca e recuperação da informação, gestão e disseminação do conhecimento gerado localmente, oferecendo os seguintes serviços:

ONLINE:

- Atendimento online;

- Disseminação seletiva de informação;
- Internet sem fio.

PRESENCIAL:

- Orientação e capacitação de usuários;
- Consulta local;
- Empréstimo domiciliar;
- Levantamento bibliográfico;
- Catalogação na fonte;
- Guarda-volumes.

Para a segurança dos usuários e do acervo, a biblioteca dispõe de 03 extintores de incêndio, câmeras de segurança e sistema antifurto (em implantação). Todos os usuários têm livre acesso ao acervo, dispostos em estantes sinalizadas com o número de chamada e os assuntos correspondentes.

Para alunos e funcionários podem ser emprestados até 03 livros pelo prazo de uma semana, podendo o empréstimo ser renovado por 03 (três) vezes através do Meu Pergamum, se não houver reserva para o livro por parte de outro usuário. Para os(as) docentes, são emprestados até 05 livros pelo prazo de 15 (quinze) dias, seguindo o mesmo critério para a renovação. Todos os usuários podem consultar o catálogo através do site da Universidade ou através do aplicativo Pergamum Mobile.

O *software* Pergamum oferece através do acesso ao site, no campo **BIBLIOTECA** <<http://www.uemg.br>> ou direto no link:

<<http://200.198.18.141/pergamum/biblioteca/index.php>>, a possibilidade de consulta ao acervo de todas as bibliotecas das Unidades UEMG. Além dos principais pontos de recuperação de informações (autor, título e assunto), o usuário consegue acessar a pesquisa de empréstimo, efetuar reservas, renovações, etc., através do seu login, sendo o número de matrícula para os discentes. Para docentes e funcionários, o login é o CPF ou MASP, com a senha cadastrada na Biblioteca.

O Pergamum *mobile* é um aplicativo desenvolvido para uso exclusivo em Tablets e Smartphones e tem por objetivo facilitar a consulta ao acervo das unidades de informação e/ou bibliotecas da instituição, realizar reserva de materiais, bem como a renovação de

empréstimos, consulta aos itens emprestados, alteração de senha, entre outros serviços disponíveis.

A atualização/expansão do acervo e dos serviços da Biblioteca da Unidade Carangola coaduna-se às demandas manifestadas pela comunidade acadêmica e pelos usuários dos serviços. O levantamento da demanda de acervo bibliográfico se faz anualmente, a partir dos planos de ensino elaborados pelos professores nos quais são identificados os títulos relacionados como bibliografia básica e complementar que já compõem o acervo bibliográfico da instituição e aqueles que precisam ser adquiridos.

13.4.1 Acervo

O acervo da biblioteca é informatizado e gerenciado pelo sistema Pergamum, sendo dividido por áreas do conhecimento conforme sua classificação, com base na CDD - Classificação Decimal de Dewey. Adota-se para as regras de catalogação o Anglo-American Cataloguing Rules (AACR 2), e cabeçalho de assunto Library of Congress Subject Headings (LCSH). O sistema gerencia toda a automação de informações de empréstimos, inclusive informações estatísticas. Possibilita além de consulta ao acervo das bibliotecas, renovação de empréstimos e reserva de livros através do uso internet, histórico das transações efetuadas pelos usuários na Biblioteca e o afastamento.

O acervo da bibliografia básica e da bibliografia complementar está disponível, por unidade curricular, e procura atender a quantidade média de alunos de acordo com a qualidade de desenvolvimento das pesquisas e consultas pedagógicas.

Atualmente o acervo do curso de História conta com 188 títulos de bibliografia básica, bem como 212 títulos de bibliografia complementar, totalizando 400 títulos e 801 exemplares. Entretanto, ressalta-se que este acervo está frequentemente em manutenção, atualizando seus números a medida que novas aquisições surgem.

13.4.2 Plataformas Digitais:

A UEMG adquiriu renomadas Plataformas digitais multidisciplinares de e-books que atendem a várias áreas do Conhecimento. Os usuários devidamente cadastrados podem

acessá-las de forma simultânea, integral e ilimitada via web, estão disponíveis para Desktop, Tablets e Smartphones.

A **Biblioteca Virtual Pearson** é uma plataforma de livros acadêmicos, científicos e de formação profissional do mundo, à disposição da comunidade acadêmica da UEMG, com acesso a milhares de obras universitárias, de editoras renomadas. A plataforma reúne livros eletrônicos que podem ser consultados online, 24 horas por dia, sete dias por semana. A BV/UEMG apresenta cerca de 12 mil obras disponíveis em formato e-book, multidisciplinar, com atualizações permanentes e disponíveis 24 horas, que se juntam aos milhares de títulos físicos do Sistema de Bibliotecas.

A **Minha Biblioteca** é uma plataforma virtual de livros digitais que reúne diversas obras fundamentais para a formação de profissionais de diferentes áreas de conhecimento. São mais de 12 mil títulos acadêmicos em português, 15 editoras e 38 selos editoriais, autores renomados com atualização mensal, que podem ser consultados online, 24 horas por dia, sete dias por semana.

A **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)**: O IBICT coordena o projeto que integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa brasileiras, e também estimula o registro e a publicação de teses e dissertações em meio eletrônico.

O **Portal Domínio Público**: Este portal constitui-se em um ambiente virtual que permite a coleta, a integração, a preservação e o compartilhamento de conhecimentos, sendo seu principal objetivo o de promover o amplo acesso às obras literárias, artísticas e científicas (na forma de textos, sons, imagens e vídeos), já em domínio público ou que tenham a sua divulgação devidamente autorizada, que constituem o patrimônio cultural brasileiro e universal.

A **Scientific Electronic Library Online (SCIELO)** é uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros. O objetivo deste site é implementar uma biblioteca eletrônica que possa proporcionar um amplo acesso a coleções de periódicos como um todo, aos fascículos de cada título de periódico, assim como aos textos completos dos artigos.

Também está disponível para os todos os usuários a coleção completa de normas técnicas da ABNT, NBR, NBRISO e Mercosul. O acesso é realizado através do sistema Pergamum.

Além das bases de acesso livre mencionadas acima, a UEMG ainda possibilita consulta a bases de acesso restrito como o **Portal CAPES. O Portal de Periódicos da UEMG**, com acesso disponível na página principal da UEMG.

13.5 Laboratórios e Núcleos de Pesquisa

13.5.1 PURHIS

O “PURHIS – História Pública, Tempo e Identidades”, trata-se de um núcleo de pesquisa em temáticas de pesquisa em história, e nasce como uma homenagem ao grupo indígena brasileiro Puri, de habitação originária nos quatro estados do Sudeste do Brasil, mais especificamente no território que corresponde a toda a extensão regada pela bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, incluindo o vale do rio Carangola. A homenagem surge certamente não apenas para fins protocolares, mas como inspiração decisiva para a investigação de passados outros que deem ao conhecimento histórico o lugar disruptivo que dele esperamos.

O PURHIS é cadastrado no CNPq no final de 2020 como grupo de pesquisa vinculado ao curso de História da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), unidade Carangola. Tem, naturalmente, por finalidade, reunir pesquisadores do curso de História e de outros cursos da UEMG – Unidade Carangola, que pretendam desenvolver investigações na subárea de História, em particular sobre temas do passado histórico nas suas distintas escalas e problemáticas.

O PURHIS é composto por um Coordenador de grupo (membro que assume via indicação em comum acordo entre os demais membros do grupo), membros, colaboradores e jovens pesquisadores. Também se estrutura em três linhas (Tempo; História Pública; e Identidades) que nortearão as atividades de pesquisa e extensão do curso, bem como as temáticas que serão desenvolvidas pelos estudantes em seus trabalhos de conclusão de curso.

O PURHIS localiza-se em uma sala no segundo andar do Bloco 01, possuindo dois computadores que servem de apoio para atividades didáticas, de pesquisa e de produção de conteúdos por parte de docentes e discentes vinculados às atividades do grupo. Também faz parte do escopo de atuação do grupo o armazenamento de fontes históricas em unidades de disco rígido para consulta e análise de pesquisadores.

Anualmente, acontece a Semana Acadêmica do curso História, que é uma realização do PURHIS e objetiva realizar palestras, oficinas e minicursos com convidados advindos de outras universidades brasileiras para que possam, em diálogo com nosso corpo docente e discente, discutir práticas, estratégias e compreensões relacionadas ao ensino e pesquisa em História.

13.5.2 Centro de Memória

O Centro de Memória UEMG Carangola é uma iniciativa que visa integrar a Rede de Centros de Memória da UEMG (SIGA 16272), que está sob a coordenação da Profa. Flávia Lemos, docente da Unidade de Divinópolis. Essa rede abarca as Unidades da UEMG localizadas nas cidades de Leopoldina, Carangola, Diamantina, Divinópolis, Passos, Campanha, Belo Horizonte e Ibirité.

Em Carangola, o Centro de Memória é formado pelo “Museu Virtual Colaborativo Memórias da UEMG Unidade Carangola”, *site* em construção, para hospedagem de um museu virtual para registrar as memórias da UEMG, Unidade Carangola, desde os tempos em que foi criada como fundação, nos anos 1970, até os dias atuais. O Centro de Memória também agrega o “Museu de Zoologia Newton Baião de Azevedo (MZNB)”, cujo curador é o Prof. Dr. Renan Nunes Costa, bem como o “Herbário da Universidade do Estado de Minas Gerais (HUEMG)”, com a curadoria do Prof. Dr. Ivan Becari Viana.

A inserção e o diálogo com as demais unidades que compõem essa Rede consistem em um dos objetivos específicos do Projeto de Extensão “Museu virtual colaborativo Memórias da UEMG Unidade Carangola” (SIGA 15125), que é coordenado pela Professora Dra. Érika Oliveira Amorim Tannus Cheim, docente do curso de História. O museu virtual busca a integração com a comunidade, em especial, com aqueles que estabeleceram algum vínculo

com a universidade, sejam como estudantes egressos, funcionários, professores ou ex-professores, tornando-os protagonistas na formação do acervo do museu.

As ações do projeto estão atreladas às publicações e postagens dos usuários/narradores, relacionadas às suas memórias individuais ou coletivas com a UEMG (Carangola), desde os tempos em que ainda era uma Fundação, na década de 1970, até os dias atuais, registrando, assim, a história desta instituição. A criação desse projeto possui natureza transdisciplinar, envolvendo especialmente material que dialoga com oralidade, imagem e memória, tem como objetivo servir de subsídio para o estudo e a pesquisa de uma vasta gama de temas, que incluem história (com ênfase na história local e regional).

O site que abriga o Museu Virtual foi colocado no ar, mas ainda está em fase de construção, impossibilitando a inserção das informações que serão cruciais para compor o acervo virtual de memórias da UEMG, Unidade Carangola. O *link* para acesso ao site do MuseuVirtual: <https://museuvirtualuemgcarangola.com/>. Esse projeto de Extensão foi aprovado pelo Edital PAEX 01/2022 e passou a contar, à partir de maio/2022 com a atuação de um estudante bolsista.

13.5.3 Laboratório de Ensino de História

O LEH - Laboratório de Ensino de História - desenvolve trabalhos de pesquisa e de extensão na área de Ensino. Nosso Laboratório incentiva o diálogo entre a UEMG e as Escolas de Ensino Básico da Região a partir de pesquisas, encontros, palestras e análises de materiais didáticos diversos, e outros documentos oficiais da área da educação, que envolvem o tema de Ensino de História. O Laboratório abrange todas as áreas e professores do curso, assim como as possibilidades do ensino de cada disciplina lecionada na Universidade e suas demandas no Ensino Básico, principalmente no que se refere às disciplinas de Prática de Formação Docente (PFD) e aos Estágios Supervisionados presentes no nosso currículo.

O LEH foi criado no dia 27, do mês de fevereiro do ano de 2023, no decorrer de uma reunião do colegiado do curso. O Laboratório é composto por um coordenador de grupo (membro que assume via indicação em comum acordo entre os demais membros do grupo), membros, colaboradores, professores do ensino básico, alunos e demais pesquisadores na área de Ensino de História.

O LEH localiza-se no mesmo espaço do grupo de estudos PURHIS. Em uma sala no segundo andar no Bloco 01, possuindo dois computadores que servem de apoio para atividades didáticas, uma mesa para reuniões, 10 cadeiras, uma estante, livros e demais materiais didáticos que são utilizados no desenvolvimento das análises e estudos referentes ao tema.

Atualmente, o LEH produz um evento por semestre, de caráter extensionista, com a intenção de que os alunos apresentem os conteúdos desenvolvidos nas Práticas de Formação Docentes para a comunidade. O evento conta com apresentações discentes, palestras e oficinas que dialogam com a pesquisa e a extensão na área de Ensino de História, assim como a promoção do diálogo constante entre Universidade e comunidade em seu entorno.

13.5.4 Arquivo e Museu Histórico, Geográfico e Natural do Município de Carangola

O Museu Histórico, Geográfico e Científico Carangolense, primeiro museu instituído na região, foi criado em 1959, após uma campanha de sensibilização da comunidade sobre a importância e o valor de um museu para a sociedade. Iniciando suas atividades um ano depois, passou por uma desativação entre 1968 e 1982, quando voltou a funcionar em novo endereço no centro da cidade, sob direção do professor Rogério Carelli, e por ocasião do 1º Centenário de Emancipação Política do Município. Em 1992, o Museu foi reinaugurado (na Rua Pedro de Oliveira 212), e nele instalado o Arquivo Histórico Geográfico de Carangola. Mesmo com dificuldades, e transferências de endereço, o Museu e o Arquivo tornaram-se referência na região, com ampliação de seu acervo através de doações de objetos diversos.

O Arquivo Histórico ultrapassa a concepção de um arquivo público municipal, contendo acervos diversificados (nem todos completos e em sequência) que compõem um riquíssimo material, formado por documentos de toda a região (12 municípios) que antes eram distritos de Carangola, datados desde 1850. O acervo é composto por: Documentação do Poder Executivo, Legislativo (1882-1930), Judiciário (1870–1950), Documentos e Registros Cartoriais, Documentos de Instituições Públicas (como IBGE) e Particulares, Coleções de Fotografias da Cidade (1890 – 2000), Coleções de Jornais locais e regionais (1890 – 2008), Mapas da região e plantas cadastrais.

Quanto ao Museu Municipal, no tratamento do acervo foram criadas as seções de biologia e história natural, sala de cartografia e laboratório de taxidermia. Sua área de atuação ficou mais ampla, e seu acervo foi constituído de peças doadas ou coletadas de entidades públicas e particulares, sendo formado por objetos diversos, tais como: fotografias, documentos, utensílios, peças de arte sacra, mobiliário, armas, pinturas, desenhos e esculturas criadas por artistas locais, objetos e documentos de personalidades de destaque na cidade, espécimes de zoologia e história natural, amostra geológicas do território brasileiro, numismática e artefatos arqueológicos. O Museu Municipal de Carangola atualmente está estruturado nos seguintes setores: *História Regional*; *Biodiversidade do Vale do Carangola - Fauna / Flora*; e *Arqueologia*, formado por artefatos de cerâmica arqueológicas Tupinambá (23 mil artefatos) coletados no Sítio Córrego do Maranhão –Alvorada e Vale do Carangola.

O curso de História da UEMG Unidade Carangola busca aproveitar o contato e cooperação já existente entre professores da UEMG e profissionais responsáveis pela instituição, como fator de viabilidade para a execução de projetos de pesquisa, extensão e ensino. Mais do que isto, a parceria entre as duas instituições permitiu que o espaço e material do Arquivo e Museu servissem tanto como Centro de Documentação quanto Laboratório de Ensino de História para os docentes e discentes do curso, além de campo de estágio, seja remunerado ou voluntário. Isto enriqueceu consideravelmente o desenvolvimento não apenas de estudos diversos, mas também de disciplinas fundamentais à formação discente, como “Patrimônio Histórico e Cultural”, “Antropologia”, “Arquivos e Museus”, “Metodologia de Ensino de História, entre outras.

13.5.5 Outros

Além dos núcleos e laboratórios de pesquisa nascidos do próprio curso de História, os docentes e discentes do curso também participam de outros núcleos e grupos de pesquisa de caráter interdisciplinar, englobando mais cursos da Unidade Carangola. É o caso por exemplo do Núcleo de Estudos Africanos e Afrobrasileiros (NEAB), e do grupo Gênero e Política: debates contemporâneos em educação.

14. APÊNDICES

14.1 Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Unidade Carangola

Licenciatura em História

Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado

Carangola

2023

APRESENTAÇÃO

Este regulamento tem como objetivo apresentar as orientações, atividades e avaliações do Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Carangola. O documento foi elaborado a partir da Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes; e da Resolução nº. 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores de Educação Básica.

De acordo com a Resolução supracitada, o estágio supervisionado compõe a prática didática do Grupo III no currículo de formação docente, definindo sua carga horária mínima de 400 (quatrocentas) horas, sendo uma atividade específica intrinsecamente articulada com a prática e com as demais atividades de trabalho acadêmico.

I. Disposições preliminares

Art. 1º Este regulamento normatiza as atividades do Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Carangola.

Art. 2º O Estágio Curricular Supervisionado é um componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas e requisito obrigatório para a obtenção do grau de licenciado em História pela UEMG/Carangola.

Art. 3º O Estágio Curricular Supervisionado constitui-se de um conjunto de atividades voltadas para a aprendizagem da profissão docente, por meio da participação direta em situações de trabalho, envolvendo coordenadores, supervisores de campo, estudantes e unidades concedentes.

II. Das Disciplinas

contempladas Art. 4º Sobre a divisão do Estágio Curricular

Supervisionado:

§ 1º Serão realizados entre 5º e 7º períodos, com 135 horas em cada período, somando 405 horas;

§ 2º Além da carga mencionada acima, os estágios também contemplam as disciplinas de Orientação de Estágio Supervisionado I, II, e III (cada uma com carga de 30 horas cada, totalizando 90 horas):

§ 3º Serão divididos entre:

- Estágio Curricular Supervisionado I: a ser realizado em turmas de Ensino Fundamental no 5º período;
- Estágio Curricular Supervisionado II: a ser realizado em turmas de Ensino Médio no 6º período;
- Estágio Curricular Supervisionado III: a ser realizado com aplicação de um projeto de ensino no âmbito da memória social, educação patrimonial e/ou história local em turmas dos anos finais do Ensino Fundamental ou do Ensino Médio no 7º período.

§4º Dentro de cada um dos três estágios, a distribuição das 135 horas em atividades específicas, a serem realizadas pelo estudante, ocorrerá conforme estabelecido no artigo 17 deste regulamento.

§5º Serão acompanhados e supervisionados pelo NUE – Núcleo de Estágio, responsável pela organização e sistematização dos estágios, além do processo de intermediação dos sujeitos e instituições envolvidas;

III. Dos Objetivos

Art. 5º Os objetivos a serem atingidos através do Estágio Curricular Supervisionado são:

- a) Conhecer as instituições escolares e acompanhar a organização pedagógica, política e administrativa;
- b) Estabelecer uma associação entre os conhecimentos teóricos e práticos;
- c) Construir uma experiência supervisionada da prática docente em salas de aula dos ensinos fundamental e médio;
- d) Reconhecer as diferentes comunidades e ambientes escolares, habilidades dos estudantes e metodologias de ensino e aprendizagem na história;
- e) Elaborar e refletir sobre práticas pedagógicas articuladas ao ensino de história nos níveis dos ensinos fundamental e médio das escolas da rede pública e/ou privada;
- f) Construir consciência crítica e reflexões acerca dos desafios da realidade escolar e a prática docente nos mais variados âmbitos e níveis.
- g) Facilitar o processo de atualização de conteúdos disciplinares, permitindo adequar estes conteúdos às constantes inovações tecnológicas, políticas, econômicas e sociais;
- h) Estimular o desenvolvimento da criatividade, de modo a formar profissionais inovadores, capazes de aprimorar modelos, métodos, processos e de adotar tecnologias e metodologias alternativas.

IV. Das instituições do estágio

Art. 6º As atividades de Estágio Curricular Supervisionado (I, II, e III) deverão ser realizadas individualmente em instituições de ensino oficiais da educação básica, a partir da organização de convênios entre as instituições, com preferência para as escolas públicas. Elas serão indicadas pelo/a professor/a responsável pela disciplina.

Art. 7º Parte das atividades de Estágio Curricular Supervisionado poderá ser realizado em ambientes não escolares, ou espaços não formais de educação, como arquivos e museus, especialmente se vinculados a Projetos de Pesquisa e Extensão, desde que tenha anuência do(a) Professor(a) Orientador(a) de Estágio e do(a) Coordenador(a) do Curso de História.

Art. 8º A prática de estágio realizada em ambientes não escolares poderá representar no máximo 20% (vinte por cento) da carga-horária do Estágio Curricular Supervisionado.

Art. 9º O Estágio Curricular Supervisionado deve ser realizado dentro dos períodos letivos regulares, fora do período de aula do licenciando, e respeitando a organização, as normas e o calendário das instituições de ensino onde se efetivará o estágio.

Art. 10º Ceder-se-á aproveitamento, em relação ao Estágio Curricular Supervisionado I, aos estudantes, bolsistas ou voluntários, vinculados ao Programa de Iniciação à Docência (PIBID).

Art. 11º Em acordo com a Lei 11788, de 25 de setembro de 2008, e a Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, pode haver aproveitamento de formação e de experiências anteriores, desde que desenvolvidas em instituições de ensino, o que implica na possibilidade de redução da carga horária do Estágio Curricular Supervisionado aos discentes que estiverem exercendo atividade docente regular na educação básica, desde que comprovada.

V. Do Acompanhamento

Art. 12º O Estágio Curricular Supervisionado terá acompanhamento de um Docente Orientador do Estágio, que será o mesmo docente que ministra a respectiva disciplina a que o estágio encontra-se vinculado.

Art. 13º Esse professor responsável será mediador entre os alunos estagiários e as instituições que os acolherão em suas atividades, auxiliando o licenciando com a documentação específica e apoiando a coordenação nas tarefas pedagógicas. Caberá ao professor avaliar o desempenho dos estagiários através dos relatórios de estágio e pela sua avaliação final.

VI. Dos Documentos

Art. 14º Os documentos relacionados para a realização do Estágio Curricular Supervisionado são fornecidos pelo NUE – Núcleo de Estágio e correspondem à:

- a) Ficha de plano de trabalho individual de Estágio Curricular Supervisionado;
- b) Ficha de registro da frequência às atividades de Estágio Curricular Supervisionado;
- c) Ficha de avaliação do Estágio Curricular Supervisionado;
- d) Termo de compromisso do Estágio Curricular Supervisionado.

Art. 15º O início do desenvolvimento das atividades de Estágio Curricular Supervisionado pelo discente está condicionado à entrega, para o Professor Orientador, do termo de Compromisso de Estágio, preenchido, assinado e carimbado pela(s) instituição(ões) selecionada(s), formalizando assim a aceitação da Instituição em receber o estudante para cumprir suas ações de estágio.

VII. Das atividades

Art. 16º As atividades do estágio serão desenvolvidas mediante o Plano de Atividades aprovado previamente pelo professor supervisor da instituição de ensino básico e pelo professor responsável pela disciplina e deverão compreender:

- a) Análise do Projeto Político Pedagógico da escola e dos indicadores da instituição;
- b) Análise do livro didático adotado pela instituição, planejamento anual e planejamento de aulas em consonância com o Currículo Referência de Minas Gerais e a BNCC;
- c) Acompanhamento da prática docente de professoras/es supervisores/as nas instituições e anos em que o/a estudante vai realizar o estágio;
- d) Apoio ao(a) professor(a) regente nas atividades exercidas em sala e outros ambientes escolares, como elaboração de planos de aulas e atividades avaliativas;
- e) Participação eventual em reuniões de planejamento, conselhos de classe, colegiados e elaboração de projetos e eventos escolares;
- f) Contato com a organização e funcionalidade de ambientes não escolares, como arquivos públicos e museus;
- g) Elaboração de reflexões das atividades desenvolvidas ao longo do semestre no Estágio Curricular Supervisionado (Anexo I);
- h) Organização de um Portfólio com as atividades e reflexões elaboradas nas disciplinas de estágio a ser anexado no relatório entregue como avaliação final da disciplina.

Art. 17º Ficam definidas as atribuições do estágio:

- I. Professor/a supervisor/a:
 - a) Orientar os/as estudantes nas instituições de educação básica;
 - b) Supervisionar as atividades realizadas pelos/as estudantes na turma em que estarão realizando o estágio, responsabilizando-se pelas mesmas;
 - c) Avaliar o desenvolvimento das atividades previstas no plano de estágio.
- II. Professor/a orientador/a
 - a) Receber e organizar a documentação do Núcleo de Estágio para compartilhar com os/as estudantes;

- b) Supervisionar a procura de escolas para a realização do estágio e assinar as cartas de apresentação;
 - c) Realizar uma interlocução com as instituições de educação básica, incluindo gestão e docentes da mesma;
 - d) Receber dos/as estudantes os termos de compromisso e planos de estágio, e conferir as informações antes de encaminhar para o núcleo responsável e coordenação;
 - e) Acompanhar as atividades de estágio dos/as estudantes por meio de espaços de socialização das práticas e/ou levantamento de dúvidas;
 - f) Acompanhar a elaboração dos planos de ensino/projetos de pesquisa/sequência didática dos/as estudantes para a realização do estágio;
 - g) Avaliar os relatórios de estágio e o cumprimento das demais atividades pelos estudantes.
- III. Estudante
- a) Realizar contato com as instituições de educação básica escolhidas (10h);
 - b) Preencher a documentação necessária para Estágio Curricular Supervisionado, a partir dos formulários padrões, e entregá-la (assinada e carimbada, quando necessário) dentro dos prazos previamente estipulados (10h);
 - c) Elaborar o plano de atividades do estágio, com supervisão, levando em consideração: a observação da escola, das aulas, planejamento e execução dos planos de aula/projetos de ensino/sequência didática (10h);
 - d) Atender aos encontros regulares promovidos pelo professor responsável pela disciplina de Orientação de Estágio Supervisionado, ocasião em que serão feitas avaliações periódicas e debates entre os discentes que cumprem estágio acerca das experiências do mesmo (30h);
 - e) Elaborar e ministrar uma aula com auxílio do professor de supervisão na turma do estágio (10h);
 - f) Elaborar e entregar relatórios de estágio, durante e ao fim do mesmo, para a avaliação dos professores/as: supervisor/a e orientador/a (20h);
 - g) Cumprir todas as atividades do estágio, desenvolvidas no interior das escolas, mediante o Plano de Atividades aprovado previamente pelo professor supervisor da instituição de ensino básico e pelo professor responsável pela disciplina (45h).

VIII. Da avaliação

Art. 18º A avaliação das atividades do Estágio Curricular Supervisionado será orientada pelo/a professor/a responsável pela disciplina, com a colaboração do professor/a supervisor/a da instituição de educação básica. Será avaliado:

- a) As atividades do/a estudante a partir do plano de estágio, bem como dos relatórios e o cumprimento da carga horária prevista (135 horas por semestre);
- b) A frequência e participação nas aulas das disciplinas vinculadas aos estágios;
- c) O relatório final entregue a cada semestre;

d) O portfólio ao final do Estágio III.

Art. 19º No Estágio Curricular Supervisionado os valores avaliativos serão distribuídos a critério do/a professor/a responsável pela disciplina, conforme previsto em plano de ensino.

Art. 20º Tais disciplinas terão suas horas de atividades convertidas em pontos para lançamento no sistema de registro acadêmico. Tais lançamentos são representativos das horas de estágio concluídas pelo estudante e serão utilizadas como balizadores da avaliação do Professor Orientador de Estágio.

Art. 21º O aluno que não alcançar rendimento satisfatório cumprindo, no todo ou em partes, as etapas e atividades previstas no Estágio, não será considerado apto naquela etapa de estágio, devendo refazer a disciplina, bem como as atividades que a mesma comporta, no momento em que ela for novamente oferecida;

Art. 22º Os discentes devem impreterivelmente manter prazo máximo de entrega de documentação mínima. Caso o aluno não apresente até a primeira semana do segundo bimestre de aulas nenhuma documentação referente ao Estágio Curricular Supervisionado que estiver cursando estará automaticamente reprovado. Tal medida se justifica tendo em vista que passados dois meses de aulas o estudante não mais terá tempo hábil para realizar as ações dispostas no cronograma semestral das disciplinas Orientação de Estágio Supervisionado.

Art. 23º O sistema de controle de estágio, gerido pelo professor Orientador de Estágio, deverá ter como meta o aprimoramento constante do processo de ensino/aprendizagem e pesquisa.

Art. 24º O produto final do estágio deverá ser apresentado impresso, sob a forma de relatório, de acordo com as normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), bem como em uma versão em formato *Portable Document Format* (PDF), enviado ao email da coordenação do curso.

Art. 25º Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pelo Colegiado do Curso.

ANEXO I – MODELO DE RELATÓRIO DE ESTÁGIO

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS
UNIDADE CARANGOLA**

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

(NOME DO/A ALUNO/A)

Carangola – MG
2023

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS
UNIDADE CARANGOLA**

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

NOME DO/A ALUNO/A)

Relatório apresentado à Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Carangola, (Xº) período do Curso de História, requisito obrigatório para aprovação na Disciplina Orientação Estágio Supervisionado (X).

Orientador: (NOME DO/A PROFESSOR/A)

Carangola – MG

2023

FOLHA DE AVALIAÇÃO

Aluno(a):

Nº da Matrícula:

Curso:

Campo do Estágio: Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Carangola

Orientação do Estágio: (Nome do/a professor/a)

Coordenação do Curso: (Nome do/a professor/a)

Avaliação:

Orientador(a) do Estágio: _____

Resultado: _____

Carangola, _____ de _____ de _____.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

(Considerações iniciais sobre o estágio).

PLANO DE AÇÃO OU PROPOSTA DE ESTÁGIO

(Resumir em texto corrido o plano de atividades passado pelo professor).

REFERENCIAL TEÓRICO

(Fazer um breve apanhado com base nos textos discutidos na disciplina, duas ou três páginas, podendo dialogar com discussões de outras disciplinas de Estágio, Ensino de História ou Bases Pedagógicas).

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ESTÁGIO CURRICULAR

(Relatar todas as atividades realizadas, incluindo as aulas, leituras e tarefas. Não é uma lista, mas um texto).

PLANO DE AULA (para Estágios I e II)

1. Identificação (escola, docente, estagiário)
2. Tema
3. Objetivos
4. Habilidades (de acordo com o Currículo Referência de Minas Gerais)
5. Conteúdo
6. Metodologia
7. Recursos necessários
8. Avaliação (instrumentos e critérios)
9. Referências Bibliográficas

PROJETO DE ENSINO (Para Estágio III)

O que deve ser entregue:

* Projeto (identificação, temática, objetivos, metodologia, recursos necessários, resultados previstos, cronograma, avaliação, bibliografia). Máximo 8 páginas.

* Levantamento de fontes sobre o tema (textos, imagens, sites, links), material que poderia ser utilizado no projeto com os alunos do ensino fundamental. (Anexos ao projeto)

SEQUÊNCIA DIDÁTICA (Para Estágio III)

Sequência didática (10 aulas ligadas ao projeto). Procedimentos de cada aula, questões, materiais didáticos, tarefas dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

(Avaliação final sobre as atividades do estágio, discussões, relação entre teoria e prática).

REFERÊNCIAS

(Lista das referências que foram utilizadas no relatório e nos trabalhos)

14.2 Regulamento das Atividades Acadêmicas e Culturais Complementares

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS
UNIDADE CARANGOLA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS E CULTURAIS COMPLEMENTARES

Carangola

2023

I Das Disposições Preliminares

Art. 1º. As Atividades Acadêmicas e Culturais Complementares, objeto deste Regulamento, como componente curricular obrigatório do curso, são aquelas definidas como práticas acadêmicas extraclases consideradas relevantes para a formação do estudante.

Parágrafo único. As Atividades Acadêmicas e Culturais Complementares, apresentadas sob diferentes formatos, serão garantidas através da oferta de estudos curriculares complementares pelo Curso de História, ou realizadas em outros cursos da instituição, ou ainda fora da instituição.

Art. 2º. Nestes termos e de acordo com o estabelecido na estrutura curricular do Curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade de Carangola, o cumprimento da carga horária fixada para as Atividades Acadêmicas e Culturais Complementares de noventa (90) horas-aula (equivalente a seis créditos) é requisito indispensável à conclusão do curso e colação de grau.

Art. 3º. As Atividades Acadêmicas e Culturais Complementares têm por objetivo proporcionar aos estudantes a compreensão, aplicação, ampliação e diversificação dos conhecimentos de História e da prática docente para além da sala de aula, através de atividades acadêmicas e culturais que propiciem a inter e transdisciplinaridade no currículo, dentro e entre os semestres/períodos.

Parágrafo único. Visando enriquecer e flexibilizar o currículo do curso, é papel do Colegiado de curso, observando as áreas de ensino, divulgar antecipadamente a ocorrência de atividades possíveis de serem contabilizadas como Culturais e Pedagógicas Complementares.

Art. 4º. As Atividades Acadêmicas e Culturais Complementares serão validadas pela Coordenação do Curso mediante a apresentação de documentos que comprovem a participação do estudante, o tipo de atividade, a data de realização e o número de horas equivalentes.

Art. 5º. Todas as atividades realizadas devem ser comprovadas pelo próprio aluno, mediante declarações, certificados e/ou relatórios a serem entregues ao Colegiado do Curso junto com a solicitação de reconhecimento das atividades em anexo neste regulamento.

Parágrafo único – Na elaboração do relatório, o aluno deve descrever de forma clara e consistente a atividade, interpretando-a, problematizando-a e relatando o conteúdo técnico e os benefícios proporcionados e adquiridos.

Art. 6º. Somente serão computadas, a título de Atividades Acadêmicas e Culturais Complementares, aquelas realizadas durante o período estabelecido para a integralização do curso.

Parágrafo único. Dada a diversidade de possibilidades de atividades, mostradas no Capítulo II, torna-se praticamente impossível determinar um valor absoluto o qual o aluno

deva cumprir por semestre. O somatório final é que determinará o cumprimento da carga horária exigida.

Art. 7º. As declarações da carga horária das AACCs desenvolvidas pelo aluno no período, após avaliadas pelo Coordenador de Curso deve ser encaminhado à Secretária do Acadêmica de Curso, através do serviço de protocolo, até sete (07) dias antes do término do semestre, a fim de que sejam arquivados na pasta do aluno.

II Das atividades

Art. 8º. As Atividades Acadêmicas e Culturais Complementares, abrangendo o ensino, a pesquisa, a extensão e a cultura, são as elencadas a seguir, as quais serão computadas, para efeito da integralização da carga horária, pelo modo indicado logo adiante de cada atividade:

I - Participação em programas de Iniciação Científica, Iniciação à Docência e Extensão remunerados ou voluntários certificados pela Instituição – 30 horas para cada ano (podendo ser computado até o máximo de 60 horas);

Obs.: No caso de participação em atividades de extensão, o estudante só pode requerer as horas, caso não as tenha utilizado para cumprimento da carga extensionista obrigatória, como também previsto em Regulamento próprio.

II - Estágios extracurriculares em instituições de ensino básico, ou ambientes não escolares e espaços não formais de educação – 30 horas para cada ano de trabalho - (podendo ser computado até o máximo de 60 horas)

Obs.: No caso de participação estágios extracurriculares em instituições de ensino básico, ou ambientes não escolares e espaços não formais de educação, o estudante só pode requerer as horas, caso não as tenha utilizado para abatimento do Estágio Curricular Supervisionado, como também previsto em Regulamento próprio.

III - Monitorias de ensino realizadas em disciplinas integrantes do currículo pleno do Curso – 15 horas por disciplina (podendo ser computado até o máximo de 45 horas);

IV - Participação em programas de intercâmbio aprovados pela UEMG – 30h por semestre (podendo ser computado até o máximo de 60h).

V - Participação em grupos de estudo sob supervisão de prof. e/ou estudantes do mestrado/doutorado – 15h por semestre - (podendo ser computado até o máximo de 45 horas);

VI - Aulas ministradas em curso pré-vestibular oferecido por instituições públicas e entidades sem fins lucrativos – 15h por semestre (podendo ser computado até o máximo de 45 horas);

VII - Participação em atividades socioeducativas de interesse social, ligadas a movimentos sociais, educacionais e comunitários – 15h por semestre (podendo ser computado até o máximo de 45 horas).

VIII – Cursos, minicursos e oficinas frequentados, em eventos científicos ou culturais, sobre temas de História ou áreas afins – (máximo de 15 horas para cada atividade, podendo ser computado até o máximo de 45 horas);

IX - Participação, como ouvinte, em eventos científicos e culturais na área da História ou áreas afins – (máximo de 15 horas para cada evento, podendo ser computado até o máximo de 60 horas);

X - Apresentação de trabalhos em eventos científicos e culturais na área da História ou áreas afins - 15 horas para cada trabalho apresentado (podendo ser computado até o máximo de 45 horas);

XI - Participação na organização/monitoria de eventos científicos e culturais na área da História ou áreas afins – 15 horas por evento (podendo ser computado até o máximo de 45 horas);

XII - Participação em viagens de estudos ou visitas técnicas, didáticas e/ou científicas (patrimônios, museus, arquivos, feiras, exposições e afins) coordenadas por docentes do Curso ou de cursos afins – 15 horas para cada atividade (podendo ser computado até o máximo de 30 horas);

XIII - Participação na organização de viagens de estudos ou visitas técnicas, didáticas e/ou científicas coordenadas por docente do Curso ou de Cursos afins – 15 horas para cada atividade (podendo ser computado até o máximo de 30 horas);

XIV - Publicação de artigo técnico-científico em periódico com indicador *Qualis* e/ou *ISSN* da área ou da área afim ou capítulo de livro com corpo editorial – 30 horas por trabalho, quando autor e 15 horas por trabalho como coautor (podendo ser computado até o máximo de 60 horas);

XV - Publicação de artigo em jornal e/ou revista, de crítica, resenha, prefácio – 15 horas por artigo (podendo ser computado até o máximo de 30 horas);

XVI – Produção e publicação de conteúdo de mídias (como podcasts, vídeos) e conteúdos didáticos e para redes sociais na área de História ou afins certificados por professor responsável – 15 horas por publicação (podendo ser computado até o máximo de 30 horas);

XVII - Publicação de trabalho completo ou resumo expandido em anais de reunião científica – 15 horas (podendo ser computado até o máximo de 30 horas);

XVIII - Participação de órgãos colegiados do Curso e de associações estudantis – 15 horas para cada ano de trabalho (podendo ser computado até o máximo de 30 horas);

XIX - Trabalho remunerado e/ou voluntário em arquivos públicos, museus, bibliotecas – (podendo ser computado até o máximo de 60 horas).

XX – Cursos de Idiomas promovidos no interior da UEMG ou por outras instituições públicas – (podendo ser computado até o máximo de 30 horas).

XXI – Participação como ouvinte em defesas de Trabalhos de Conclusão de Curso – (podendo ser computado até o máximo de 15 horas, com 1h para cada participação)

III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º. Na montagem da programação das AACCs, o Colegiado do Curso deve observar o máximo possível da transdisciplinaridade, a contemplar curso(s), disciplina(s), conteúdos, etc.

Art. 10º. Os casos omissos deste regulamento serão avaliados pelo Colegiado do Curso de História e pelo Núcleo Docente Estruturante.

ANEXO I

PEDIDO DE RECONHECIMENTO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS E CULTURAIS COMPLEMENTARES

ESTUDANTE: _____

Matrícula: _____

Ano de Ingresso: _____

Solicito à Coordenadoria do Curso de História a apreciação das Atividades Acadêmicas e Culturais Complementares, em anexo, comprovadas, para fins de integralização curricular no Curso de Licenciatura em História da UEMG – Carangola. O quadro abaixo representa um sumário dos tipos de atividades previstas, contabilizadas em horas, no mínimo 105 horas, conforme Projeto Pedagógico do referido curso.

Atividades	Documentos	Carga horária máxima permitida	Carga horária realizada (preenchida pelo estudante)	Carga Horária aproveitada (Colegiado)
Participação em programas de Iniciação Científica, Iniciação à Docência e Extensão remunerados ou voluntários	Declaração/Certificado emitido pelo órgão ou setor competente.	30 horas para cada ano/máximo de 60 horas		
Estágios extracurriculares em instituições de ensino básico	Declaração/Certificado emitido pela	30 horas para cada ano/máximo de 60 horas		

	instituição competente.			
Monitorias de ensino realizadas em disciplinas integrantes do currículo pleno do Curso	Certificado ou Declaração assinado pelo orientador ou pela Instituição.	15 horas por disciplina / máximo de 45 horas)		
Participação em programas de intercâmbio aprovados pela UEMG	Certificado ou Declaração emitida pela instituição onde foi realizado o intercâmbio	30h por semestre/ máximo de 60h		
Participação em grupos de estudo sob supervisão de prof. e/ou estudantes do mestrado/doutorado	Declaração/ Certificado emitido pelo professor responsável.	15 h por semestre / máximo de 45 horas		
Aulas ministradas em curso pré-vestibular oferecido por instituições públicas e entidades sem fins lucrativos	Declaração/ Certificado emitido pela instituição competente.	15h por semestre / máximo de 45 horas		
Participação em atividades socioeducativas de interesse social, ligadas a movimentos sociais, educacionais e comunitários	Declaração/ Certificado emitido pela instituição competente.	15h por semestre /máximo de 45 horas		
Cursos, minicursos e oficinas frequentados, em eventos científicos ou culturais, sobre temas de História ou áreas afins	Declaração assinada pelo organizador do evento.	Máximo de 15h por atividade / máximo de 45 horas totais.		
Participação, como ouvinte, em eventos científicos e culturais na área da História ou áreas afins	Declaração assinada pelo organizador do evento.	Máximo de 15 horas para cada evento/ máximo de 60 horas totais.		
Apresentação de trabalhos em eventos científicos e culturais na área da História ou áreas afins	Certificado ou Declaração de apresentação no evento.	15 horas para cada trabalho apresentado / máximo de 45 horas		

Participação na organização/monitoria de eventos científicos e culturais na área da História ou áreas afins	Certificado ou Declaração do coordenador do evento.	15 horas por evento/ máximo de 45 horas		
Participação em viagens de estudos ou visitas técnicas, didáticas e/ou científicas coordenadas por docentes do Curso ou de cursos afins	Certificado ou Declaração do professor responsável.	15 horas para cada atividade/ - máximo de 30 horas		
Participação na organização de viagens de estudos ou visitas técnicas, didáticas e/ou científicas coordenadas por docente do Curso ou de Cursos afins	Certificado ou Declaração do professor responsável.	15 horas para cada atividade / máximo de 30 horas		
Publicação de artigo técnico-científico em periódico com indicador <i>Qualis</i> e/ou <i>ISSN</i> da área ou da área afim ou capítulo de livro com corpo editorial	Apresentar publicação	30 horas por trabalho, quando autor e 15 horas por trabalho como coautor / máximo de 60 horas.		
Publicação de artigo em jornal e/ou revista, de crítica, resenha, prefácio	Apresentar publicação.	15 horas por artigo / máximo de 30 horas		
Produção e publicação de conteúdo de mídias (como podcasts, vídeos) e conteúdos didáticos e para redes sociais na área de História ou afins certificado por professor responsável	Apresentar publicação e certificação do professor responsável.	15 horas por produção /máximo de 30 horas)		
Publicação de trabalho completo ou resumo expandido em anais de reunião científica	Apresentar publicação.	15 horas / máximo de 30 horas.		
Participação de órgãos colegiados do Curso e de associações estudantis	Certificação dos órgãos colegiados e associações estudantis responsáveis.	15 horas para cada ano de trabalho / máximo de 30 horas		
Trabalho remunerado e/ou voluntário em	Declaração/ Certificado	Podendo ser computado até o		

arquivos públicos, museus, bibliotecas - 100% da carga horária cumprida	emitido pela instituição competente.	máximo de 60 horas		
Cursos de Idiomas promovidos no interior da UEMG ou por outras instituições públicas	Declaração/ Certificado emitido pela instituição competente.	Podendo ser computado até o máximo de 30 horas.		
Participação em defesas de Trabalho de Conclusão de Curso	Declaração/ Certificado emitido pela coordenação do respectivo curso.	01 horas para cada atividade / máximo de 15 horas		
Total da carga horária computada pelo Colegiado:				
Assinatura do/a Estudante:				

14.3 Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso.

Regulamento do Trabalho de Conclusão do Curso de História (Licenciatura)

I. Disposições preliminares

Art. 1º Este regulamento normatiza as atividades relativas ao Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Carangola.

§ 1º O Trabalho de Conclusão de Curso é parte obrigatória do currículo do Curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Carangola.

§ 2º Constituindo requisito obrigatório para a obtenção do grau de licenciado em História pela UEMG/Carangola, o TCC consiste de uma produção acadêmica individual ou em dupla acerca de tema de interesse da área de História.

§ 3º Situações não previstas por este Regulamento devem ser decididas pelo NDE e pelo Colegiado do Curso.

Art. 2º O tema e orientação deverão ser escolhidos pelos(a) licenciandos(a), em consonância com as áreas de pesquisa determinadas pelo corpo docente em atividade no curso, e deverá ser aprovado pelo colegiado, bem como as possíveis alterações de orientação ou tema. A elaboração do trabalho de conclusão de curso deve ser orientada por um(a) professor(a) do Curso de História da UEMG/Carangola (aqui denominado “orientador(a)”), com formação (graduação e pós-graduação) em História.

§ 1º Caso algum aluno solicite e justifique a escolha de um orientador que não seja docente do Curso de História da Unidade de Carangola, caberá ao Colegiado avaliar o pedido e emitir parecer. Essa permissão deve considerar a comprovação da historicidade do tema a ser desenvolvido pelo graduando e a especialidade do professor, no que diz respeito ao assunto.

§ 2º É possível também a coorientação por docente da própria UEMG ou de outra instituição de ensino superior com formação em História, caso exista vínculo do docente com o tema proposto, justificando assim, a contribuição no trabalho. A existência da coorientação está condicionada à aceitação do orientador principal do trabalho.

§ 3º Os casos de alunos que não conseguirem um professor orientador serão resolvidos pelo Colegiado do curso.

§ 4º Cada professor(a) em regime 40 horas deverá obrigatoriamente disponibilizar vagas por semestre para orientação de TCC, não devendo ultrapassar o limite de 6 (seis) vagas. É facultativo a orientação de TCC aos professores que estejam ministrando 16 ou mais créditos de aula.

§ 5º O número de trabalhos a ser orientado pelos docentes do curso de História, dependerá da demanda do ano letivo e da necessidade do mesmo. A divisão e o número de orientações e defesas em cada ano serão estabelecidos em comum acordo entre a Coordenação do curso e os professores orientadores do curso de História.

§ 6º Será destinado aos professores orientadores na composição dos seus encargos didáticos o mínimo de 02 (duas) e o máximo de 6 (seis) horas-aula para se dedicarem às atividades de orientação de TCC.

Art. 3º Os objetivos a serem atingidos através da elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso são:

- I. Aferir o aprendizado acadêmico geral do estudante;
- II. Introduzir o estudante à pesquisa histórica;
- III. Capacitá-lo para a elaboração de trabalhos acadêmicos.
- IV. Desenvolver um produto que demonstre excelência acadêmica no exercício do ofício de historiador e da docência em história.

Art. 4º - A disciplina “Práticas de Pesquisa em História” foi construída no intuito de auxiliar o discente na confecção do TCC. Após encerramento desta última, e início do quarto período, o discente deverá indicar tema e orientador, que serão analisados pelo colegiado. Além disso, o licenciando deverá cumprir 75 horas relógio, 15 por semestre, a partir do quarto período, do componente de TCC, comprovando através de um relatório semestral, que deverá ser aprovado pelo orientador, as atividades que estão sendo desenvolvidas.

- I. Na disciplina de Práticas de Pesquisa em História, os alunos são apresentados a discussões teóricas e metodológicas de como se produzir um projeto de pesquisa, dando ênfase nas questões da escolha do tema, coleta de fontes e de

bibliografia e a formulação de um objeto de estudo. Os alunos também são apresentados a uma ampla diversidade de linguagens historiográficas e/ou educacionais contemporâneas.

- II. O cumprimento dos cinco (05) componentes curriculares de TCC (do 4º ao 8º períodos) inicia-se com a elaboração do projeto de pesquisa, sob a orientação de um(a) professor(a) do Curso de História. Nessa etapa, os alunos precisam apresentar o projeto, contemplando os seguintes elementos: a) Título e identificação dos autores; b) Introdução e delimitação do tema; c) Discussão Bibliográfica; d) Justificativa; e) Objetivos gerais e específicos; f) Considerações teórico-metodológicas (apresentação de fontes, análise de dados, instrumentos); g) Cronograma de execução; h) Fontes e Bibliografia. Após esta etapa, o discente iniciará a confecção do TCC para entrega ao final do curso.
- III. O quinto e último componente curricular do TCC, geralmente cursado no 8º período, só se dará como concluído se o estudante for aprovado na defesa do TCC. Caso reprovado, o discente precisa se matricular e cursar novamente o referido componente.

Art. 5º A elaboração do projeto de pesquisa e do TCC deverá ser feita sob a supervisão do orientador(a), que dará seu aval ao projeto.

Parágrafo Único. Caberá ao estudante iniciar o contato com o(a) eventual orientador(a) e sua escolha deve levar em consideração a adequação do perfil de pesquisa e de ensino dele(a) ao tema proposto pelo(a) aluno(a).

II. Das especificidades do TCC

Art. 6º O Trabalho de Conclusão de Curso pode ser desenvolvido a partir das seguintes linguagens: artigo científico inédito; material didático (acompanhado de memorial sobre a pesquisa para elaboração do produto); material multimídia (acompanhado de memorial sobre a pesquisa para elaboração do produto);

Art. 7º O TCC deverá conter os seguintes elementos pré-textuais: capa, folha de rosto, resumo e palavras-chave. Poderão possuir, quando desejado ou necessário, dedicatória,

agradecimentos, epígrafe, lista de abreviações e siglas, lista de tabelas, lista de quadros, lista de gráficos, lista de figuras e sumário.

Art. 8º A folha de rosto do TCC deve conter o seguinte texto: “Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História da Unidade de Carangola da Universidade do Estado de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado em História”.

Art. 9º Os trabalhos finais deverão seguir as normas técnicas em anexo neste regulamento.

Art. 10º O(a)s aluno(a)s deverá apresentar uma declaração de autenticidade datada e assinada por ele e constará da última página do trabalho de conclusão de curso. Deverá conter o seguinte texto: “Eu, *nome [do(a)s estudante]*, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado [*título do TCC*] foi integralmente por mim redigido, e que assinaei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.”

III. Do artigo científico

Art. 11º O artigo científico deverá ser um texto inédito, não podendo ter sido publicado por qualquer meio.

Art. 12º Recomenda-se que o artigo tenha entre 15 e 30 páginas, sem considerar as referências e os elementos pré-textuais.

IV. Do material didático

Art. 13º O produto deve ser entregue com um guia de orientação metodológica para aplicação do material em sala de aula.

Art. 14º O material deve ser acompanhado de um memorial que relate o caminho percorrido pelo aluno na sua elaboração, incluindo as fontes de pesquisa e o embasamento teórico-metodológico que orientou a confecção do produto final. Recomenda-se que o memorial tenha entre 8 e 15 páginas.

V. Do material multimídia

Art. 15º Entende-se como material multimídia: vídeos, sites eletrônicos, programas de computador e bancos de dados.

Art. 16º O produto deve ser acompanhado de um memorial que relate o caminho percorrido pelo aluno na elaboração do material, incluindo as fontes de pesquisa e o embasamento teórico que norteou sua confecção. Recomenda-se que o memorial tenha entre 8 e 15 páginas.

VI. Das Linhas de Pesquisa.

Art.17º A escolha do tema do TCC pelo licenciando deverá observar as identidades de linhas de pesquisa que espelham os interesses e as possibilidades de orientação dos professores do curso. As linhas mencionadas são:

Linha de pesquisa 1: *Culturas, Identidades e Regionalidades*: Essa linha de pesquisa procura refletir sobre as relações sociais, culturais e identitárias entre os diversos extratos da sociedade. A História é perpassada em todos os seus momentos por contradições e lutas sociais, de modo que os temas de estudo atravessam todos os períodos históricos, desde a antiguidade até a contemporaneidade. Busca compreender a diversidade social e as experiências culturais, através de uma discussão que extrapole a visão dos sujeitos tradicionais de poder, e reconheça a ação histórica de sujeitos e grupos até então silenciados pela escrita da história. São também de seu interesse os temas ligados à história da religião e da arte, bem como as temáticas relacionadas a patrimônios, materiais e imateriais. Outros pontos de interesse vinculam-se a especificidades regionais, valorizando a história local e regional, além das relações de gênero, étnico-raciais, os conflitos identitários, bem como a diversidade cultural. Além dos documentos tradicionais, a linha de pesquisa procura ter como base de investigação qualquer tipo de fonte que possa auxiliar no estudo da sociedade e em suas formas de manifestação cultural, incluindo a cultura material, a oralidade, entre outras formas de documento.

Linha de pesquisa 2: *Políticas do tempo e da história*: A linha propõe o estudo das distintas formas de experimentar o tempo histórico, seja em suas variedades características do

processo de modernização, como aquelas contemporâneas, que abarcam o aprofundamento da crise do futuro, o antropoceno e os diversos usos e manifestações do passado. Procuramos pensar como a conceituação do tempo histórico como um continuum pontual, linear e homogêneo que atravessou e atravessa projetos políticos, sociedades e culturas no mundo moderno, implicou no silenciamento de experiências, corpos e afetos que traziam e trazem no seu âmago movimentos certamente mais multiformes e disruptivos. Dessa maneira, interessa investigar como as múltiplas possibilidades de experiência do tempo histórico implica na vigência de políticas do tempo e da história, decisivas tanto para a emergência e consolidação de determinados projetos de sociedade que se tornaram hegemônicos, quanto formas de resistência de indivíduos e coletividades historicamente marginalizados. Além disso, também interessa a esta linha refletir sobre a escrita, as disputas, as representações e as apresentações da história nos mais diversos espaços e comunidades nas quais as dinâmicas da experiência da historicidade implicou em formas diversas de mobilização de afetos, corpos e estratos temporais.

Linha de pesquisa 3: *Instituições, Estado e Sociedade:* (desenvolver) As pesquisas da linha se direcionam ao estudo das instituições em sua pluralidade o que inclui as organizações de classe e as tendências político/sociais formadora de vínculos institucionais. Examinam-se as dinâmicas dos agentes empregados em instituições que respondem pelos interesses de classe e atuam nas estruturas administrativas do Estado. Atentam-se para os protagonismos nos arranjos formados pelas organizações da sociedade civil que ocupam os espaços do poder público. O Estado se distingue não apenas por ser o local privilegiado, a arena na qual ocorrem as disputas de hegemonia entre os setores dominantes, como também num núcleo no qual se expressa as sucessões de poder na sociedade. Privilegiam-se recortes temporais voltados a elucidação de processos sociais que conectam a sociedade civil, por meio de seus grupos privados, e a estrutura administrativa governamental.

Linha de pesquisa 4: *Ensino de História e Transversalidades.* Essa linha de pesquisa procura promover um diálogo entre a História e a Educação, mais especificamente mirando sobre o Ensino de História, através do conhecimento e discussão dos processos pedagógicos de ensino-aprendizagem. Essa discussão tem como objetivo mostrar ao aluno a importância de sua formação, não só como professor de determinado conteúdo, mas também com preparo e visão para entender a escola onde irá atuar. A linha de pesquisa discute o cotidiano escolar

e as relações entre escola, família e sociedade e as relações políticas que envolvem o currículo, a escola e o professor. Outro ponto proposto para estudo refere-se ao livro didático, seu conteúdo, sua aplicabilidade e sua construção com base numa história onde o homem, como ser social, deve ser colocado como centro dos estudos históricos. Esse tema extrapola ainda em outros como o uso de recursos didáticos diferenciados no processo de ensino e aprendizagem de história, incluindo os documentos históricos, e os novos recursos digitais, audiovisuais, e multimídias. Por fim, debruça sobre uma gama de temas considerados transversais no Ensino de História, reforçando o diálogo entre História e Educação, sejam as relações de gênero, relações étnico-raciais, direitos humanos, meio ambiente, entre outros.

VII. Da Avaliação

Art. 18º A comprovação do processo de desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso será realizada através do “Controle de Presença nas Atividades de Orientação”, assinada pelo professor(a) orientador(a).

Art. 19º O trabalho final e a defesa oral serão avaliados por banca examinadora composta por três membros, sendo um deles o(a) professor(a) orientador(a), e sendo no mínimo um membro da UEMG além do orientador. É facultada a participação de membros externos e a composição final da banca deve ser de responsabilidade do professor orientador.

Art. 20º O requisito mínimo para a participação como membro da banca examinadora é o título de mestre em História.

Art. 21º O professor **orientador** deverá comunicar oficialmente (*e-mail*) ao coordenador do curso a composição da banca de seu orientado.

Art. 22º A banca examinadora formulará o seu julgamento com base no texto do TCC e no desempenho do estudante ao longo da defesa oral. No processo de avaliação, a qualidade do trabalho será distinguida por outros fatores como a menção de relevância, originalidade, e a indicação para a publicação. A nota final é formada pela média aritmética das notas atribuídas pelos 3 (três) avaliadores, sendo considerado aprovado o aluno que obtiver nota igual ou superior a 06 (seis).

§ 1º caso seja identificado cópia ou plágio em qualquer uma das etapas do TCC, será instaurada uma comissão interna para avaliação de tais evidências e, após confirmação, o

aluno será imediatamente reprovado, devendo matricular-se novamente na disciplina, quando for ofertada.

§ 2º O aluno reprovado no TCC terá o prazo máximo de doze (12) meses para realizar as alterações exigidas pelo orientador e/ou pelos membros da banca, sob pena de ser impedido de realizar a colação de grau. Após a realização das alterações exigidas no prazo estipulado, o discente deverá procurar a Coordenação do curso de História para remarcar nova defesa.

VIII. Dos Prazos

Art. 22º Os cronogramas de entrega e defesas de TCC serão organizados pelos cursos, de maneira independente, aprovados pelo respectivo colegiado.

Paragrafo único. O TCC não entregue no prazo estipulado poderá ser protocolado no primeiro mês do semestre letivo subsequente, ficando a colação de grau do aluno condicionada à entrega e à avaliação do respectivo trabalho.

Art. 23º Os membros da banca devem receber o TCC com um mínimo de 15 (quinze) dias de antecedência à data da defesa.

IX. Da Defesa

Art. 22º A apresentação e defesa oral do TCC será realizada nas semanas subsequentes à entrega do TCC, atendendo ao calendário do Curso de História e à disponibilidade de horário dos examinadores.

Art. 23º A apresentação e defesa oral do TCC é de natureza pública, sendo estimulada a participação dos demais estudantes do curso de História. É, todavia, defeso ao público qualquer tipo de intervenção no decorrer da apresentação e da arguição.

Art. 24º No dia da defesa do TCC, antes do início da apresentação do trabalho, o **estudante** deverá ler em voz alta a declaração de não plágio e, em seguida, assiná-la.

Art. 25º A defesa seguirá a seguinte ordem: apresentação inicial; arguição de cada avaliador(a); resposta; conclusão dos trabalhos e deliberação da banca examinadora.

Art. 26º Os critérios para a avaliação da apresentação e da defesa oral são os seguintes: 1) a clareza e a coerência na exposição; 2) a objetividade e o poder de síntese; 3) a capacidade de discutir o conteúdo das questões arguidas.

X. Do Arquivamento

Art. 27º Após a defesa, o professor **orientador** do aluno deverá enviar à **Coordenação** do curso a **Ata de defesa** e a **Folha de aprovação**.

Art. 28º A **Coordenação** do curso irá enviar uma cópia da ata de defesa e folha de aprovação para arquivamento na Secretaria do Curso, a fim de comprovar o encerramento do projeto (TCC) através da defesa pública.

Art. 29º Caberá à **Coordenação de curso** certificar o(a) docente pela orientação do discente. A certificação dos membros da banca caberá à **Coordenação** do curso, que deverá assinar o documento junto com o orientador do trabalho.

Art. 30º Ao final de cada semestre deverá ser entregue à Coordenação do Curso de História, para arquivamento, a Ata de Defesa e uma versão final digital do trabalho contendo as correções sugeridas pela banca e sucintamente relatadas na Ata de Defesa, junto com a declaração de Não Plágio/autorização para publicação no acervo bibliográfico assinada, e ainda as seguintes informações na folha de rosto: data da defesa oral, nome e assinatura dos membros da banca examinadora.

Art. 31º Os **discentes** de curso, após concluírem a versão final do TCC, deverão encaminhar para o **Responsável pela Biblioteca da Unidade**, um único CD/DVD contendo o trabalho defendido. Assim, tanto as Coordenações de Cursos quanto a Biblioteca terão um acervo digital dos trabalhos produzidos pelos estudantes da Unidade Carangola.

Art. 32º Uma cópia da folha de aprovação assinada deverá constar da versão final do TCC no formato digital (elemento pré-textual do documento – após a contra capa). Da mesma forma, uma cópia do termo de autoria própria e autorização de publicação deverá constar da versão final do TCC no formato digital (elemento pós-textual do documento – após as referências bibliográficas).

Art. 32º Aos professores orientadores e ao aluno, reserva-se o direito de publicação de artigos, capítulos de livros e outros, em coautoria, tendo como base o tema dos trabalhos desenvolvidos no processo de orientação do TCC.

ANEXOS

TERMO DE COMPROMISSO [TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC]

INFORMAÇÕES DO PROJETO DE PESQUISA	
NOME DO/DA ESTUDANTE:	MATRÍCULA:
CURSO:	E-MAIL INSTITUCIONAL:
NOME DO/DA ESTUDANTE*:	MATRÍCULA*:
CURSO*:	E-MAIL INSTITUCIONAL*:
TÍTULO DO PROJETO:	
PREVISÃO DE CONCLUSÃO [SEMESTRE]:	

*Preencher caso o projeto de TCC esteja sendo desenvolvido em dupla.

DECLARAÇÃO COMPROMISSO ESTUDANTE
Eu, << nome completo estudante >>, Matrícula <<nº da matrícula>>, declaro estar ciente dos termos do Projeto Pedagógico do Curso [PPC] de Licenciatura em História, que estabelece as responsabilidades do(a) estudante concluinte, e firmo perante o colegiado do referido curso, o compromisso de cumpri-las no tocante à realização do Trabalho de Conclusão de Curso [TCC].
Data: / /
ASSINATURA[S] ESTUDANTE[S]:

DECLARAÇÃO COMPROMISSO ORIENTADOR(A)
Eu, << nome completo orientador(a) >>, Matrícula <<nº do Masp>>, declaro estar ciente dos termos do Projeto Pedagógico do Curso [PPC] de Licenciatura em História, que estabelece as responsabilidades do(a) orientador(a) do Trabalho de Conclusão de Curso [TCC], e firmo perante o colegiado do referido curso, o compromisso de cumpri-las integralmente.
Data: / /
ASSINATURA PROFESSOR(A) ORIENTADOR(A):

DECLARAÇÃO COMPROMISSO COORIENTADOR(A)
Eu, << nome completo coorientador(a) >>, Matrícula <<nº do Masp [se houver]>>, declaro estar ciente dos termos do Projeto Pedagógico do Curso [PPC] de Licenciatura em História, que estabelece as responsabilidades do(a) coorientador(a) do Trabalho de Conclusão de Curso [TCC], e firmo perante o colegiado do referido curso, o compromisso de cumpri-las integralmente.
Data: / /
ASSINATURA PROFESSOR(A) COORIENTADOR(A):

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos ___ dias do mês de _____ de _____, na Universidade do Estado de Minas Gerais - Unidade Carangola, realizou-se a sessão pública de defesa de Trabalho de Conclusão de Curso do aluno _____, do Curso de _____, sob orientação do Prof. _____, intitulado _____.

Os trabalhos iniciaram-se às _____ horas e finalizaram-se às _____ horas. Cumpridos os requisitos legais que integram o regulamento de apresentação do TCC da UEMG – Unidade Carangola, a banca registrou o seguinte resultado de conclusão:

() Aprovado – Nota final: _____

() Reprovado – Nota final: _____

Pelos Professores/Membros da banca foram atribuídas as seguintes notas e observações:

Prof.(a) – Presidente:

Nota: _____

Assinatura: _____

Prof.(a) – Membro:

Nota: _____

Assinatura: _____

Prof.(a) – Membro:

Nota: _____

Assinatura: _____

Observações: _____

FOLHA DE APROVAÇÃO

ALUNO

Título do trabalho.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a
Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG
/ Unidade Carangola como parte das exigências para
a obtenção do título de Licenciado/Bacharel em

Aprovado em: _____

BANCA EXAMINADORA

NOME DO PROFESSOR
Professor Orientador
UEMG - Unidade Carangola

NOME DO PROFESSOR
Membro convidado
INSTITUIÇÃO DE ORIGEM

NOME DO PROFESSOR
Membro convidado
INSTITUIÇÃO DE ORIGEM

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **NOME DO AUTOR**, acadêmico do Curso de Graduação em **NOME DO CURSO**, da Universidade do Estado de Minas Gerais, regularmente matriculado sob o número **XXXXXXXX**, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **TÍTULO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**, desenvolvido durante o período de **DATA DO INÍCIO DO TCC** a **DATA DO FINAL DO TCC** sob a orientação de **NOME DO ORIENTADOR**, ora entregue à **UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS (UEMG)** como requisito parcial a obtenção do grau de **LICENCIADO EM XXX OU BACHAREL EM XXXX**, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Por ser verdade, firmo a presente.

Carangola, ____ de _____ de _____.

NOME DO AUTOR DO TRABALHO

Sobre a publicação do trabalho no acervo bibliográfico da UEMG:

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade do Estado de Minas Gerais a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de **LICENCIATURA EM XXXXX OU BACHARELADO EM XXXXXXXX** ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

- Autorizo a publicação imediata deste trabalho nas plataformas de acervo bibliográfico da UEMG
- Solicito aguardar o período de 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, para publicar este trabalho nas plataformas de acervo bibliográfico da UEMG
- Solicito aguardar o período de 1 ano, a partir da data da entrega deste TCC, para publicar este trabalho nas plataformas de acervo bibliográfico da UEMG

OU AINDA

- Não autorizo a publicação deste trabalho nas plataformas de acervo bibliográfico da UEMG

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido depois das referências bibliográficas da versão final do TCC a ser entregue na Coordenação de Curso.

CONVITE PARA DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Curso de HISTÓRIA da Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Carangola convida o público em geral para a **defesa pública de TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO** do(a)s estudante(s)

_____.

Título do Trabalho: _____.

Data: _____.

Horário: _____.

Local: _____.

Componentes da Banca Examinadora

- Prof. (titulação) (nome/sobrenome) – Presidente/UEMG-Carangola
- Prof. (titulação) (nome/sobrenome) – Membro convidado/(instituição de origem).
- Prof. (titulação) Ana Paula Silva Santana – Membro convidado/(instituição de origem).

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO E REGISTRO DA ORIENTAÇÕES DE TCC

Professor(a) Orientador(a):

Aluno(a):

Período:

Título do trabalho defendido:

Registro de Atividades realizadas durante o TCC:

Observações do professor-orientador sobre o desempenho do aluno (assiduidade nas reuniões, pontualidade na entrega dos materiais solicitados pelo professor-orientador, domínio do conteúdo, clareza na escrita).

Assinatura do Professor/Data

14.4 Regulamento das Atividades de Extensão

Estabelece os critérios para a realização de Atividades de Extensão do curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado de Minas Gerais Unidade Carangola

O Colegiado do Curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado de Minas Gerais Unidade Carangola, no uso de suas atribuições e,

Considerando a Resolução CNE/CES nº 7 de 18/12/2018 que estabelece a Diretrizes para a Extensão no Ensino Superior, a Resolução UEMG/COEPE Nº 287 DE 04 DE MARÇO DE 2021 que dispõe sobre o desenvolvimento de atividades de extensão como componente curricular obrigatório dos Cursos de Graduação da Universidade do Estado de Minas Gerais, e a Resolução CEE/MG, n. 490, de 26 de abril de 2022, considerando ainda o Parecer CNE/CES 492/2001, às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e à Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) estabelecidas pela Resolução CNE/CP nº 02 de 20 de dezembro de 2019.

RESOLVE:

Capítulo I

Dos Objetivos

Art. 1º As Atividades de Extensão a serem cumpridas pelo estudante do curso de Licenciatura em História visam o cumprimento dos seguintes objetivos:

- I – Proporcionar a comunicação entre a sociedade acadêmica e a sociedade externa.
- II – mobilizar docentes, discentes, colaboradores e comunidade sobre questões contemporâneas, educacionais, de memória e patrimônio, sociopolíticas, culturais e ambientais

III – Ofertar cursos aos graduandos como oportunidade de complementação do conhecimento acadêmico.

IV – Possibilitar o acesso a conhecimentos científicos, práticos e de informações gerais, fazendo o intercâmbio entre a comunidade interna e externa.

V – Incentivar e apoiar o corpo docente e discente na publicação e divulgação de suas produções científicas.

Capítulo II

Das Atividades de Extensão

Art. 2º. Para configurar prática de extensão, o aluno deve se vincular a atividades intervencionistas que envolvam as comunidades externas à instituição de ensino superior e que estejam vinculadas à formação estudantil.

Parágrafo único. A realização de atividades de extensão pelo estudante deve implicar sua participação ativa no processo de planejamento, execução e avaliação.

Art. 3º As Atividades de Extensão para o curso de Licenciatura em História compreendem participações em diversas ações, mencionadas a seguir, desde que estas estejam relacionadas a práticas extensionistas:

I - Projetos e programas de extensão;

II - Organização de eventos (científicos, técnicos, artísticos-culturais, sociais, esportivos e similares) oferecidos ao público externo;

III - Projetos de responsabilidade social, trabalho voluntário em entidades vinculadas a compromissos sócio-políticos (OSIPs, ONGs, Projetos comunitários, Creches, Asilos, movimentos sociais, entre outros);

IV - Cursos, minicursos e oficinas ministrados em regime aberto à sociedade;

V - Palestra em eventos abertos à comunidade no entorno da universidade;

VI - Visitas Técnicas (arquivos, museus, sítios arqueológicos, feiras, exposições, entre outros) com participação de público externo à universidade;

VII - Projeto Empresa Junior, consultorias e prestações de serviço variadas.

VIII - Aulas de reforço à comunidade não acadêmica, do ensino fundamental, médio e/ou EJA, e pré-vestibular;

IX - Divulgação científica;

Parágrafo único. Outras atividades que não se encaixem nas mencionadas no Capítulo II, poderão ser avaliadas pelo colegiado do Curso e, se aprovadas, poderão ser utilizadas.

Capítulo III

Da Execução de Extensão Obrigatória no Curso

Art. 4º O Plano Nacional de Educação estabeleceu um mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.

Art. 5º Sendo realizadas dentro das Práticas de Formação Docente, que possuem caráter extensionista, o aluno de graduação em História da Unidade Carangola deverá cumprir **28 créditos** ao longo do curso, totalizando 420 horas de Atividades de Extensão Curriculares (AEC).

§ 1º. Os créditos de AEC, e, portanto, sua carga horária, não coincidem com a carga horária de Estágios Supervisionados Obrigatórios do curso.

§ 2º. O cumprimento dos créditos é feito com cálculo sobre carga horária de extensão, sendo 1 crédito a cada 15h de atividade extensionista.

§ 3º. Não é permitido o cumprimento parcial de créditos de Atividades de Extensão Curriculares no período.

Art. 6º As Atividades de Extensão Curriculares se iniciam, preferencialmente, no primeiro período.

Capítulo IV

Dos Docentes, Programas e Projetos

Art. 7º As AECs estarão estruturadas em projetos e programas de extensão que prevejam a abordagem prioritária de algumas das linhas especificadas na Política Nacional de Extensão, em atividades estruturadas ao longo dos eixos: Formação Continuada de Professores, Memória social e patrimônio, Cursos livres, entre outros.

Art. 8º A fim de favorecer o cumprimento das AECs, o curso de História, bem como o Departamento de Ciências Humanas, deve oferecer e implementar regularmente projetos e/ou atividades de extensão em quantidade de vagas capaz de absorver o alunado.

§ 1º. Os projetos regulares podem estar vinculados ao Curso e/ou ao Departamento e/ou à Unidade, cabendo às instâncias responsáveis deliberar sobre a eleição para coordenação desses projetos.

§ 2º Caberá também ao Colegiado especificar um calendário de atividades de extensão integradas ao calendário letivo, e devidamente contabilizadas na carga horária docente, de modo a viabilizar uma oferta de atividades de extensão cotidiana, variada e qualificada.

Art. 9º Os docentes responsáveis pelos programas e projetos a que se encontram vinculadas as atividades de extensão, a cada semestre deverão encaminhar aqueles ao Colegiado do Curso e Departamento de Ciências Humanas, nos trâmites legais de edital de extensão ou ações voluntárias, para aprovação, juntamente com um plano de atividades que contenha a definição das propostas, cronograma e tipologia das atividades, carga horária ofertada e mecanismo de acompanhamento.

§1º Após a aprovação dos programas e/ou projetos, estes estarão aptos a serem ofertados como atividade extensionista curricular.

§2º As atividades propostas pelos docentes em cada programa e/ou projeto devem, ao início do semestre, ser cadastradas pelo sistema SIGA, de forma a serem avaliadas e aceitas pela coordenação de extensão.

§3º Os docentes deverão orientar e acompanhar os estudantes individualmente ou em grupo dentro das atividades que compõem a proposta que coordenam.

Art. 10º Considerando a especificidade das atividades de extensão, o mecanismo de acompanhamento da frequência e da avaliação do discente deve ser definido no plano de trabalho geral, podendo incluir recursos diversos, tais como relatório, portfólio, vídeos das atividades realizadas, artigo, exposição com narrativas em imagens e textos, entre outros.

§1º Os docentes responsáveis pelos projetos/programas a que se encontram vinculadas as ações de extensão deverão, no encerramento de cada semestre, preencher um relatório final de atividades (Anexo I), em que comprove a participação de cada estudante da disciplina no desenvolvimento das atividades propostas, bem como o conceito sobre o desempenho de cada estudante.

§2º O conceito sobre o desempenho de cada estudante é composto de 2 status: INSUFICIENTE e SUFICIENTE.

§3º O relatório final deve ser entregue pelo docente ao coordenador do curso junto com o registro das atividades realizadas, sempre que possível, no encerramento de cada semestre.

Art. 11º O não cumprimento da carga horária semestral não é impeditivo para cumprimento da carga nos semestres seguintes.

Art. 12º O planejamento, a execução e o acompanhamento de cada atividade de extensão curricular, quando vinculada diretamente ao curso e/ou à unidade, e, portanto, registradas no NUPEX, serão responsabilidade de seu respectivo docente supervisor/orientador com participação ativa dos discentes em todo o processo.

Art. 13º A Coordenação e o Colegiado do curso ficarão responsáveis por agendar reuniões com os professores supervisores de AECs do curso para planejamento, consultas, deliberações, registros e demais pautas pertinentes às Atividades de Extensão Curriculares.

Art. 14º É de inteira responsabilidade do estudante cumprir efetivamente as Atividades de Extensão nos termos deste regulamento, seguindo as orientações dos docentes responsáveis pelos programas/projetos, quando for o caso.

Capítulo V

Da Validação das Atividades de Extensão

Art. 15º A validação das Atividades de Extensão é de responsabilidade do coordenador do curso de Licenciatura em História, a partir dos relatórios finais das atividades de extensão enviados pelos docentes, e dos demais comprovantes protocolados pelos discentes.

Art. 16º A validação das Atividades de Extensão será realizada através da emissão de declarações assinadas pelo coordenador do curso de Licenciatura em História, contabilizando, a cada semestre, a carga horária referente à extensão obrigatória já realizada por cada estudante.

Art. 17º Compete à coordenação do curso de Licenciatura em História:

I – Validar as Atividades de Extensão dos estudantes, desde que apresentadas conforme estabelecido neste regulamento, além de respeitar os critérios estabelecidos no Anexo I;

II – Promover e/ou incentivar eventos que possibilitem a prática de Atividades de Extensão.

Capítulo VI

Das Disposições Finais

Art. 18º As Atividades consideradas de Extensão do curso de Licenciatura em História, desenvolvidas pelo curso, serão oferecidas a todos os estudantes regularmente matriculados.

Art. 19º Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em História.

ANEXO I – Relatório Final das atividades de extensão

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES EXTENSÃO
PARECER FINAL DE DESEMPENHO**

Sobre o curso e disciplina:

Curso: **História**

Projeto/Programa à qual a extensão foi vinculada:

Carga horária (hora relógio):

Sobre o docente responsável:

Nome:

MASP:

E-mail:

Telefone:

ATIVIDADES DE EXTENSÃO

1. Descrição da(s) atividade(s)

2. Objetivo(s)

3. Metodologia

--

4. Resultado(s) esperado(s)

--

5. Critério(s) de acompanhamento/avaliação

--

6. Cronograma

--

QUADRO DE DESEMPENHO COM AS INFORMAÇÕES DOS(AS) DISCENTES

ATENÇÃO! O desempenho deve ser avaliado em: Insuficiente / Suficiente

Matrícula	Nome completo do(a) discente	Desempenho final

**acrescentar quantas linhas forem necessárias*

OBSERVAÇÃO 1: Anexar o(s) relatório(s)/trabalho(s) produzido(s) pelos(as) discentes, quando for o caso.

OBSERVAÇÃO 2: Este relatório/parecer deverá ser entregue para a coordenação de curso junto com os registros das atividades, quando for possível, no final do semestre letivo.

Carangola, ___ de ___ de ___

Assinatura do(a) docente responsável

Assinatura do(a) coordenador(a) de curso